



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 616 - DE 16 A 30 DE AGOSTO DE 2020 - R\$ 4,00

Continua em pé a tarefa de organizar um verdadeiro Dia Nacional de Luta

Por emprego, salário, direitos e saúde pública

DIA DE LUTO DAS CENTRAIS NÃO SERVIU À LUTA

**A classe operária e demais explorados continuam
sob intenso ataque do governo e do patronato**

**É necessário convocar as assembleias, formar os comitês
de base e erguer um movimento nacional de massa**

**Combater a política de conciliação
de classes das direções sindicais**

**Desenvolver a política de independência
de classe do proletariado**

**Constituir direções sindicais classistas,
democráticas e socialistas**

80 anos do assassinato de Leon Trotsky
Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
empunha a bandeira do marxismo-leninismo-trotskismo



Constituir um movimento pela independência dos sindicatos

A burocratização e estatização dos sindicatos são um velho obstáculo às necessidades da classe operária e demais assalariados. Mede-se, porém, a sua gravidade, nas condições em que o capitalismo se decompõe, e a burguesia passa a atacar, direta e amplamente, as condições mínimas de existência dos explorados.

Passo a passo, os governos – uns após outros – foram alterando a legislação trabalhista e social, de forma a permitir ao patronato maior liberdade para demitir, reduzir salários e eliminar antigos direitos. A ditadura civil de Temer deu um dos mais almejados presentes aos capitalistas, vencendo as resistências políticas à reforma trabalhista. O governo militarista, fascizante, de Bolsonaro não ficou atrás, promoveu a esperada reforma da Previdência. Em meio a essas duas contrarreformas, se ampliou a legislação, ao ponto de permitir o farto uso da terceirização e pejetização.

Agora, aproveitando a pandemia, os empregadores impulsionam o trabalho em casa, valendo-se dos meios eletrônicos. Em nome da situação emergencial, a MP 936 abriu caminho para “acordos” individuais, ou negociados com os sindicatos, de redução salarial. Está aberta, também, a possibilidade de demitir e recontratar com salário menor. Tem-se, portanto, um quadro geral de instabilidade no emprego e na estrutura salarial.

Desde a ditadura militar, os governantes vêm fazendo mudanças, que acabam com as proteções trabalhistas, que deitam suas raízes nas reformas nacionalistas de Getúlio Vargas. As forças produtivas industriais e a luta de classes deram lugar a regulamentações, que não deixavam de proteger os capitalistas, mas que, ao mesmo tempo, colocavam certos limites em sua liberdade de extenuar a força física dos assalariados. Cabiam ao Ministério e a Justiça do Trabalho arbitrar a luta entre exploradores e explorados, para isso servia o código do trabalho, a CLT. Essa estrutura foi sendo destruída no período pós-ditadura – chamado de democratização.

O golpe de Estado de 2016 – derrubada de Dilma Rousseff, governo do PT que também contribuiu para contrarreformas –, rompeu de vez as barreiras políticas que retardavam as radicais mudanças exigidas pelo empresariado nacional e internacional (imperialismo).

A classe operária e demais explorados estão completamente desguarnecidos. A burguesia lhes impôs um gigantesco retrocesso, impensado até pouco tempo atrás. A responsabilidade das direções sindicais é extraordinária.

Em um sentido inverso ao dos primeiros anos de luta pelo fim da ditadura e pela “democratização”, se adentrou

progressivamente ao período de domínio da política de colaboração de classes, divisionismo sindical, renúncia a reivindicações elementares, realização de acordos antiooperários, e impotência diante das contrarreformas. A traição da burocracia sindical vai desde as negociatas por fábrica ao desarmamento das massas, diante das contrarreformas sistêmicas. A adesão à flexibilização capitalista do trabalho, imposto pelas multinacionais, tem causado um imenso estrago nas condições trabalhistas do proletariado. São o banco de horas, lay-off, PDV, PLR, férias coletivas, etc., que esmorecem os setores mais avançados, e mais capacitados para se politizar no classismo, e se organizar no campo da independência de classe.

O sindicalismo classista e democrático, que despontou no final dos anos 1970 e início dos 1980, foi substituído pelo sindicalismo de colaboração, flexibilização trabalhista, renúncia a direitos, e formação de camarilha de dirigentes autoritários, divisionistas, estatizantes, arrivistas e aristocráticos.

Neste momento de pandemia e demissão em massa, o sindicalismo de colaboração vai às últimas consequências, adaptando-se às medidas antioperárias do governo Bolsonaro e do Congresso Nacional. Mostrou-se incapaz de dar uma resposta à política burguesa do isolamento social, que não protegeu os oprimidos da pandemia, e que resultou em desarme total do proletariado, diante dos brutais ataques dos capitalistas aos empregos, salários e direitos. As traições à greve da Renault do Paraná e dos metroviários em São Paulo custaram perda de empregos, salários e direitos. Há pouco, a Ford de São Bernardo fechou a portas e demitiu milhares; e os burocratas enganaram os operários, com a promessa de manutenção dos postos de trabalho. As centrais sindicais inventaram um Dia de Luto, simbolismo pequeno-burguês, seguido pelo Congresso Nacional e STF, instituições que servem à opressão do povo.

Está colocada a luta pela expulsão da burocracia sindical. É preciso constituir as correntes proletárias oposicionistas, para combater a política de conciliação de classes e derrotar o burocratismo. A libertação dos sindicatos das direções pró-capitalistas é parte da superação da crise de direção. A vanguarda com consciência de classe tem o dever de organizar uma campanha sistemática pela independência dos sindicatos, pelo programa de reivindicações, pelo princípio da democracia operária, e pela constituição de uma direção à altura de elevar a organização e a consciência dos explorados sobre as tarefas de combate ao capitalismo e luta pelo socialismo.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org / [facebook - massas.por](https://www.facebook.com/massas.por)

Renault

Greve de 20 dias demonstrou disposição de luta dos metalúrgicos

Burocracia sindical se valeu da luta para negociar um acordo de demissão, contenção salarial e perda de direitos

11 de agosto

A demissão de 747 metalúrgicos da Renault, Paraná, foi respondida com a greve, iniciada em 22 de julho. Depois de algumas manifestações e pressão aos governantes, a direção do sindicato recorreu à Justiça do Trabalho, que determinou a reintegração dos demitidos. No dia 8 de agosto, foi realizado o acordo entre a montadora e o sindicato, denominado “Protocolo de Entendimento”, que objetivava o término da greve, e como se daria a reintegração. Eis os principais problemas:

1) *Os demitidos foram reintegrados imediatamente, como dava para entender a ordem judicial?*

Não. Houve uma manobra entre a empresa e o sindicato. A reintegração formal ficou sujeita ao Programa de Demissão Voluntária (PDV), que passa a abranger toda a fábrica. Os 747 metalúrgicos demitidos que aceitarem o PDV terão a rescisão do contrato encerrada em 1º de setembro. Para cada operário da fábrica que assinar o PDV, ocorrerá a substituição por 1 demitido, que ficará a cargo da montadora. Aqueles que não forem substituídos, serão colocados em lay-off, com prazo inicial de 5 meses. Depois desse prazo, não havendo como readmitir, haverá novo acordo entre sindicato e empresa. Portanto, os demitidos não voltarão ao trabalho com o encerramento da greve no dia 11 de agosto;

2) *Haverá perda salarial?*

Sim. Para os readmitidos que ficarão em lay-off, a “bolsa qualificação” será de, no máximo, 85% do salário. Nesse período, a multinacional ficará isenta de pagar o FGTS. A partir do sexto mês, haverá o desconto proporcional no 13º;

3) *Terá consequência para o reajuste na data-base?*

Sim. A direção do sindicato abriu mão da campanha salarial por dois anos (2020 e 2021). O reajuste será substituído por um abono, a critério da empresa. Assim, se rebaixará o valor dos salários, uma vez que o abono não se incorpora;

4) *Houve quebra de direitos?*

Sim. Durante a vigência do lay-off, portanto de suspensão de contratos, os readmitidos não poderão contar esses meses para efeito de férias e outros benefícios;

5) *A montadora foi derrotada em seu plano de demissões?*

Não. Ao contrário, a Renault estendeu o PDV para o setor administrativo, objetivando a chamada “reestruturação”. A meta será determinada pela montadora;

6) *Os dias de greve serão pagos integralmente?*

Não. Serão usados o banco de horas, antecipação de feriados e outros instrumentos patronais, para descontar os 20 dias de greve.

Está claro que a greve concluiu em uma derrota, no sentido de que obrigatoriamente as demissões ocorrerão. A Renault sabia, perfeitamente, que o critério de demissão inicial seria

contestado pelo sindicato e, depois, viria a decisão arbitral da Justiça do Trabalho. A experiência tem demonstrado que as direções sindicais já não lutam pela defesa dos empregos. Sua política é a de negociar as demissões, por meio de acordos, via de regra, obtidos pelo mecanismo patronal do PDV.

O sindicalismo de colaboração de classes integrou em suas diretrizes as medidas criadas pelas multinacionais, como PDV, layoff, banco de horas e PLR. Assim, os sindicatos deixaram de ter uma resposta própria às demissões e ao desemprego. No fundo dessa capitulação, está o entendimento de que não há como defender os postos de trabalho, diante da “reestruturação produtiva”. A única alternativa é obter algumas vantagens pecuniárias, no momento das demissões em massa. O PDV cumpre essa função. Outro aspecto da capitulação diz respeito ao fato de manter isolados os operários que resistem à demissão em uma determinada fábrica, como acaba de ocorrer com a Renault. Não se vinculam as demissões em massa, que ocorrem em todo o país, com o que se passa individualmente em cada fábrica, e vice-versa. O sindicalismo dos PDVs, layoffs, banco de horas, etc. é expressão política das imposições das multinacionais, e da

Os vinte dias de greve, nas condições da pandemia e do extraordinário crescimento do desemprego, mostraram a disposição de luta dos metalúrgicos. No entanto, sua direção colaboracionista tão somente se utilizou da resistência às demissões, para estabelecer o acordo do PDV.

dominação do grande capital imperialista nos ramos-chaves da produção nacional. Eis por que mesmo os sindicatos controlados pelas esquerdas, que se reivindicam do socialismo, a exemplo da CSP-Conlutas, se submetem e se submetem ao sindicalismo do PDV, exemplo dos acordos com a GM e Embraer.

Os vinte dias de greve, nas condições da pandemia e do extraordinário crescimento do desemprego, mostraram a disposição de luta dos metalúrgicos. No entanto, sua direção colaboracionista tão somente se utilizou da resistência às demissões, para estabelecer o acordo do PDV. Por incrível que pareça, a readmissão jurídica foi acompanhada de novas medidas contra os operários, a exemplo da substituição do reajuste salarial, em 2020 e 2021, por um abono. Assim, a direção do sindicato abriu mão da campanha salarial por dois anos.

No momento em que se efetivarem as centenas de demissões, aquilo que pareceu ser uma vitória se revelará como uma derrota. Mais grave ainda é que a derrota em uma fábrica tão importante como a Renault representa uma derrota para

a classe operária como um todo, que necessita se erguer em luta em defesa dos empregos, salários e direitos. O acordo antioperário assinado pelo sindicato metalúrgico, dirigido pela Força Sindical, indica até que ponto a política de colaboração de classes se mostra visivelmente patronal. O próprio presidente do sindicato, Sérgio Butka, declarou que “para que fosse possível, apresentamos diversas alternativas que possibilitam tanto os empregos como as demandas da empresa”. Ao procurar servir a “dois senhores”, o burocrata serviu à poderosa multinacional, e traiu os operários.

Esse acordo maldito se realizou em plena pandemia, demissão em massa, aumento do desemprego e redução salarial. Foi selado um dia após o Dia Nacional de Luto das centrais. Note-se, assim, a gravidade da patifaria das centrais sindicais em utilizarem o Dia Nacional de Luto, 7 de agosto, para reforçar a passividade dos explorados, acossados pela pandemia e golpeados

pela política burguesa do isolamento social. Bem no momento da necessidade de pôr em pé um movimento pelos empregos e salários, os burocratas fingiram de defensores da vida, se negando a atacar a burguesia no seu ponto mais sensível, que é o de descarregar a crise sanitária e econômica sobre a maioria oprimida. Os sindicatos, sem exceção, se submeteram à MP 936, que se transformou na Lei 14.020. Há uma clara ligação entre a derrota da greve da Renault com a posição geral das centrais, de se submeterem à política burguesa do isolamento social.

A vanguarda com consciência de classe deve rechaçar a farsa de que houve uma vitória dos operários da Renault. E defender a bandeira de que “Empregos não se negociam, defendem-se com luta”.

Viva a greve na Renault!

Abaixo o acordo traidor!

Nota do POR

100 mil mortos, e a pandemia continua matando

Apenas parte da tragédia cabe ao coronavírus

10 de agosto de 2020

Em 8 de agosto, a aguardada marca dos 100 mil mortos foi atingida. As centrais sindicais marcaram um “Dia Nacional de Luto” para o dia 7, uma sexta-feira. Foi possível o cálculo, com erro apenas de um dia, porque o coronavírus faz uma média de mil mortos diariamente. É com base nessa média que especialistas estimam que o Brasil poderá arcar com 150 mil ou 200 mil mortos. Os meios de comunicação continuam a divulgar os conselhos da Organização Mundial da Saúde (OMS), de que não se deve baixar a guarda. No momento, os governantes procuram amortecer suas responsabilidades, com a propaganda sobre o andamento precoce das vacinas. Não têm como esconder que, por trás dessa corrida, estão os interesses das multinacionais e das potências.

Não se sabe ainda a capacidade de persistência do vírus em manter a onda de contaminação e, com ela, os óbitos. Mesmo assim, o poder econômico mantém firme a decisão de acabar, definitivamente, com o isolamento social. Tornou-se visível a incapacidade do capitalismo de fazer frente à pandemia, no que diz respeito à sua proliferação sobre as massas pobres, miseráveis e famintas. Essa verdade foi exposta pelos acontecimentos. Certamente, nenhum governo, nenhuma autoridade coloca a questão nesses termos.

Apesar de diferentes atitudes políticas dos governos, em cada país, no fundamental, convergiram no sentido de que, o que poderiam fazer, foi feito. Lamentam as mortes, mas entendem que a vida continua. Em outras palavras, chegou o momento em que os capitalistas não mais poderiam assumir o isolamento social. Manter parte da força de trabalho fora da produção resulta em redução dos lucros e perda de capitais. Os pequenos e médios capitalistas viram que o prolongamento do “fique em casa”, não apenas atingia, momentaneamente, seus negócios, como os ameaçava ou os levava a quebras. As famílias que, por sua vez, sobrevivem do comércio informal logo se ressentiram da extraordinária diminuição de sua renda. As medidas de proteção social serviram apenas para amenizar a interrupção das atividades de milhões de informais e subempregados. Não era possível manter essas condições por muito tempo.

A quebra de micro e pequenos empresários e as demissões em massa se combinaram de tal maneira, que se levantaram como um obstáculo à continuidade do isolamento social, mesmo que tenha sido parcial. A Medida Provisória (MP 936) deu margem de manobra a uma parcela dos empregadores, mas não foi possível ser assumida, na proporção concebida pelo governo e Congresso Nacional. De maneira que uma parte reduziu os salários, e outra preferiu demitir. E, mesmo entre aquela que aplicou a MP 936, houve aqueles que acabaram demitindo. Em poucos meses, foram extintos 8,9 milhões de postos de trabalho. Vertiginosamente, a parcela da população desempregada e que não procura emprego, deu um salto, para 77,8 milhões. Segundo o IBGE, seriam precisos 40,5 milhões de novos postos de trabalho, para incorporar aqueles que deixam um emprego. Independentemente da discussão sobre o

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

método estatístico que aufero o desemprego, o fato é que, com a pandemia, ocorreram milhões de demissões.

Considerando de conjunto esses fatores, se observa que a contrariedade dos grandes capitalistas em manter a produção em baixa escala, a indisposição dos pequenos e médios em seguir com seus negócios inativos, a indisciplina dos informais em acatar a quarentena, o fracasso parcial da MP 936 em evitar demissões em massa, e as pressões sociais do desemprego em alta, forçaram a quebra do isolamento social.

Se não se analisa o enfrentamento ao coronavírus, tendo em mãos essa confluência de fatores, que ficou ao encargo dos governantes, não se entende por que era inevitável o fracasso do isolamento social, como método fundamental à disposição da ciência. A experiência com epidemias e pandemias anteriores, e o conhecimento adquirido sobre o novo vírus, indicavam que a sua contenção relativa dependia da maior ou menor interrupção da transmissão. Não se tinha, no entanto, a experiência econômica e social de sua aplicação.

As divergências no interior da burguesia e dos governos sobre a magnitude de sua aplicação expuseram, logo de início, que o isolamento social resultaria em desastres na economia mundial, que já se encontrava em estágio de queda recessiva. Uma outra ordem de constatação a ser considerada era e é a diferença entre as potências e as semicolônias, e, inclusive, entre elas mesmas. Os efeitos econômicos do isolamento social são mais ou menos semelhantes, no geral, mas se distinguem profundamente nas condições particulares de cada país. A potencialidade econômica, as condições de emprego, subemprego e pobreza das massas variam, bem como a escassez ou fartura de recursos em mãos dos Estados Nacionais. Não menos importante, são as divergências no interior do poder do Estado, assim como a relação dos sindicatos com o parlamento e partidos da ordem capitalista. Nos Estados Unidos e Brasil, se destacou a resistência de Trump e Bolsonaro em abraçarem a orientação da OMS. Não se tratava, porém, de antagonismos de fundamento de classe, mas de maior ou menor aceitação das consequências econômicas, sociais e políticas da diretriz do isolamento social.

A marca dos 100 mil mortos no Brasil foi lembrada na situação em que a belicosidade entre Bolsonaro e boa parte dos governadores em torno ao isolamento social se encontrava, em grande medida, arrefecida. O governador de São Paulo, Doria, que liderou a divergência de orientação com Bolsonaro, tomava à frente da “flexibilização” do isolamento social. Havia se colocado, portanto, sob a diretriz original de Bolsonaro, ao ponto de elogiar o general e ministro da Saúde,

Pazuello. Essa mudança política deixou transparecer que a divergência inicial era circunstancial. No final das contas, o poder econômico ditou as ordens aos governadores, incluindo aqueles mais à esquerda, colocando-os sob a tutela de Bolsonaro.

Os reformistas, PT e aliados, assumiram o isolamento social, como se estivessem no campo de batalha entre a ciência e a não ciência, entre os defensores da vida e os da morte. Alinharam-se ao governador de São Paulo, como se esse expressasse o campo progressivo do combate ao coronavírus. Assim que os empresários passaram a dar apoio ativo a Bolsonaro, o isolamento social foi quebrado, e os governadores ligados aos reformistas fizera m também a virada. Mudança essa que pôs às claras a demagogia sobre a defesa da vida. O PT e aliados, no entanto, fecharam os olhos para o que ocorria em seu próprio quintal. O governador do Maranhão, Flávio Dino, PCdoB, teve a audácia de propor um pacto a Bolsonaro, em nome dos empregos. Os governadores da oposição se mantiveram agar-

Com as massas completamente desorganizadas e temerosas, não só diante da pandemia, mas também das demissões e desemprego, é impensável uma luta séria, classista e revolucionária contra o governo Bolsonaro.

rados ao isolamento social, até o momento em que o poder econômico exigiu a mudança geral de curso. O PT e aliados nada puderam fazer, a não ser sustentar a farsa da bandeira da defesa da vida contra o “genocida” Bolsonaro. Essa bandeira continua a ter valor nas disputas eleitorais.

As centrais sindicais, controladas por uma das frações oposicionistas ao governo, principalmente, a direção da CUT e Força Sindical, se submeteram completamente à política burguesa do isolamento social. Essas direções, cinicamente, resistem a reconhecer que o isolamento social fracassou, e está em vias de se extinguir, uma vez que apenas a educação e alguns poucos setores do funcionalismo continuam em quarentena. O fato de receberem o salário integral, e os efetivos terem seus empregos garantidos, permitiu que se mantivessem em quarentena, e, inclusive, resistirem voltar ao trabalho. Não por acaso, esse é o único ponto de conflito político dos reformistas com os governadores. O que lhes dão alguma margem de manobra, principalmente, porque envolve os estudantes, cujos pais, com razão, temem a contaminação. Fora essa pendência, o isolamento social já não existe para a maioria da classe operária e demais explorados.

Essa descrição evidencia a conduta leviana da burocracia sindical, que ajudou a implantar a política burguesa do isolamento social, desarmando o Dia Nacional de Luta, de 18 de

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

março, e evitando a organização da classe operária e demais oprimidos, para tivessem uma resposta própria à pandemia e às suas consequências sociais e econômicas. As correntes de esquerda, por seu lado, não tiveram outra política, senão a de seguir os passos do PT, aliados e burocracia sindical. É o que explica sua adesão à bandeira diversionista de impeachment, defesa da democracia e “Fora Bolsonaro”.

Com as massas completamente desorganizadas e temerosas, não só diante da pandemia, mas também das demissões e desemprego, é impensável uma luta séria, classista e revolucionária contra o governo Bolsonaro. Por cima dos explorados – de seus mortos, desempregados e empobrecidos –, eclodiu a mais contundente crise política do governo Bolsonaro. E, agora, as forças da conciliação vêm procurando contornar a derrocada do governo direitista, tendo em vista a possibilidade do agravamento da luta de classes no próximo período. O PT, aliados, burocracia sindical e seguidistas de esquerda também desenvolveram a política opositora, nas condições de profundo refluxo dos explorados, e sob a chancela da política burguesa do isolamento social.

O “Dia Nacional de Luto”, 7 de agosto, expressou o conservadorismo e o reacionarismo da burocracia sindical, que segue a oposição burguesa. Ao contrário de trabalhar para romper o temor dos explorados e a sua desorganização, essas direções continuam com o palavreado de defesa da vida, abrigados na

bandeira do isolamento social, que já não existe.

Os 100 mil mortos foram lembrados pelo Congresso Nacional. Decretou-se luto oficial. Rodrigo Maia discursou, dizendo que não se deve naturalizar as mortes e que “cada vida é única e importa”. O Supremo Tribunal Federal foi na mesma linha. Os representantes da burguesia – que aprovaram a MP 936, que reduz salários, e o “orçamento de guerra”, para proteger, principalmente, o capital financeiro – se põem em luto, para ocultar a sua responsabilidade pela mortandade. E as centrais sindicais se puseram de luto, para ocultar sua responsabilidade de ter assumido a política burguesa do isolamento social. Os explorados não precisam de luto, mas de organização da luta pelos empregos, salários, direitos e saúde pública.

A tarefa da vanguarda revolucionária é a de rechaçar e denunciar a impostura daqueles que se vestem de luto, e continuam esmagando a vida da maioria oprimida. É a de fazer campanha nas fábricas, demais locais de trabalho, bairros e nas ruas, em defesa de um plano de emergência próprio dos explorados. É batalhar para que os sindicatos convoquem assembleias e constituam comitês de empregados e desempregados. É mostrar à classe operária e demais oprimidos que têm uma estratégia revolucionária de poder, que é a luta por um governo operário e camponês. É, enfim, ajudar o proletariado a superar o golpe levado, a desorganização e a ausência de independência política diante da burguesia e seus governos.

Notas nacionais

Ministro da Justiça, André Mendonça, acoberta a responsabilidade de Bolsonaro

Diante da repercussão política que teve o vazamento do relatório de inteligência sobre 579 servidores públicos do movimento antifascista, o ministro se viu obrigado a comparecer à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional. Não fez senão declarar o que já havia exposto

impeachment da presidente. Referiu-se, inclusive, ao monitoramento de pessoas e grupos no momento da realização da Copa do Mundo e da Olimpíada. Concluiu que as incursões de inteligência são partes constitutivas da segurança nacional. Procurou dar a ideia de que não havia motivo para as denúncias de

acatar o pedido de explicações do Supremo Tribunal Federal, sob a alegação de sigilo. Mendonça, que substituiu o ministro Sérgio Moro, há pouco mais de três meses, fez sua aparição retumbante com a denúncia de que transformou o SEOPI em instrumento de vigilância de opositores do governo Bolsonaro. Jurou, no entanto, que nunca teve essa intenção e que segue a Constituição. Esse episódio, logo mais, vai ser enterrado, caso não haja outros vazamentos.

A propósito do fato de Mendonça ter se referido à coleta de informação sob o governo de Dilma Rousseff, 8 jovens foram acusados de terrorismo, pela Operação Hashtag, entre março de junho de 2016, como se pertencessem ao Estado Islâmico. E, finalmente, alguns deles foram condenados, em 4 de maio de 2017. Nunca mais se falou sobre a existência de grupo terrorista islâmico no Brasil. Está claro que foi uma farsa montada a partir da internet. Não há interesse, certamente, de se remexer nesse acontecimento ditatorial do passado.

Mendonça, que substituiu o ministro Sérgio Moro, há pouco mais de três meses, fez sua aparição retumbante com a denúncia de que transformou o SEOPI em instrumento de vigilância de opositores do governo Bolsonaro.

na imprensa. Manobrou para ocultar a responsabilidade do governo Bolsonaro, de listar e vigiar opositores. Apresentou a atividade de espionagem realizada pela Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) como sendo corriqueira. Lembrou que também foi realizada em outros governos, a exemplo do período de Dilma Rousseff. Segundo o ministro, um relatório de inteligência havia sido feito sobre as atividades de Kim Katagui, líder do Movimento Brasil Livre (MBL), que se destacou na campanha do

que a SEOPI tivesse ultrapassado o limite da legalidade. Mesmo assim, Mendonça demitiu o coronel Gilson Libório, responsável pela Inteligência, sob o argumento de que estaria assegurando a “imparcialidade na apuração dos fatos”. Entregou o relatório (dossiê) ao Congresso Nacional, no sentido de mostrar que também foram acompanhados pelo setor de informação do Ministério da Justiça e membros do movimento pró-Bolsonaro. E aproveitou para rebater a informação da imprensa, de que havia se negado a

Dessa nova ofensiva da “comunidade de informação”, o mais importante é que indica o fortalecimento dos órgãos de espionagem policial da vida política do país, desde o golpe de Estado de 2016, a constituição da ditadura civil de Temer, e a do governo militarista de Bolsonaro. Instituições como a ABIN, GSI e SEOPI atentam contra as liberdades democráticas. Abrigam forças ditatoriais. Leis como a do Antiterrorismo, que foi ditada pelos Estados Unidos, re-

fletem as limitações da democracia burguesa oligárquica. Sabemos que o movimento sindical, camponês e popular, bem como as correntes que se colocam como anticapitalistas, são diariamente vigiadas e suas lideranças classificadas como um perigo à segurança nacional. O escândalo do relatório sobre os 579 somente veio à tona, porque atingiu intelectuais e personalidades acadêmicas, cuja vida política tem se mostrado exemplarmente adaptadas ao sistema

capitalista e à democracia oligárquica. Mesmo assim, o deputado Eduardo Bolsonaro entregou a autoridades norte-americanas o dossiê. Esse gesto é suficiente para revelar o quanto os bolsonaros e os bolsonaristas são serviçais do imperialismo.

É parte da luta democrática e defesa das liberdades políticas, as bandeiras de fim de todos os órgãos de informação, que servem ao Estado policial.

Mentira de Bolsonaro

A imprensa burguesa está pedindo “uma explicação convincente sobre os cheques depositados por Fabrício Queiroz, ex-policia militar e ex-assessor do filho Flávio, em nome da primeira-dama Michelle Bolsonaro”. Não há nada que explicar ao país. Está claríssima a mentira do presidente da República. A relação entre Fabrício Queiroz e a família Bolsonaro está repleta de ilegalidade, corrupção e bandidagem. A transação criminosa vai muito além do que se denominou “rachadinha”. Esquema esse em que o então deputado Flavio Bolsonaro, parlamentar da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), desviava recursos públicos por meio de assessores. A investigação descobriu um depósito de R\$ 24 mil em favor de Michelle Bolsonaro. O presidente da República explicou que sua mulher recebia parte de um empréstimo de R\$ 40 mil, feito ao amigo Queiroz. O que não havia nada de ilegalidade, ou seja, nenhum vínculo com a tal da “rachadinha”. A investigação, agora, revelou que não foram apenas R\$ 24 mil, mas R\$ 89 mil. Sabia-se que a justificativa de pagamento de empréstimo era uma mentira, uma vez que Queiroz cumpria o papel de pivô de recolhimento da “rachadinha”, que era repassada a Flávio Bolsonaro.

Esse meio de extorquir dinheiro público se revelou uma prática comum de inúmeros deputados da ALERJ. Flávio Bolsonaro era mais um dos larápios que se valia desse canal clandestino para aumentar seu soldo de parlamentar. Michelle Bolsonaro fez parte desse mecanismo, como receptora, certamente, para deixar de fora o nome de seu marido. É tão escandaloso o comprometimento de Bolsonaro e sua família com o desvio de dinheiro da ALERJ, que o presidente da República fez de tudo para afastar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) das investigações. O Coaf foi deslocado do Ministério da Justiça e Segurança Pública, quando ainda era presidido pelo ministro Sérgio Moro, para o Banco Central. Não há nada a esclarecer, portanto, sobre a mentira deslavada do presidente da República.

Uma questão ainda obscura é a do vínculo de Queiroz com as milícias do Rio de Janeiro, e a implicação dos bolsonaros. Sabe-se da íntima proximidade de Flávio com um reconhecido miliciano, Adriano da Nobrega, assassinado pela polícia da Bahia como queima de arquivo, a que tudo indica. Queiroz tem muito a revelar, por isso recebe uma proteção especial na justiça e na polícia. O último feito foi

o de ser colocado em prisão domiciliar e, em seguida, sua mulher, que se encontrava foragida. Há uma quadrilha por trás de Queiroz. A ponta do novelo de sua implicação com as milícias, Adriano Nobrega, foi executado. Ao não se desenrolar essa trama, torna-se mais distante a revelação do complô que resultou no assassinado da vereadora (PSOL) Marielle Franco e seu motorista.

No interior do aparato, se tem bloqueado sistematicamente a exposição de todos os elos da cadeia de criminalidade que pode chegar ao presidente da República. Tanto se tem falado sobre a obra da Lava Jato em descortinar a corrupção sistêmica, atribuída ao PT, no entanto, esse caso da “rachadinha”, e, sobretudo, das milícias, envolvendo a família Bolsonaro, vai muito além da corrupção, adentra à marginalidade.

No interior do aparato, se tem bloqueado sistematicamente a exposição de todos os elos da cadeia de criminalidade que pode chegar ao presidente da República. Tanto se tem falado sobre a obra da Lava Jato em descortinar a corrupção sistêmica, atribuída ao PT, no entanto, esse caso da “rachadinha”, e, sobretudo, das milícias, envolvendo a família Bolsonaro, vai muito além da corrupção, adentra à marginalidade. As instituições do Estado estão profundamente contaminadas por interesses nada republicanos – como gostam de dizer os meliantes da política burguesa –, caso contrário, Bolsonaro já não estaria na direção do País.

Não temos dúvidas, e é necessário que se diga, a corrupção do período em que o PT esteve na Presidência é parte da decomposição geral da política burguesa, da democracia oligárquica e das instituições que a sustenta. Essa decomposição permanecerá, sempre potenciando o apodrecimento da política burguesa, enquanto o proletariado não se emancipar, construir o seu partido revolucionário, e criar as condições político-programáticas para a revolução social. Nesse processo, é importante a defesa da constituição de um Tribunal Popular, nascido da luta de classes e da organização independente dos explorados diante do Estado burguês.

Os boletins regionais – Nossa Classe, Juventude em Luta, Corrente Proletária na Educação (municipal e estadual) – concentraram a campanha do partido em torno da defesa de um Dia Nacional de Luta, com paralisação, pelos empregos, salários, direitos e saúde pública. O boletim Corrente Proletária Estudantil responde à intervenção do governo federal no Instituto Federal do Rio Grande Norte (IFRN) e a Corrente Proletária na Educação denuncia a reforma da Previdência do governo Fátima (PT/PCdoB). O boletim Nossa Classe - ECETISTAS intervém

contra os cortes de direitos, redução salarial e privatização dos correios. O boletim Corrente Proletária na Educação, professores municipais de São Paulo, defende que somente a assembleia geral pode decidir sobre o retorno às aulas presenciais. O boletim Corrente Proletária Universidade também responde à pressão do governo de retorno às aulas e ao ensino a distância, bem como ao CONAD extraordinário virtual, convocado pela burocracia sindical do Andes.

Abaixo publicamos parte dos boletins.



Boletim Nossa Classe / Política Operária

Não aceitar nenhuma demissão! Reagir prontamente em defesa dos empregos!

Companheiros, o Boletim Nossa Classe vem fazendo uma campanha em defesa dos empregos, salários e saúde pública. Não aceitamos as demissões, que servem para proteger os patrões da crise econômica. Desde maio, a pesquisa mostrou que foram destruídos dois milhões oitocentos e treze mil postos de trabalho (2,813 milhões). Assim, o número de trabalhadores desempregados atingiu quarenta milhões e quinhentos mil (40,5 milhões).

Neste momento, nossos companheiros da Renault de São José dos Pinhais (PR) estão em greve contra a demissão de 747 metalúrgicos. A Embraer apresentou um novo plano de demissão. A Ford, na Bahia, suspendeu o contrato de 1.600. A empresa aérea Latam ameaça demitir dois mil e setecentos aeronautas (2,7

mil). A autopeça Mahle de São Bernardo está demitindo, e usará o lay-off como primeiro passo para mais demissões. Companheiros, é preciso dar uma basta nas demissões!

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos e as centrais sindicais organizem um movimento em todo o Brasil contra as demissões, pelas readmissões de todos aqueles que perderam os empregos durante a pandemia, e abertura de novos postos de trabalho para acabar com o desemprego. Que os sindicatos convoquem assembleias para organizar a luta contra o desemprego. E que as centrais sindicais iniciem a luta, convocando um Dia Nacional de Luta, com paralisação nas fábricas, transporte, comércio e serviços, pelos empregos, salários e saúde pública.

Temos nossas reivindicações. O que falta é lutar pelos empregos e salários!

Primeiro: que os patrões reduzam a jornada de trabalho, sem reduzir os salários;

Segundo: que nenhum trabalhador seja demitido sem justa causa, comprovada e reconhecida por uma comissão de defesa dos empregos, criada pela assembleia;

Terceiro: implantação do sistema de escala móvel das horas de trabalho,

que consiste em dividir as horas nacionais aplicadas na produção entre todos os trabalhadores do País, sem redução salarial;

Quarto: regime contratual de estabilidade no emprego;

Quinto: que o governo realize um plano de obras públicas para criação de empregos;

Sexto: que a redução de salário du-

rante a pandemia seja revogada, e os trabalhadores recuperem integralmente o valor dos salários;

Sétimo: rejeitar a MP 936 e as novas medidas de contratação com redução de salários e quebra de direitos;

Esses sete pontos respondem à luta operária em defesa da força de trabalho.

Precisamos da democracia operária para decidir

Primeiro: que os sindicatos convoquem, tanto as assembleias de fábrica, como a assembleia geral;

Segundo: que as assembleias sejam democráticas, assim todos têm o direito de defender propostas, e de decidir conscientemente;

Terceiro: que as assembleias sejam soberanas, uma vez discutido democraticamente e votado conscientemente, to-

dos devem acatar, e somente uma nova assembleia pode mudar a decisão;

Quarto: que as assembleias formem os comitês de luta, que unifiquem empregados e desempregados.

Se esses quatro pontos forem aplicados pela direção sindical e forem controlados coletivamente pelas bases, seremos fortes e capazes de lutar pelas reivindicações.

Temos nossos meios e métodos de luta

Primeiro: a greve é nosso principal instrumento de defesa contra os ataques patronais;

Segundo: a ocupação de fábrica é um importante meio, a ser usado em casos extremos de fechamento da fábrica e demissões em massa. (Era o que deveria ter sido feito no fechamento da Ford de São Bernardo);

Terceiro: o controle operário da produção é uma forma da classe operária combater os planos de demissão e de fecha-

mento de fábricas. (Também o controle operário se aplicava no caso da Ford);

Quarto: os atos, passeatas, marchas e bloqueios de ruas mostram a vontade e a força coletiva dos explorados em se defenderem contra os patrões e seus governos.

Esses quatro meios e métodos precisam ser recuperados pela classe operária. E se recupera praticando na luta.

A democracia operária, os meios e os métodos de luta nascem da luta de classes

A classe operária tem sido obrigada, desde a sua origem, a defender os empregos, salários, direitos trabalhistas e políticos. Descobriu, por meio da luta de classes contra a exploração patronal, que somente com sua força coletiva poderia se defender. Criou as assembleias, onde todos os trabalhadores podiam se expressar e decidir. Recorreu à greve como forma de parar a produção e, assim, atingir os interesses dos capitalistas. Teve de ocupar fábricas, para dizer não ao seu fechamento e às demissões. Lançou-se às ruas para protestar e exigir o cumprimento das reivindicações.

Assim, a classe operária descobriu que pode se organizar em sindicatos, comitês, e, sobretudo, ter um partido próprio, oposto aos partidos da burguesia. Essa rica experiência tem de ser recuperada em nossa luta contra as demissões, rebaixamento salarial, destruição de direitos; e contra a política bur-

guesa dos governos.

Para isso, é preciso:

Primeiro: recuperar a democracia operária, os meios e os métodos de luta;

Segundo: rejeitar a política de colaboração de classes das direções sindicais, que usam os sindicatos em favor dos patrões;

Terceiro: enfrentar o autoritarismo da burocracia sindical, que anula a democracia operária e os métodos de luta;

Quarto: formar oposições classistas, democráticas e fieis aos métodos da luta coletiva; e que se empenhem na defesa do programa de reivindicações;

Quinto: expulsar da direção dos sindicatos os vendilhões, carreiristas, oportunistas e interesseiros;

Sexto: recuperar a capacidade dos sindicatos de promover a organização coletiva da classe operária.

Boletim Nossa Classe de Pernambuco

7 de agosto: Dia Nacional de Luta

POR UM PODEROSO MOVIMENTO NACIONAL, EM DEFESA DOS EMPREGOS, SALÁRIOS E SAÚDE PÚBLICA

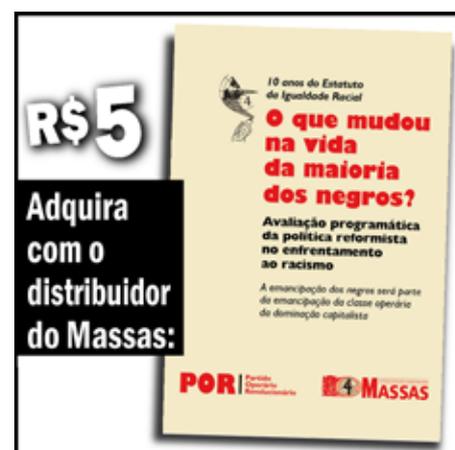
Com milhares de desempregados e quase 100 mil mortos pelo coronavírus, as centrais sindicais convocaram o dia 07 de agosto como um dia Nacional de luta. É preciso que as centrais de fato construam esse dia, para erguer um movimento em defesa dos empregos, salários e saúde pública.

Bolsonaro e os governadores agora estão de mãos dadas, para que todos voltem ao trabalho. A burguesia disse que iria defender as vidas com o isolamento social, mas, na prática, o que fez foi aproveitar, para lucrar com demissões, redução de salários e de direitos. Milhões de postos de trabalho foram aniquilados, e o número de pessoas sem trabalhar (87,7 milhões) ultrapassou a quantidade de pessoas ocupadas (85,9 milhões).

Nossos companheiros da Renault de São José dos Pinhais (PR) estão em greve, contra a demissão de 747 metalúrgicos. A Embraer apresentou um novo plano de demissão. A Ford, na Bahia, suspendeu o contrato de 1.600. A Latam ameaça demitir 2.700 aeronautas.

O Boletim Nossa Classe defende que o dia 07/08 seja o ponto de partida para a organização de um poderoso movimento nacional em defesa dos empregos, salários e saúde pública. Que os sindicatos convoquem assembleias, para organizar a luta contra o desemprego. Que os sindicatos e as centrais sindicais de fato organizem um movimento em todo o Brasil contra as demissões, pelas readmissões de todos aqueles que per-

deram os empregos durante a pandemia, e abertura de novos postos de trabalho, para acabar com o desemprego. Que seja um dia de paralisação nas fábricas, transporte, comércio e serviços.



As empresas de transporte de Recife continuam demitindo: o que fazer?

Os rodoviários continuam penando com a redução de salários e as demissões, como denunciam trabalhadores da Caxangá, Transcol, Borborema, Vera Cruz. O acordo do sindicato com a Urbana-PE, de aplicação da MP 936, foi uma derrota. Só houve reintegração de poucos, conforme os interesses das empresas.

As demissões estão ocorrendo sem o pagamento das verbas rescisórias. As empresas fazem os trabalhadores assinarem acordos para o pagamento de uma mixaria, com a promessa de readmissão quando acabar a pandemia. Como dizem os demitidos, “a gente

aceita por já não ter como esperar mais, por precisar comer e pagar as contas, mas acreditar que readmitirão é como acreditar em papai Noel”.

As empresas decidiram prorrogar por 90 dias o acordo maldito da gestão de Grilo, que permite a dupla função. Os patrões usam a ameaça do desemprego para colocar medo nos trabalhadores e impor as piores condições de trabalho. É comum o não pagamento de férias e horas extras. Muitas empresas fazem os rodoviários trabalharem sem folga, negociam a escala de 15 dias trabalhados e 15 dias de folga, mas, quando chega o momento do descanso, a empresa vol-

ta atrás, como denunciou um guará da Vera Cruz.

O Boletim Nossa Classe defende a urgência dos guarás demitidos e empregados se unirem na luta em defesa dos empregos, salários e direitos. O emprego e o salário são os únicos meios de sobrevivência da classe operária. A demissão aumenta a exploração dos que ficam. A espera pela via judicial e pelo governo (que já deixou claro que está do lado do patrão) só levará a mais derrotas. É necessário que o sindicato convoque assembleias nas garagens, com o chamado dos demitidos e empregados, para organizar a luta.

O que o sindicato está fazendo para garantir as reintegrações dos rodoviários demitidos?

Depois da assembleia burocrática, o sindicato fez uma live, em 16/07, sobre a campanha Salarial. Recebeu uma enxurrada de perguntas em torno da reintegração dos demitidos. A resposta da direção é de fazer uma “campanha de sensibilização do Tribunal para julgar as reintegrações”.

Já são mais de 4 meses que os mais de 3 mil trabalhadores demitidos aguardam o processo de readmissão na justiça, e o

apelo do sindicato ao governador Paulo Câmara. A direção do sindicato (PSOL/ Resistência) canaliza sua ação ao terreno jurídico e de pressão ao governador. O objetivo é de desgaste eleitoral, o que mantém a categoria na passividade. O mesmo método está sendo usado na campanha salarial. Já sabemos onde isso vai dar: derrota para a categoria.

O Boletim Nossa Classe defende que

a direção do sindicato abandone a passividade e retome os métodos de luta. A conquista das reintegrações, salários e direitos virá da ação direta da categoria, com demitidos e empregados juntos. É urgente organizar as assembleias nas garagens, preparar um forte movimento, que paralise de toda a categoria, até a readmissão de todos e atendimento de todas as reivindicações.

Boletim Nossa Classe ECETISTAS

Cortes de direitos, redução salarial, privatização dos Correios: nem STF, nem o Congresso podem barrar! Organizar as paralisações, convocar as assembleias presenciais, organizar a Greve nacional!

Companheiros,

(...)

Desde o final de julho, depois das falas do presidente dos Correios, general Floriano Peixoto,

ficaram evidentes quais são as próximas investidas do governo: (a) retirar os 30% do adicional de risco; (b) cortar o valor do vale alimentação; (c) diminuir os 2/3 de adicional do pagamento de férias; (d) diminuir para 120 dias o afastamento da licença maternidade, que é de 180 dias; (e) diminuir o adicional noturno de 60% para 20%; (f) acabar com a indenização por morte ou invalidez; (g) retirar o auxílio creche. Além de outros ataques.

Do total de 79 pontos do Dissídio Coletivo, a empresa quer modificar ou acabar com 70 deles! O que significará a destruição completa das atuais condições salariais e de trabalho de cerca de cem mil ecetistas. Não bastasse isso, a empresa continua sua política de não contratação de novos funcionários,

e com um plano avançado de privatização da empresa. O governo tem anunciado a apresentação de um novo marco legal do setor, que desobrigaria o Estado a prover nacionalmente o serviço postal, o que permitiria, por exemplo, o fatiamento da empresa em futura privatização.

(...)

O que é preciso fazer?

Primeiro,

Exigir que, em cada local de trabalho, haja reuniões para organizar a assembleia do dia 17 de agosto, que estas reuniões sejam presenciais, e que a assembleia em cada região, em cada cidade, seja também presencial. Não derrotaremos os planos da ECT e do governo em reuniões e assembleias online, sem nenhuma pressão social.

Segundo,

Organizar desde já uma campanha com materiais im-

pressos para divulgar à população o que o governo e a empresa têm proposto para os ecetistas que, desde o início da pandemia, seguiram trabalhando e se contaminando, e até morrendo. Denunciando assim que as medidas de ataques aos empregos e aos salários, que têm ocorrido nos Correios, é semelhante ao que governos e capitalistas têm imposto para o conjunto dos trabalhadores do país.

Terceiro, aprovar, no dia 17 de agosto, a greve nacional por tempo indeterminado. Não podemos acreditar que a paralisação de um ou dois dias pode fazer frente a estes brutais ataques que estamos enfrentando agora. Também não é possível acreditar que, mesmo que o STF rejeite ou

acate parcialmente o pedido da ECT, teremos uma “vitória” contra a política da direção da empresa, que segue a diretriz do governo federal, de reduzir gastos, destruir direitos e garantir as privatizações. Apenas uma greve geral ativa, com mobilização de rua, com a perspectiva de unidade com outros setores dos trabalhadores, pode barrar a ofensiva atual.

(...)

Defendamos nossa vida e de nossa classe! Lutemos por nossos salários e por nossos empregos! Lutemos contra a privatização dos correios! Exijamos a greve por tempo indeterminado para barrar o conjunto de ataques!

Rio Grande do Norte

A regional publicou dois boletins da Corrente Proletária estudantil, um da Corrente Proletária na Educação e um do próprio partido.

Boletim da Corrente Proletária estudantil

De forma ditatorial, o interventor avança para impor o retorno das aulas via EaD, e chama a PM para agredir os estudantes.

Resposta do Boletim: temos de usar os nossos meios de luta: greve unificada por tempo indeterminado, assembleias, mobilização nos campi, atos, etc.

Fora o interventor e posse do reitor eleito! Em defesa da autonomia do IFRN! Abaixo a repressão e defesa da liberdade de expressão! Anulação da Resolução nº 39/2020! Contra o retorno das aulas via EaD! Greve unificada por tempo indeterminado!

Boletim Corrente Proletária na Educação – São Paulo

Câmara Municipal de SP aprova o PL 452

É preciso convocar a Assembleia Geral já! Quem deve decidir sobre o retorno às aulas são os trabalhadores, estudantes e comunidades!

Sem a luta nas ruas, o governo pode obrigar a categoria a retornar, mesmo sem as condições sanitárias! É urgente pôr em pé um movimento massivo e unitário em defesa dos empregos, salários e saúde pública! Os sindicatos, centrais e movimentos precisam convocar um verdadeiro Dia Nacional de Luta!

(...)

Pôr em pé um movimento por emprego, salário e proteção sanitária! Que as centrais e sindicatos convoquem as assembleias. Unir empregados e desempregados, trabalhadores formais e informais!

Boletim Corrente Proletária na Educação

Não podemos deixar a reforma da Previdência do governo Fátima (PT/PCdoB) ser aprovada sem nenhuma resistência dos servidores do RN

A reforma da Previdência do governo Fátima está pronta para ser aprovada na Assembleia Legislativa. A reforma traz redução salarial com o aumento da alíquota de contribuição

de 11% para 12%, 14% e 16%, conforme faixa salarial. A reforma da Previdência é a forma encontrada pelos governos, de dificultar a aposentaria e estimular para que o servidor morra trabalhando, pois, ninguém vai querer se aposentar com a redução do valor dos benefícios previdenciários, porque os salários já são baixos.

(...)

Não podemos permitir que o governo Fátima aprove a reforma da Previdência sem nenhuma resistência! Que as direções saiam do isolamento social, da conciliação de classes e se proponham a organizar um grande movimento contra a reforma da Previdência do governo Fátima!



**POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

12 de agosto de 2020

Nota de solidariedade aos estudantes e servidores do IFRN

Justamente no dia do estudante, 11 de agosto, os estudantes do IFRN realizavam mais um ato de protesto na reitoria contra a intervenção na instituição, quando foram surpreendidos com a ação truculenta da Polícia Militar, a pedido do interventor do IFRN, Josué Moreira, indicado pelo ex-ministro Abraham Weintraub. Os estudantes foram duramente agredidos, foi usado spray de pimenta, um celular foi tomado pelos policiais, e um servidor chegou a ser atropelado pelo carro de um dos capachos do interventor. Os vídeos que circulam nas redes sociais retratam cenas de barbárie.

Há mais de cem dias que o IFRN está sob intervenção. Desde então, o interventor Josué Moreira e seus capachos vêm acumulando uma série de ações prepotentes e arbitrárias contra os estudantes e servidores dessa instituição. Recentemente, tem feito uma campanha para o retorno às aulas via EaD, que já se comprovou ser excludente e um total fracasso pedagógico, pois acentua o caráter memorístico e repetitivo do ensino, aprofunda a separação entre teoria e prática e prejudica a relação professor-aluno.

Diante do ocorrido, o Partido Operário Revolucionário vem repudiar a atitude truculenta do interventor Josué e da Polícia Militar, um verdadeiro atentado à liberdade de expressão. Manifestamos total solidariedade aos estudantes e servidores agredidos e todo apoio à luta da comunidade escolar pelo FORA INTERVENTOR e nomeação do reitor eleito José Arnóbio!

Boletim – POR

NOTA DE SOLIDARIEDADE AOS ESTUDANTES E SERVIDORES DO IFRN

Justamente no dia do estudante, 11 de agosto, os estudantes do IFRN realizavam mais um ato de protesto na reitoria, contra a intervenção na instituição, quando foram surpreendidos com a ação truculenta da Polícia Militar, a pedido do interventor do IFRN, Josué Moreira, indicado pelo ex-ministro Abraham Weintraub. Os estudantes foram duramente agredidos, foi usado spray de pimenta, um celular foi tomado pelos policiais, e um servidor chegou a ser atropelado pelo carro de um dos capachos do interventor. Os vídeos que circulam nas redes sociais retratam cenas de barbárie.

(...)

Diante do ocorrido, o Partido Operário Revolucionário vem repudiar a atitude truculenta do interventor Josué e da Polícia Militar, um verdadeiro atentado à liberdade de expressão. Manifestamos total solidariedade aos estudantes e servidores agredidos, e todo apoio à luta da comunidade escolar pelo FORA INTERVENTOR e nomeação do reitor eleito José Arnóbio!

Boletim Juventude em Luta – Corrente Proletária Secundarista – São Paulo

PRECISAMOS DE UM VERDADEIRO DIA NACIONAL DE LUTAS, QUE DEFENDA EMPREGOS, SALÁRIOS E SAÚDE PÚBLICA COM O MÉTODO DA AÇÃO DIRETA

(...)

O quadro que vivemos é o do aprofundamento da barbárie social: a maioria da população está sem emprego; o trabalho informal supera o formal; a violência policial e sua letalidade, que afeta em especial a juventude, têm aumentado; o número de mortos pelo Covid-19 está chegando aos 100 mil. O que vemos é a pobreza, a miséria e a fome dar um salto.

É diante desse quadro que a vanguarda com consciência de classe deve lutar contra as saídas burguesas e eleitoreiras, que são apresentadas pelos reformistas, centristas e estalinistas, que estão à frente das entidades estudantis e de trabalhadores, e desviam o caminho da luta independente. É preciso erguer um verdadeiro Dia Nacional de Luta, que defenda empregos, salários e saúde pública. Que se convoquem

as assembleias nos locais de trabalho e estudo. Que se formem os comitês de frente única. Que se lance uma verdadeira campanha contra as demissões, pelas readmissões e pelo emprego aos desempregados. Somente com a luta nas ruas em defesa das reivindicações que de fato defendam nossas vidas é que daremos um passo adiante no combate às crises econômica e sanitária, que é despejada sobre os explorados.

Quinzena Operária Escambo na GM

Troca de emprego por um carro

A GM, desde o início do isolamento social, vem aplicando a MP 936, de redução salarial e suspensão de contratos, em suas cinco unidades no Brasil, abarcando 18 mil trabalhadores. Agora, negociou com as direções sindicais (locais) a extensão do lay-off até novembro e, com possibilidade de ampliar até abril de 2021, para mais de 3 mil metalúrgicos, que já estão em casa, desde abril. E abrirá o Programa de Demissão Voluntária (PDV). Para os operários com cerca de 11 anos de empresa, e que aderirem ao PDV, a montadora dará um carro zero, no valor de R\$ 50,8 mil. No caso do trabalhador ter menos de três anos de casa, não haverá “incentivos”. A GM informa que os trabalhadores de São Caetano, Gravataí e Joinville já aceitaram a proposta. Informou, também, que o sindicato de São José dos Campos ainda não fez a votação da proposta.

O cálculo da multinacional é o seguinte: demitir parte daque-

les que têm salários maiores, e, em pouco tempo, recuperar os “incentivos”, utilizando-se de menor número de operários, pagando salários mais baixos. O “presente de grego” resulta que, o carro recebido perde rapidamente o valor, e o operário dificilmente encontrará outro emprego que lhe pague o valor que antes recebia. Assim, esse operário desempregado concorre no mercado de trabalho, e ajuda a reduzir o valor médio da força de trabalho, em geral e em particular o da indústria automobilística.

Os burocratas sindicais, que se encantam com as ofertas das multinacionais e se submetem à flexibilização capitalista do trabalho, continuam a viver parasitariamente do posto que ocupam nos sindicatos. Essa experiência, entre tantas outras, coloca a necessidade de a vanguarda revolucionária combater inflexivelmente os acordos pró-patronais, e trabalhar com afinco por constituir as oposições classistas e democráticas.

Operários respondem com greve ao atraso dos salários

Diante do atraso de salários, os 180 operários da PTI cruzaram os braços, há um mês. A direção do sindicato metalúrgico de São Paulo está deixando a greve ser vencida pelo cansaço. A passividade da greve é sua sentença de morte. O patronato, por sua vez, conta com o isolamento e o imobilismo do movimento. Não apresenta nenhuma proposta, e a direção do sindicato fica na espera de que o patrão vai abrir uma negociação. E, assim, dar por encerrada a greve. Está

aí por que vem, a cada dia, aumentando a desconfiança dos trabalhadores para com o sindicato, que geralmente é confundido com sua direção.

Os operários mais conscientes da PTI devem exigir do sindicato a organização de uma greve ativa, que se inicia com a convocação de assembleias democráticas, e que ganhe as ruas. Caso o patrão continue calado, é preciso preparar a ocupação da fábrica, que produz redutores de velocidade.

Usiminas anuncia mais demissões e cortes de salários

No final de julho, a Usiminas lançou seu plano de “ajuste”. Como diz a empresa, trata-se de um conjunto de medidas que permite “passar pelos momentos mais críticos, sem comprometer nossa caixa”. Para preservar o caixa, o remédio é descarregar sobre os operários. Eis os passos do “ajuste”: 1) demissão. Lembremos que a empresa já havia demitido cerca de 400 trabalhadores, em Cubatão e Ipatinga. Suas empreiteiras de Cubatão, por sua vez, demitiram por volta de 500, e fazem o jogo de recontração com salários menores. Agora, anunciou a demissão de aproximadamente 700 do efetivo na Usiminas Mecânica; 2) redução salarial por meio da MP 936.

O que têm feito as centrais e sindicatos? Continuam com os sindicatos fechados. Denunciam, em palavras, o “ajuste” imposto pela patronal. No entanto, na prática, a direção do sindicato, dirigido pela Intersindical, se recusa a organizar a classe operária para responder coletivamente à política de ajuste, que descarrega sobre os trabalhadores as duras consequências da crise econômica, agravada com quase cinco meses de pandemia.

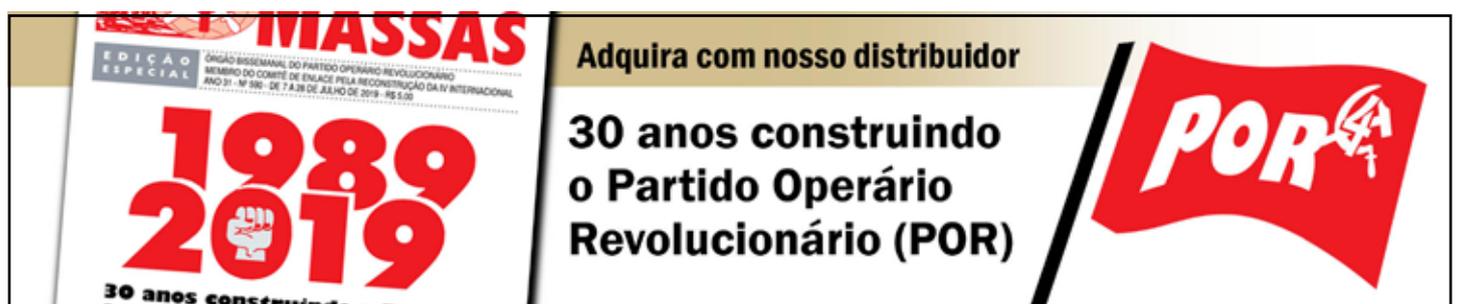
É bom lembrar que a estatal Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) foi instalada em 1956, em Ipatinga/MG, e depois se estendeu para Cubatão/SP. Nos anos de 1990, o governo Collor impôs o Programa Nacional de Desestatização (PND). E a Usiminas foi a primeira a ser privatizada, em 1991, sob intensos protestos e repressão militar. A entrega da siderúrgica estatal ao capital privado, majoritariamente estrangeiro, grupo Nippon e Ternium, permitiu que fosse transformada no maior complexo siderúrgico de aços planos da América Latina. É essa gigante, controlada pelo capital imperialista, que descarrega o peso da crise sobre os ombros dos operários.

É mais um exemplo que mostra a gravidade da burocratização dos sindicatos e do divisionismo, que criou mais de uma dezena de centrais. Somando todos, não conseguem chegar a pelo menos um que sirva aos interesses da classe operária. O bando de burocratas vendidos fragmentou o movimento operário e constituíram feudos sindicais. Uma fração da burocracia se apoia na outra para auxiliar o grande capital nacional e internacional. A pandemia está sendo utilizada como máscara da política de conciliação de classes.

Diariamente, pequenas empresas vêm fechando as portas O que fazer?

As notícias de fechamento de fábricas são quase que diárias. Os pequenos empresários, diante da crise econômica que derrubou as vendas, e sem subsídios do governo, se têm colocado pelo fechamento. É o caso da Schneider, fabricante componentes elétricos e eletrônicos, que anunciou aos 120 operários o seu fechamento. Os capitalistas fecham suas fábricas e, uma parte desloca seus capitais para outros negócios. Quem paga são os operários, que perdem a única fonte de subsistência. E, nesse período, que combina a crise econômica e a pandemia, arrumar outro trabalho se tornou um pesadelo.

As direções sindicais, que mantêm os sindicatos fechados, rejeitam travar uma batalha de vida e morte contra a burguesia e governantes. O que significaria pôr em pé uma campanha nacional, em defesa dos empregos, salários e direitos. Que iniciaria com a convocação de assembleias nos locais de trabalho, objetivando unir os empregados e desempregados. Somente com a organização da classe operária, de conjunto, será possível conter a onda de demissões. Nenhuma fábrica isolada irá impor a garantia dos empregos e salários.



1989 2019
30 anos construindo...

Adquira com nosso distribuidor
30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR)

POR 

Demissões na Atento - convocar as assembleias para organizar os funcionários e responder com ação direta!

Em junho, a Atento iniciou a contratação de cerca de 600 funcionários para trabalhar, nos arredores do Conjunto Nova São Paulo, com o serviço de cobrança receptiva, prestado ao banco Itaú. O anúncio da vaga indicava, inicialmente, um salário equivalente a um mínimo após o primeiro mês (no qual o salário seria de R\$ 855,00 reais), vale alimentação/refeição com o valor diário de R\$ 9,52, além de outros benefícios, como salário adicional por filho.

Contudo, a empresa não cumpriu os termos que correspondiam ao anúncio da vaga. Na folha salarial de agosto, o salário base dos funcionários foi de R\$ 926,50 e, incluindo os descontos, totalizou um salário líquido inferior a R\$ 800,00 para a grande maioria dos funcionários. Os vales refeição/alimentação também estão sendo pagos com um valor de 8 reais ao dia, e muitos funcionários não estão recebendo o adicional por filho.

A empresa, verificando queda em suas operações, decidiu – desde o último 31 de julho – reduzir o número de funcionários. Pouco a pouco, alguns funcionários foram demitidos. A outros, foi dada a opção de ir para a equipe de vendas. Alguns poucos também receberam a opção de trabalhar prestando suporte técnico associado a produtos da Samsung. Contudo, o salário contratual oferecido é de R\$ 998,00, quase 35% menor que a média salarial para este tipo de trabalho. A empresa também declarou a intenção de manter esse trabalho em home-office.

Ao todo, já foram realizadas dezenas de demissões e realocações, e muitas outras tendem a ocorrer ao fim dos 90 dias de experiência, em meados de setembro. As demissões,

no conjunto Nova São Paulo, não são um evento isolado. Em 30 de julho, a empresa encerrou as operações em Santos, e demitiu 480 funcionários. A Atento faz o mesmo que outras empresas; demite, rebaixa salários e paga salário de fome. Os trabalhadores não contam com o sindicato, temem o desemprego e, assim, acabam se sujeitando a acatar as imposições da empresa.

Ato em frente a Atento

Em 10 de agosto, o POR organizou um ato em frente à empresa, visando a denunciar as demissões e os cortes salariais. Distribuiu o boletim Nossa Classe, e fez denúncia, usando intervenções por meio de megafone. Defendeu a importância da luta contra as demissões, a convocação de assembleias e a unidade entre os empregados e desempregados. Mostrou a omissão da direção do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (SINTETEL), que tem rejeitado a organização dos trabalhadores contra as demissões e os miseráveis salários. Vale lembrar que, no dia 14 de julho, a direção se reuniu com a empresa. O resultado foi o acordo de não reajuste do vale refeição/alimentação e do piso salarial – que agora se mantém em R\$ 998,00, inferior ao mínimo de R\$ 1.045,00 – até janeiro de 2021.

O ato chamou a atenção de um número considerável de funcionários, que demonstraram disposição de luta. O caminho é o da organização dos trabalhadores mais conscientes, para exigir que o sindicato seja colocado a serviço da luta contra as demissões e os baixos salários.

Cresce assustadoramente o desemprego

A taxa oficial de desemprego no Brasil subiu para 13,3% no trimestre encerrado em junho, atingindo 12,8 milhões de trabalhadores. Houve o fechamento de 8,9 milhões de postos de trabalho, em apenas três meses em meio, aos impactos causados pela pandemia.

Complementando os dados, segundo o IBGE, aumentou para 5,7 milhões de trabalhadores desalentados, ou seja, que desistiu de procurar emprego. Soma-se a isso, a população fora da força de trabalho, que atingiu a espantosa cifra de 77,8 milhões de pessoas em condições de trabalho. Assim, a soma do número de desempregados

e de pessoas fora da força de trabalho (90,5 milhões) superou mais uma vez o de ocupados no país (83,3 milhões). Ou seja, atualmente, há mais trabalhadores sem trabalhar do que trabalhando.

A taxa de informalidade foi estimada em 34,2%, comparada a 34,5%, na última semana de junho, e 35,7%, no início de maio. Esses dados revelam que, mesmo com a estabilização das taxas do mercado informal, que são elevadas, não houve repasse dos desempregados do mercado formal. Sendo assim, estão sem emprego algum.

Diante dessa situação de profundo ataque à vida das massas, com crescentes demissões, os sindicatos e centrais

continuam imobilizados. Permanecem passivos diante dos cortes de empregos. As direções têm usado os sindicatos para fazer acordos antioperários, como o da implantação da MP 936. Aproveitam o temor dos trabalhadores pelo desemprego para comparecer como “negociadores” junto ao patronato.

O Boletim Nossa Classe, instrumento do POR, vem fazendo uma campanha junto aos operários em defesa da convocação de assembleias, para que coletivamente se aprove uma campanha nacional pelos empregos, salários, direitos e saúde pública, que só pode ser pelos métodos próprios dos explorados.

Passamos a expor, a partir desse número do jornal Massas, o estudo e as discussões realizados na Comissão Operária do POR.

Pontos de estudo sobre a origem da estatização dos sindicatos

Todo operário deve conhecer sua história, só assim é possível entender a atual situação da luta de classes, de sucessivas traições das direções dos sindicatos e centrais. Como ponto de partida, a comissão operária do POR, em São Paulo, discutiu sobre a origem da criação do Ministério do Trabalho. Isso por que foi uma das primeiras medidas de tentativa do Estado brasileiro de controle do movimento operário, por meio da regulamentação e cooptação de suas organizações. Lindolfo Collor, primeiro a assumir o Ministério, quando da sua criação por Getúlio Vargas, em 26 de novembro de 1930, dizia que os sindicatos deveriam ser instrumentos para mediar o conflito entre patrões e empregados, numa clara política de conciliação de classes, de submissão da classe operária aos capitalistas.

Originalmente, os sindicatos que tinham tradição de luta não foram reconhecidos pelo Ministério, devido a certas exigências. Entre as regras, se estipulava uma única representação para profissionais de uma categoria dentro de uma mesma região, um mínimo de 30 membros, com ao menos dois terços de brasileiros, veto a qualquer manifestação política e ideológica, punições a empresários que impedissem a sindicalização dos trabalhadores, e a própria aprovação da entidade pelo Ministério – até então, não se dependia de autorização do governo. Com a exigência de não

realizar “manifestações políticas e ideológicas”, fica claro o intento do governo de acabar com o movimento operário, ou seja, de acabar com a luta que conquistou direitos, como a carteira de trabalho (trabalho formal), a jornada de 8 horas e o salário-mínimo. Ainda com Lindolfo Collor, foram criadas as Comissões de Conciliação entre empregadores e empregados, o que em 1º de Maio de 1941 passaria a ser sistematizado, com a criação da Justiça do Trabalho.

O terceiro ministro, Agamenon Magalhães, que assumiu em 1934, avançou na estatização dos sindicatos, intervindo neles, afastando diretores e substituindo-os por pessoas que considerava confiáveis. Alexandre Marcondes Filho, que assume o Ministério em 1942, instituiu a cobrança do imposto sindical, elemento importante na burocratização e estatização dos sindicatos, que há até pouco tempo serviu para proliferação de sindicatos, divisionismo das centrais e fortalecimento de burocracias parasitárias.

Por fim, a comissão operária discutiu que, no Dia 1º de Maio 1943, dia em que a CLT foi sancionada, passou a ser considerado o “Dia do Trabalho”, tornando-se feriado. Essa medida governamental deturpou completamente o 1º de Maio, ao torná-lo Dia do Trabalho, e não do trabalhador, e ao torná-lo dia de festa, por ser feriado nacional, em vez de dia de luta.

Manifesto 7 de agosto de 2020

Por um Dia Nacional de Luta por empregos, salários, direitos e saúde pública

Dia Nacional que una empregados e desempregados, em um só movimento. Que erga as reivindicações de defesa das condições de existência e vida dos explorados. Que seja um primeiro passo para impulsionar a organização independente dos explorados contra o governo antinacional e antipopular de Bolsonaro. Que combata as contrarreformas impostas pelo governo, Congresso Nacional e burguesia. Que defenda as reivindicações com os meios e métodos da luta de classes. Que seja um Dia Nacional de Luta, e não de luto!

A pandemia se aproxima de 100 mil mortes e 3 milhões de infectados. A grande maioria é de pobres e miseráveis. A mortandade causada pelo vírus reflete a incapacidade da burguesia e seus governos, de protegerem aqueles que mais precisam. Assistimos ao fracasso da política burguesa do isolamento social. Quem se iludiu com a possibilidade de conter a pandemia e evitar a tragédia humana por meio da quarentena, se encontra desarmado e pretende que a bandeira de “luto” sirva à luta. O simbolismo religioso esmorece a revolta instintiva dos explorados e reforça o sentimento de impotência.

As direções sindicais e partidárias, que se arrastaram por detrás da política burguesa do isolamento social, agora só têm a bandeira de “luto” a oferecer à classe operária e demais explorados. Não podem se apoiar na mais elementar constatação, de que somente o proletariado organizado e em combate

poderia se defender, com um plano próprio de emergência. No sentido contrário, as direções, hoje agarradas à bandeira do “luto”, desmontaram o Dia Nacional de Luta, de 18 de março, em nome da proteção da vida da população. Passaram-se mais de quatro meses, e o resultado dessa desmobilização e imobilismo das organizações sindicais e políticas contribuiu decisivamente, para que os explorados não enfrentassem a pandemia e suas consequências econômicas com uma resposta própria. A farsa do Dia Nacional de Luta de 12 de julho evidenciou a indisposição dessas mesmas direções, de não mudarem a política do imobilismo e da colaboração com a política burguesa do isolamento social.

Agora, que o poder econômico empurra os trabalhadores a voltarem ao trabalho, que os governadores convergem com a posição de Bolsonaro, e que a pandemia continua fazendo

mais de mil vítimas, por dia, há dois meses, o Fórum das Centrais Sindicais convoca outro Dia Nacional de Luta, mas sob a bandeira do “luto”. Essa burocracia sindical serve à política da oposição burguesa, em particular, à da fração liderada pelo PT, à qual segue as correntes reformistas e centristas. Não por acaso, se constituiu uma frentona, em torno à bandeira do impeachment de Bolsonaro, de maneira a colocar o destino do governo ultradireitista, militarista, antinacional e antipopular nas mãos do Congresso Nacional oligárquico.

Os explorados não padecem apenas com a pandemia. Padecem com a miséria e a fome. Na recessão de 2015-2016, três milhões de postos de trabalho foram destruídos. Aumentou a miséria e a fome. Não houve nenhum movimento nacional em defesa dos empregos e salários. Agora, milhões foram demitidos com a pandemia. Os salários foram cortados. E não se tem a luta organizada em defesa dos empregos e salários. O que têm feito os sindicatos, diante das demissões? Têm negociado os acordos de PDV, lay-off, férias coletivas, banco de horas e suspensão do contrato de trabalho. O que fizeram, diante da MP 936 de Bolsonaro e Congresso Nacional, que permite impor redução salarial aos trabalhadores acossados pela pandemia? Usaram os sindicatos para negociar virtualmente com o patronato. Essas direções querem que a classe operária e demais explorados se coloquem em “luto”, diante das 100 mil mortes, que se aproximam de 3 milhões de infectados, para que o PT e seus aliados façam política eleitoral e parlamentar de oposição ao governo.

Não é com “luto”, mas com luta de classes, que os oprimidos se defenderão diante da decomposição do capitalismo, e se confrontarão com o governo burguês, que, no momento, se acha nas mãos dos bolsonaristas. Não é com “luto” que a classe operária defenderá seus empregos e salários, mas com a luta de classes. Não é com “luto” que a maioria oprimida responderá à pandemia, mas com a luta de classes, e defesa de um plano de emergência próprio, e saúde pública. Não é com

“luto” que a classe operária defenderá os pequenos e médios produtores e comerciantes, que se quebram com a pandemia, mas os arrastando por trás da luta de classes.

A classe operária e demais explorados se encontram, sem dúvida, debilitados, pela pandemia, demissões, redução salarial e quebra de direitos. Acham-se debilitados pela política de colaboração de classes de suas direções sindicais e movimentos populares. O alto desemprego aumenta o temor daqueles que estão empregados. A concorrência no mercado de trabalho é brutal. É por isso que milhões se curvaram diante da MP 936, que reduz os salários. Depois da infame MP 936, Bolsonaro impôs a Portaria 16.655, que permite ao capitalista demitir e recontratar, com salários mais baixos e sem direitos.

Dentre esses fatores, o que mais pesa no temor dos operários e demais assalariados é a política de colaboração de classes da burocracia sindical. A colaboração de classes praticada por essas direções se manifestou na pandemia, por meio da política burguesa do isolamento social. É preciso reabilitar a confiança na capacidade de luta coletiva. O verdadeiro Dia Nacional de Luta – preparado com as assembleias e organizado com os comitês de base, que una empregados e desempregados – é, no momento, o meio que temos disponível. Temos de utilizá-lo muito bem, com toda energia em sua organização. É um primeiro passo para reerguer os explorados. Ao contrário, um Dia Nacional de “luto” é um meio para manter os explorados temerosos e passivos.

A vanguarda com consciência de classe deve reagir contra do Dia Nacional de Luto e se colocar pelo Dia Nacional de Luta, pelos empregos, salários, direitos e saúde pública.

Não ao Dia Nacional de Luto, passivo, colaboracionista e eleitoreiro!

Por um Dia Nacional de Luta, que reorganize os explorados para enfrentar o governo Bolsonaro, Congresso Nacional oligárquico e burguesia!

Nota do POR

Desgraçadamente, mais uma vez as centrais sindicais fajutam o Dia Nacional de Luta

A frentona, constituída em torno ao Fórum das Centrais Sindicais, pelo “impeachment” e “Fora Bolsonaro”, fez de conta que no dia 12 de julho se realizaria um Dia Nacional de Luta, precedido de mobilizações nos dias 10 e 11. Nada aconteceu. Não houve esforço conjunto para, pelo menos, realizar atos de rua. A frentona foi embalada pela agudização da crise política. As reivindicações de emprego e salário ficaram completamente à margem. O que indicou que não estava disposta a organizar um movimento de massa.

No dia 27 de julho, o Fórum das Centrais realizou uma nova videoconferência. Não apresentou nenhum balanço sobre o fajuto dia 12. Resolveu, mesmo assim, marcar, para 7 de agosto, o “Dia Nacional de Luta em Defesa da Vida e dos Empregos”. O fato de colocar na convocação a bandeira da defesa dos empregos fez parecer que havia uma mudança, quanto aos seus

objetivos. Isso porque o desemprego, que continuava alto no ano passado, deu um salto com a pandemia, a partir de março do presente ano. O governo Bolsonaro, Congresso Nacional e a burguesia aproveitaram o aterrorizante quadro de enfermidades e mortes, para reduzir salários, suspender contratos coletivos e demitir. A MP 936 deu mais poderes aos capitalistas sobre a classe operária desorganizada, parte dela confinada e parte indo trabalhar, não importando a contaminação. Era dever das centrais, sindicatos e movimentos reagirem prontamente contra a política governamental, de defesa dos empresários e desproteção aos trabalhadores. Ocorre que, de conjunto, as direções se submeteram à política burguesa do isolamento social, e contribuíram para a aplicação da MP 936.

Amarradas por detrás dos capitalistas, subordinadas às manobras do Congresso Nacional, e alinhadas com os gover-

4 de agosto de 2020

nadores em conflito com a diretriz de Bolsonaro, contrária ao isolamento horizontal, a CUT, Força Sindical, CTB, UGT, CSP-Conlutas, etc., bem como MST, MTST e outros movimentos, se agarraram à bandeira hipócrita, mentirosa e demagógica de defesa da vida. Agarraram-se no mesmo mastro de Doria, Flávio Dino, Camilo Santana, Arthur Virgílio, etc., enquanto Bolsonaro e o Congresso Nacional aprovavam a MP 936, “orçamento de guerra”, e outras medidas de apoio a setores da burguesia. Ao contrário de se voltarem contra as medidas de redução salarial e quebra de direitos, se envolveram com as assembleias e acordos virtuais com o patronato. As burocracias de direita (Força Sindical, UGT), centro (CUT, CTB) e esquerda (CSP-Conlutas, Intersindical) se enfiaram nessa mesma cova. Não houve nenhum pólo resistência às medidas governamentais e patronais, de ataque aos salários e empregos. As bandeiras de defesa da vida e do isolamento social mascararam a real conduta de servilismo às pressões do poder econômico. Isso explica porque não podem levar a sério o combate às demissões massivas, desemprego, subemprego, redução salarial e destruição de direitos.

Essas direções esboçaram manifestações pela democracia e impeachment, sem que despertassem o interesse dos explorados a ganharem as ruas. Depois, se articulou a frentona para fazer oposição a Bolsonaro no campo do impeachment, e não no campo das necessidades dos explorados em se defenderem das demissões, desemprego, redução salarial, pobreza e miséria. O Dia Nacional de Luta, de 12 de julho, serviu para mostrar que a frentona pretendia apenas dar a entender que as direções sindicais não estavam imobilizadas.

Todas as direções, da direita à esquerda, elegeram tão somente Bolsonaro como responsável pelas consequências trágicas da pandemia. Deixaram de lado os governadores oposicionistas, tendo à frente Doria, e os próprios capitalistas, como se não fossem tão responsáveis quanto o governo burguês de Bolsonaro e o Congresso Nacional oligárquico. Assim que o poder econômico mostrou sua cara, apoiando Bolsonaro, em sua posição de flexibilizar o isolamento social, os governadores, sem exceção, colocaram-se por romper o isolamento parcial.

Diante do calendário de volta às aulas, as direções burocráticas passaram a criticar os aliados, que até ontem faziam oposição ao “negacionismo” bolsonarista. Entrou na pauta do Dia Nacional de Luta, de 7 de agosto, o “repúdio à iniciativa de prefeitos e governadores, que já planejam e até fixaram data para o retorno presencial dos alunos às aulas”. Fecham os olhos, no entanto, ao fato da grande maioria dos trabalhadores já estar trabalhando, e milhões e milhões se acharem desempregados e desesperados, porque não têm de onde retirar o seu sustento. O conflito em torno à volta às aulas é a última trincheira dos burocratas sindicais e reformistas, para manter erguida a bandeira hipócrita da defesa da vida. A resposta da frentona aos governadores, que empurram estudantes, professores e

funcionários à normalidade, indica corporativismo e cinismo político, uma vez que não organiza as massas operárias e demais explorados contra Bolsonaro, governadores, Congresso Nacional e burguesia, quando a pandemia caminha para 100 mil mortos e 3 milhões de infectados.

Os assalariados voltaram ao trabalho forçados. E aqueles que trabalharam todo tempo durante a pandemia também permaneceram forçados em seus postos. Estão pressionados pela ameaça de demissões e pelos milhões de desempregados, que fazem de tudo para encontrar um lugar ao sol. Ao mesmo tempo, continuam sob os riscos da pandemia. As centrais, sindicatos e movimentos contribuíram decisivamente para que se chegasse a uma situação tão adversa à luta da classe operária e demais oprimidos. É necessário dar um passo, ainda que inicialmente pequeno, para restabelecer a confiança em sua própria capacidade de luta. Esse passo começa, sem dúvida, pelas

centrais organizarem um verdadeiro Dia Nacional de Luta pelos empregos, salários, direitos e saúde pública. Eis por que o POR havia lançado uma Carta às centrais, sindicatos e movimentos, para que convocassem as manifestações de rua em todo o país, quando, logo em seguida, a frentona convocou, para 7 de agosto, o Dia Nacional de Luta, em defesa da vida e dos empregos.

Uma verdadeira manifestação classista exigia e exige uma rigorosa preparação, que impulse uma vasta propaganda e agitação nas fábricas, demais locais de trabalho e nos bairros, inclusive convocando professores, estudantes, funcionários, que ainda se acham em quarentena. Exigia e exige que os sindicatos convoquem assembleias e formem os comitês de base, para unir empregados e desempregados.

Exigia e exige que os sindicatos convoquem assembleias e formem os comitês de base, para unir empregados e desempregados. Exigia e exige que os movimentos populares façam a campanha nos bairros, e realizem as assembleias populares, para unificar os desempregados e empregados. Nas fábricas estão os empregados, nos bairros está a maioria dos desempregados e subempregados. Um grande movimento da fábrica para os bairros e dos bairros para as fábricas em defesa da recontração de todos os demitidos durante a pandemia; redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários; implantação da escala móvel das horas de trabalho, em que se dividem as horas nacionais trabalhadas entre todos que necessitam de emprego, sem redução salarial; estabilidade no emprego e exigência para que os governos lancem um plano de obras públicas para empregar imediatamente milhares e milhares de trabalhadores – assim se daria um primeiro passo. É com ele que os trabalhadores marchariam contra as medidas de proteção aos capitalistas, como a MP 936 e o “orçamento de guerra”; e lutariam pela revogação dos acordos que reduziram os salários.

Sabemos que um Dia Nacional de Luta, por mais massivo que seja, não derrotará o governo, o Congresso Nacional e a burguesia. Por isso, seria um primeiro passo, para reabilitar as forças dos explorados, que foram profundamente atingidos com a pandemia e pela política burguesa de isolamento

Uma verdadeira manifestação classista exigia e exige uma rigorosa preparação, que impulse uma vasta propaganda e agitação nas fábricas, demais locais de trabalho e nos bairros, inclusive convocando professores, estudantes, funcionários, que ainda se acham em quarentena. Exigia e exige que os sindicatos convoquem assembleias e formem os comitês de base, para unir empregados e desempregados.

social. A frentona de colaboração de classes faz exatamente o contrário. Aprova um Dia Nacional de luto passivo pelos mortos. Chama os vivos a seguirem “ações simbólicas”, como a de “instalar cruzeiros brancos em locais de grande circulação de pessoas..., circundando uma faixa da cor preta (com a inscrição Fora Bolsonaro em branco)”. Organizar “carreatas pelas principais avenidas com carros identificados com a campanha Fora Bolsonaro”. E “estimular que todas as pessoas coloquem um pano preto nas janelas de suas casas, como simbologia de adesão à campanha”; “divulgar o tuitaço, que será realizado às 11 horas do dia 7 de agosto”. Essa é a orientação da CUT. Como se vê, tipicamente, pequeno-burguesa, religiosa e imobilista. Nada tem a ver com a política da classe operária, que é de combate por suas reivindicações e com os métodos próprios da luta de classes. O eleitoralismo está estampado de maneira inconfundível. Bolsonaro e seus generais vão rir da inconsequência e da futilidade dos dirigentes da mais potente central sindical do país.

A máscara hipócrita de condenação do “genocídio” se desfaz diante da necessidade de pôr em pé um poderoso movimento em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública.

A central de esquerda, CSP-Conlutas, dirigida pelo PSTU, soltou, por sua vez, um comunicado à parte. Diz que “segue cobrando dos governos que decretem uma quarentena geral por 30 dias, com renda digna para todos os trabalhadores e pequenos proprietários”. O esquerdismo oportunista simplesmente desconhece a realidade. A política burguesa de isolamento social não protegeu os explorados da pandemia e, além disso, serviu para proteger os capitalistas. A economia voltou a funcionar, quase a pleno vapor, e o problema é como organizar a classe operária para defender seus empregos, salários e, aí sim, a saúde pública. Diz a Conlutas “a defesa dos empregos também só é possível com a proibição das demissões e garantia efetiva de estabilidade no emprego, salários e direitos iguais...”. Esse é um desejo de quem está com os pés no mundo da lua. A classe operária não tem como defender seus empregos estando fora da produção social. Os governadores e parte do poder econômico jogaram com a bandeira “fique em casa”, e em defesa da vida e, quando as leis da economia falaram mais alto, acabaram com o isolamento social. De volta ao trabalho, os assalariados continuaram sob ameaça das demissões, e arcando com a redução salarial. A Renault demitiu 747. A Latam, 2.700 pilotos e comissários. A Mahle tem uma lista de dezenas de operários para demitir. A autopeças Kostal anunciou o seu fechamento. A Ford da Bahia acaba de suspender mais de mil metalúrgicos por três meses,

depois disso, virão as demissões. A Embraer vai para segunda rodada de PDV, são dezenas de postos de trabalho fechados. Está aí por que o número de desempregados superou o de empregados durante a pandemia. Querer uma quarentena geral, com garantia de emprego e salário, é uma fantasia da direção da Conlutas, que se submeteu à frentona de conciliação de classes, e que precisa comparecer como sua ala esquerdista. Tinha a obrigação de fazer um balanço do total fracasso do Dia Nacional de Luta de 12 de julho.

Está claro que a classe operária não teve uma direção sindical e política à altura, para enfrentar uma situação tão conturbada e difícil para a maioria oprimida. A direção burocrática, conciliadora e enormemente influenciada pela pequena burguesia se refugiou por trás da disputa interburguesa entre Bolsonaro e governadores. Assim que os governantes se reconciliaram, sob a tutela do poder econômico, essas direções ficaram sem norte. Recorreram à frentona pelo impeachment

de Bolsonaro. Vendo que não tinham como progredir no Congresso Nacional, puseram essa bandeira de lado provisoriamente, e ficaram apenas com o “Fora Bolsonaro”. O Dia Nacional de Luta de

7 de agosto está sendo utilizado para fazer oposição eleitoral a Bolsonaro, sem responsabilizar o Congresso Nacional, governadores e burguesia pela mortandade provocada pela pandemia entre os pobres e miseráveis. A máscara hipócrita de condenação do “genocídio” se desfaz diante da necessidade de pôr em pé um poderoso movimento em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública. Os explorados se vão chocar com o governo burguês de plantão, no momento em que se revoltarem contra as medidas de proteção aos capitalistas e de ataque devastador às suas condições de existência.

O Partido Operário Revolucionário rechaça o fraudulento Dia Nacional de Luta da frentona conciliadora e subordinada a uma das frações da oposição burguesa. Intervém na defesa de um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisação, pelos empregos, salários, direitos e saúde pública. Chama a vanguarda com consciência de classe a rejeitar os “atos simbólicos”, “carreatas” e “tuitaços, que substituem a organização coletiva e a manifestação de massa.

Por um verdadeiro Dia Nacional de Luta, pelos empregos, salários, direitos e saúde pública, como um passo para unir empregados e desempregados em um só movimento!



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

n° 10

ago 2020

Rio Grande do Norte

Ato pelo “Fora Bolsonaro”

O ato “Fora Bolsonaro” aconteceu na calçada do Shopping Midway, às 16h. Estavam presentes: o Sindicato dos Bancários, um grupo de policiais antifascistas, o MLB (com a ocupação Pedro Melo), as direções sindicais do Muda SINTE/PSTU, um dirigente do SINTEST, e o Sindsaúde. Em maior quantidade, estava a ocupação de Pedro Melo, do MLB. Os partidos que estavam presentes no ato: o PSTU, PCR (UP) e o POR. O PSOL, a Intersindical e a CTB assinaram o cartaz, mas não compareceram ao ato.

O “Fora Bolsonaro” é para desgastar o presidente Bolsonaro e para o parlamento votar o impeachment. Submete a luta à disputa dentro do parlamento pelas frações burguesas, reforça nos explorados as ilusões nas eleições burguesas, e é um desvio da luta por emprego, salários, rebaixamento de direitos e pela revogação das reformas aprovadas pelo Congresso.

O ato foi esvaziado, as direções dos sindicatos não chamaram

as assembleias, convocaram por cartazes. Os inscritos no microfone defendiam o Fora Bolsonaro e Mourão. No final, houve a simbologia das cruzes para relembrar as cem mil mortes pelo Covid-19.

O POR interveio com bandeira, manifesto nacional, venda de jornais e folhetos. No microfone, disse que precisamos compor uma frente de luta por empregos, salários e direitos, que a América Latina indica já duzentos milhões de desempregados, que o Fora Bolsonaro é uma pressão pelo impeachment, que é uma disputa parlamentar das frações da burguesia, de reforçar as ilusões nas eleições burguesas, não favorece a independência de classe do proletariado, que sofre com o desemprego. Que é preciso levar a compreensão das massas à luta para derrubar o governo pela via da defesa dos empregos, direitos, revogação das contrarreformas. E construir o Partido Operário Revolucionário.

ATO EM FRENTE AO CORREIO CENTRAL

No Dia Nacional de Luto, 7 de agosto, convocado pelas centrais, ocorreu uma manifestação em frente ao correio central. As direções das federações dos correios chamaram um ato puramente simbólico. Ocorre que foi um ato esvaziado, na situação em que os trabalhadores dos correios estão ameaçados de perdas de direitos (adicional de risco, vale alimentação, etc.). E avança o processo de privatização, que sem dúvida causará demissões. Os ecetistas trabalharam o tempo todo, tendo ou não receio da pandemia. O que explica, portanto, o fracasso do ato é a desconfiança dos trabalhadores na direção burocrática, que seguiu a orientação de se realizar atos simbólicos. As bases, assim, não com-



pareceram nem no ato em frente ao Correio Central, nem na Praça João Mendes, convocado pela Conlutas, que o máximo que fez foi levantar cruzes.

Está aí por que insistimos na convocação de assembleias e na organização dos trabalhadores para enfrentar a crise econômica e pandêmica.

Dia Nacional de Lutas em São Sebastião

No dia 07 de agosto, o Fórum de Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte realizou um ato, juntamente com os Petroleiros, Sindicato dos Servidores Públicos de São Sebastião, membro da direção do sindicato dos agentes penitenciários, e Oposição da Apeoesp, o Dia Nacional de Lutas, em frente ao Terminal Almirante Barroso (TEBAR).

O POR atuou com falas e boletins. Mostrou que a quarentena praticamente acabou. Que é hora das burocracias saírem das tocas e organizarem a luta dos trabalhadores contra os ataques da burguesia e dos governos. Que os capitalistas aproveitaram a pandemia e o jargão dos governadores de “fique em casa” para reduzir salários, suspender contratos e demitir. As direções sindicais se submeteram à política burguesa do isolamento social, mantendo a classe operária e demais explorados passivos, diante das duras medidas patronais e das milhares de mortes, na sua grande maio-

ria de pobres e miseráveis. Com o retorno ao trabalho, rejeitaram a convocação de assembleias para aprovar um plano próprio de emergência para enfrentar a crise econômica e as consequências da pandemia. Agora, as centrais anunciaram o Dia Nacional de Luto e de Luta, mas nenhum esforço foi feito para que efetivamente ocorresse.

A intervenção dos professores do município de São Sebastião se concentrou no anúncio por parte do prefeito e governador de retorno às aulas. E que os governantes agem sob pressão dos empresários da educação. Há um consenso entre o professorado, de que as condições objetivas para a volta às aulas são impeditivas, nesse momento de crescimento da pandemia.

O POR tem explicado que, diante da imposição do governo para o retorno às aulas, é fundamental que a Apeoesp e outros sindicatos da educação convoquem as assembleias presenciais,

para que o professorado coletivamente decida sobre o retorno ou não das aulas, e como responder à imposição do governo, portanto, o método de luta. Os professores isolados, em quarentena, não expressam nenhuma força social. Não têm como responder às medidas governamentais.

Um membro da direção do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional (SIFUSPESP) denunciou as perseguições sofridas por ele e outros agentes, por lutarem no CDP (Centro de Detenção Provisória) de Caraguatatuba, contra os desvios de função e as condições de trabalho numa cadeia abarrotada de prisioneiros. Os agentes tiveram seus salários cortados por um mês, em castigo à luta. A fala do representante da direção do sindicato dos petroleiros se restringiu a dizer das ações judiciais, impetradas para

reverter os ataques do governo.

O POR procurou mostrar a importância dos atos presenciais, bem como a tarefa das direções sindicais em trabalhar pela unidade dos trabalhadores. Ressaltou que é necessária a convocação de assembleias, para que os operários e demais trabalhadores possam aprovar, coletivamente, a luta em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública. Denunciou o plano de privatização da Petrobrás, Correios, Eletrobrás, etc. O que implica a organização de manifestações nacionais massivas. Colocou que é preciso pôr em pé a bandeira da Frente Única Anti-imperialista, sob a direção da classe operária. Encerrou dizendo que esse ato deve ser o ponto de partida para a organização dos explorados no campo da independência de classe.

Ato em São Sebastião contra a volta às aulas

Publicamos parte do artigo “São Sebastião faz ato presencial contra a volta às aulas”, por motivo de espaço.

(...)

Um Breve Balanço

Nas duas cidades, Caraguatatuba e São Sebastião, está havendo atos e mobilizações presenciais. Em parte, isso se deve à nossa insistência pelo retorno às lutas presenciais e por defendermos intransigentemente o método da ação direta, como forma de resistir aos ataques da burguesia e seus governos. No ato de São Sebastião, ficou evidente que uma mobilização desta natureza alcança mais rapidamente a população, sobretudo nos bairros mais proletários. Por isso, temos insistido pela imediata retomada das lutas presenciais. A “militância virtual” é incapaz de potencializar a luta de classes, ao contrário, contribui ainda mais com o imobilismo de alguns setores, que não querem assumir a difícil tarefa de construir a luta. É preciso compreender que o

meio virtual é o espaço individualista, de alienação e atraso das massas. Das assembleias virtuais, não saíram ações concretas para o enfrentamento dos problemas que o momento nos coloca. Fazemos todo esforço para uma parcela dos professores compreender a necessidade da luta presencial. Está forte e latente na pequena burguesia, que são os professores, o terror imposto pela burguesia com a pandemia. Muitos ainda não perceberam que, praticamente, não existe mais quarentena, a não ser parcialmente na educação, (os funcionários já voltaram) e no judiciário. Muitos professores que se posicionaram contra as atividades presenciais, não compareceram nem para a carreato, o que mostra que o movimento deve vencer o imobilismo de uma parcela dos professores que não querem a volta, mas também não têm disposição para lutar e impedir que ela ocorra.

As burocracias sindicais constroem suas bases nos setores mais despolitizados

e imobilistas dos professores, se amparam neste imobilismo para culpar os professores pela derrota, se escondem por trás deste imobilismo para justificar sua inação. A Corrente Proletária, ao contrário, se apoia nas frações mais combativas dos professores e dos sindicatos para construir a luta, ainda que muito minoritárias. Nos chocamos com este imobilismo dos professores no debate para, inclusive, tentar ampliar sua consciência, diferentemente dos burocratas que o alimentam.

A Luta dos professores na região, para crescer, depende da atuação dos sindicatos, neste caso apenas o Sidserv de São Sebastião é de luta, diferente da Ilhabela, de Caraguatatuba, de Ubatuba e do SIPRO-EM, que, além de não construir, boicotam as lutas. Depende ainda de um levante nacional que possa unificar as lutas dos trabalhadores da educação, com os demais setores, contra o desemprego e por melhores condições de salários.

São Paulo

Ato em São Mateus



No dia 8 de agosto, a “Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio” e o Comitê São Mateus Antifascista convocaram para um ato no Largo de São Mateus. Na convocatória, apontava-se para uma passeata em torno do Largo. As bandeiras do Comitê

e da Rede foram a de defesa da “população negra e periférica!” e “Queremos viver dignamente!”

Participaram do ato, vários agrupamentos políticos: PCB, PCR (Unidade Popular), Movimento Leste 1 (Frente de Luta Por Moradia), os Movimentos Hip Hop ligados a Rede, alguns militantes do PSOL sem se identificar como partido, e o POR.

O conteúdo da maioria das intervenções foi de denúncia da matança de jovens, particularmente negros, pela polícia. Estava materializada na palavra de ordem: “São Mateus vive! Nossos mortos pela polícia têm voz e força e vivem na nossa alma e coração! Clamava por justiça. E que era preciso transformar o medo em revolta organizada. Diante da pandemia, a reivindicação se voltou à construção de um hospital de campanha na zona leste.

O POR interveio defendendo a importância da unidade dos explorados em torno à luta pelos empregos, salários, direitos e saúde pública. Denunciou a ação policial contra a juventude pobre e negra. Combateu a política dos governos e da burguesia, de

descarregar a crise sobre a maioria oprimida, a exemplo da medida provisória, hoje transformada em lei, que reduz salários, suspende contratos e, ainda, demite em massa. Criticou o governo, por pretender terceirizar o único hospital que atende os pobres de São Mateus. E concluiu exigindo que os sindicatos convoquem assembleias para unir os empregados e desempregados, numa campanha nacional por empregos e melhores condições de existência. Na concentração, o POR atuou com seus materiais políticos e o

jornal Massas. Divulgou o folheto “10 anos de Estatuto da Igualdade Racial”.

É fundamental que o Comitê da região faça um balanço dessa atividade e prepare para novas manifestações. A crise econômica e pandêmica continua avançando, e a nossa tarefa é trabalhar para organizar os setores oprimidos, para que possam responder com luta, usando os métodos próprios dos explorados, aos ataques que estão sendo descarregados e os que estão por vir.

Rio Grande do Norte

Ato contra o despejo da Ocupação Pedro Melo

Na sexta-feira, 31, os moradores da ocupação Pedro Melo, organizada pelo MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), foram às ruas do centro de Natal, para denunciar a ação do prefeito Álvaro Dias, que quer despejar, durante a pandemia, as 21 famílias que ocupam o prédio.

A ocupação teve início no dia 22 de dezembro de 2018, onde as famílias ocuparam um antigo albergue na Ribeira. O prédio foi projetado para receber pessoas que precisassem de um lugar para passar a noite, com capacidade de até 72 pessoas, mas passou cerca de quatro anos desativado, até ser ocupado. Durante o período em que está ocupado, já houve

outras duas tentativas de expulsar as famílias do prédio. Novamente, a prefeitura tenta retomar o prédio, denunciando a farsa do “Fique em Casa”, quando quer jogar famílias inteiras nas ruas.

A prefeitura os deixa sem saída, a não ser ir para as ruas, enfrentando a pandemia, com crianças pequenas, para lutar pelo seu direito, que não acaba com a garantia da permanência da ocupação no antigo albergue, mas com a conquista definitiva da moradia, do emprego a todos, e de um salário mínimo vital. Muitos estão desempregados, não têm para onde ir e nenhuma forma de sustento.

O ato teve início na Av. Rio Branco, e seguiu em caminhada até a prefeitura,

onde se conseguiu marcar uma audiência virtual, com uma representação da prefeitura. Durante a caminhada, foi observado que havia policiais acompanhando o movimento, e gravando, deixando explícito que a prefeitura não terá pena das famílias, mas que está preparada para atacar.

O POR esteve presente no ato. Interveio com a distribuição do manifesto, bandeira e duas falas no microfone, onde destacou a importância do método da ação direta, na luta em defesa da ocupação e da unidade entre os trabalhadores, que estão sofrendo com os ataques da burguesia, que descarrega a crise sanitária e econômica nas costas dos explorados.

Rio Grande do Norte

Manter viva a luta em defesa da reintegração dos professores temporários

Direção Do Muda Sinte (PSTU) joga uma pá de terra para enterrar o movimento

Foi aprovada pela assembleia do dia 28 a realização de dois atos, um no bairro Santo Antônio, no dia 3, e também a participação no ato dos servidores. No ato do dia 3 de agosto, a direção do SINTE colocou-se contra a realização do ato, alegando pouca presença de pessoas. O POR se colocou pelo ato, uma vez que os participantes tinham vindo de longe, e era um ato de denúncia do prefeito, que se recusa a reintegrar os professores. As duas posições foram votadas e o ato aconteceu, levantando as bandeiras do movimento e denunciando a intransigência do prefeito. Após o ato, ocorreu uma assembleia, onde se discutiram os próximos encaminhamentos, que ficaram a cargo da comissão.

O POR vem insistindo em que é necessário continuar as manifestações de rua e, assim, acumular forças para tirar o movimento do isolamento, e retomar a pressão diretamente na prefeitura. Essa posição tem apoio da parcela que quer continuar lutando. Assim, foram organizados cartazes, vídeo, faixas, nota à população, carro de som, pela comissão, para o oitavo ato de resistência, no bairro Amarante. Em seguida, houve a assembleia. Mais uma vez, a direção do SINTE foi contra a continuidade dos atos. Disse que era desgastante para a direção,



para o movimento, se era para denunciar o prefeito, que fosse passado o carro de som na comunidade. Que a assembleia não tinha representatividade. Que são muitos atos. E isto é ruim. Novamente, o POR se posicionou contra essa conduta derrotista. Venceu a proposta do POR, de manter vivo o movimento, nas ruas, e buscar apoio efetivo dos sindicatos e movimentos. Também foi marcada, pelos vereadores de oposição, uma audiência pública na Câmara de Vereadores, para o dia 14, onde se discutirão as demissões dos professores temporários. Sobre essa audiência, o movimento tem de tomar cuidado para não ser usado nas disputas eleitorais.

Ato dos servidores de Caraguatatuba

No dia 11/08, em frente à Secretaria Municipal de Educação de Caraguatatuba, servidores municipais, com o apoio do Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte, fizeram um ato contra: 1) o sucateamento das unidades escolares, questão ainda mais preocupante, diante a crise sanitária e a possibilidade de retorno às aulas presenciais; 2) a terceirização e a demissão de 180 merendeiras no município; 3) o fracasso do EaD; 4) a farsa do Comitê de Retomada às Aulas, criado pela secretária de educação e pelo Prefeito.

Este ato só foi concretizado porque os servidores se reuniram de maneira presencial, o que permitiu o aprofundamento do debate e a tomada de decisões coletivas.

O Comitê criado pela Prefeitura para legitimar o retorno às aulas presenciais é composto em sua maioria por representantes da secretaria da educação, e liderado por um supervisor de ensino comissionado, que também é dirigente da Subsele regional da APEOESP, pela corrente “Articulação Sindical”.

A Corrente Proletária distribuiu um boletim, em que denuncia a farsa do comitê e o papel colaboracionista do dirigente a Apeoesp. A trajetória política desse dirigente da subsele e supervisor de ensino é bem conhecida pelo professorado. Isso, principalmente, pelo fato de virar as costas às reivindicações e

à luta dos trabalhadores contra os governantes, e se submeter ao cargo de supervisor de ensino. Está aí por que foi indicado a dedo pelo prefeito. Houve também a denúncia da direção da Associação e do Sindicato dos Servidores Municipais, que tinham suas cadeiras reservadas. Esses dirigentes visam tão somente a alcançar cargos comissionados nas secretarias municipais.

A Corrente Proletária, também, defendeu: 1) que a direção da Apeoesp abra o sindicato e convoque reuniões presenciais (respeitando os cuidados), para discutir e deliberar sobre as imposições dos governantes; 2) que trabalhe para a convocação de uma assembleia estadual massiva, para que decida sobre o retorno ou não das aulas. No caso de decidir o não retorno, como enfrentar o governador e prefeitos; 3) rejeitar toda a forma que fragmenta a decisão coletiva, a exemplo de participação de comitês criados pelos governantes e de pesquisa on-line; 4) que faça um chamado aos demais sindicatos da educação e entidades estudantis para manifestações conjuntas contra as imposições e ataques dos governos e dos capitalistas aos empregos, salários e direitos; 5) unir as exigências dos professores, pais e estudantes com as necessidades da classe operária e demais explorados, que enfrentam redução salarial, demissões, quebra de direitos e gigantesco desemprego.

Violência policial a populações ribeirinhas e indígenas no Amazonas

Na região do Rio Abacaxis, entre os municípios de Borba e de Nova Olinda do Norte, no sul do Amazonas, ocorreu, no início de agosto, uma operação da PM do estado, que levou à morte de, pelo menos, dois jovens da etnia Munduruku, os irmãos Josimar e Josivan Moraes Lopes, nas terras indígenas Coatá-Laranjal, além da denúncia de tortura do líder ribeirinho Natanael Campos da Silva, da Associação Nova Esperança do Rio Abacaxis (Anera).

Nunca houve autodeterminação dos povos indígenas, e os comunitários que vivem de pesca e caça estão sempre ameaçados por grandes empresas madeireiras, por exploração irregular da pesca, pela ação desordenada do garimpo, atividades todas incentivadas por grandes empresas capitalistas ...

A Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas, que reúne, sobretudo, diferentes organizações indígenas, em 7 de agosto, soltou nota pública, e enviou ofício à Secretaria de Estado de Segurança do Amazonas, para denunciar as mortes e a tortura.

Trata-se de mais uma situação que expõe a opressão aos povos indígenas e às comunidades ribeirinhas, que vivem da pesca e do extrativismo natural. A maioria da imprensa, mesmo a local, apenas noticiou o fato, como parte de um conflito envolvendo tráfico de drogas e ação “armada” de bandidos.

O fato é que, embora a região esteja dentro de território indígena, os conflitos com não-indígenas e com o Estado é permanente, porque ribeirinhos e indígenas não têm suas terras e rios protegidos. O atual conflito está ligado diretamente à pesca ilegal, que ocorre regularmente em território indígena. O estopim esteve relacionado às atividades do secretário-executivo do Fundo de Pro-

moção Social do Governo do Amazonas, Saulo Moisés Rezende Costa, que teria realizado “pesca esportiva”, entre os dias 23 e 24 de julho, na região do Rio Abacaxis. Prática comum que desconhece completamente a determinação dos territórios. Esta invasão, como outras, teve como contrapartida um conflito entre os comunitários e o secretário-executivo, que foi atingido no ombro por um tiro. A resposta do Estado foi armar uma verdadeira força militar contra a população ribeirinha e indígena, que resultou na ação da PM, no dia 3 de agosto.

A SSP-AM enviou agentes do COE (Comando de Operações Especiais) e do Batalhão Ambiental da PM para a região, com a justificativa de coibir o “tráfico de drogas”. Sem identificação dos policiais, o que ocorreu, no entanto, foi violência contra os comunitários, indígenas e ribeirinhos, com apreensão de celulares que gravavam a operação, armas apontadas para crianças e idosos, agressões a jovens, e a prisão irregular do líder comunitário, que foi interrogado e torturado por mais de uma hora, além da denúncia de assassinato dos dois jovens, moradores da aldeia Laguinho.

As lideranças indígenas, como a cacique Alessandra Munduruku, indicaram que as mortes ocorrerem dentro do território indígena, sem qualquer autorização, e como represália à ação dos comunitários, que proibiam a pesca na região. A SSP-AM, obviamente, negou os assassinatos e focou na prisão e morte de um traficante que atuava próximo ao território. Na ação policial denunciada, porém, não houve sequer apreensão de drogas ou algo do tipo.

Como se vê, os povos amazônicos veem constantemente suas lideranças e seus membros serem agredidos e assassinados. Nunca houve autodeterminação dos povos indígenas, e os comunitários que vivem de pesca e caça estão sempre ameaçados por grandes empresas madeireiras, por exploração irregular da pesca, pela ação desordenada do garimpo, atividades todas incentivadas por grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais.

A ação de órgãos como IBAMA, FUNAI, ICMBio, que sempre foi frágil, porque nunca contou com recursos suficientes, e esteve sob as amarras da legislação burguesa, que fazia vista grossa mesmo para as atividades chamadas “ilegais”, agora, no governo Bolsonaro, foram praticamente esvaziadas de qualquer papel de fiscalização. Os indígenas clamam, como se verifica em depoimentos das lideranças, por ação da FUNAI; ribeirinhos e pequenos extrativistas exigem ação do IBAMA e do ICMBio, entretanto, estes órgãos são impotentes para defender suas causas e suas reivindicações.

Embora, neste conflito em particular, o MPF tenha solicitado ação da PF para investigar a ação da PM, sabemos que isso não resultará em punição aos culpados pelas mortes, nem resultará em fim das invasões dos territórios e de assassinato de indígenas e comunitários. O Estado burguês e suas instituições não podem proteger a quem eles historicamente sempre atacaram.

A questão de defesa dos povos amazônicos, das etnias indígenas, passa necessariamente pela luta geral contra a ação dos governos, de suas instituições e de suas leis. Passa, portanto, pelo conjunto de lutas contra o Estado burguês e contra o regime de exploração capitalista.

Rio Grande do Norte

Interventor do IFRN chama PM para reprimir estudantes Avança na imposição ditatorial do retorno das aulas via ensino à distância

Foi notícia a nível nacional as cenas de truculência policial contra os estudantes do IFRN e do atropelamento de um servidor, por parte de um membro da equipe interventora. Justamente no dia do estudante, 11 de agosto, quando os estudantes realizavam um ato com palavras de ordem no interior do prédio da reitoria, foram surpreendidos com a presença de quatro viaturas da PM e uma da Polícia Federal, a mando do interventor Josué Moreira. Sem se intimidarem com a presença dos policiais, os estudantes resistiram e puderam expor com nitidez o autoritarismo do interventor.

Logo após o ocorrido, a governadora Fátima Bezerra cuidou em dizer que determinou prioridade na apuração do episódio, e que já havia afastado o PM que comandou a operação até que a investigação seja concluída. Pura demagogia. Sabemos que algumas canetadas não vão modificar o fato de que as instituições burguesas acobertam a todo momento a violência policial. Determinação semelhante de “rigor nas investigações” foi feita pela governadora sobre o caso de morte do jovem Gabriel, mas já fazem dois meses e nada foi elucidado.

A notícia da repressão levou servidores e representantes de entidades a irem à reitoria do IFRN em apoio aos estudantes. Logo após a ação, a Polícia Federal ficou no prédio cuidando da “segurança” do interventor e sua equipe. Os estudantes reivindicaram uma audiência com o interventor para questionar o porquê de ter este ter acionado a PM, mas foram ignorados. Diante disso, os estudantes e servidores realizaram uma plenária unificada presencial, no dia seguinte, para deliberar uma resposta imediata do movimento, e saíram em caminhada por avenidas próximas.

A ação da PM, a mando do interventor, marca o início de uma nova etapa de crise na instituição, que já vinha se desenvolvendo. Nas últimas semanas, o interventor tem feito uma campanha pelo retorno das aulas via EaD. Por enfrentar uma certa resistência dos diretores-gerais dos campi, que são contra o retorno do EaD sem que haja um planejamento que preveja a capacitação docente e propostas de assistência estudantil, o interventor Josué resolveu determinar o impedimento das reuniões do Conselho Superior

A bandeira de autodeterminação das nações indígenas é parte do programa da revolução socialista, assim como a defesa dos pequenos extrativistas naturais é parte da luta em torno da questão da terra. O programa da classe operária incorpora as reivindicações destes grupos e aponta que apenas a insurreição, a luta geral contra o Estado e os capitalistas poderá pôr fim à opressão vivida regularmente pelos povos indígenas. Apenas a ditadura do proletariado poderá libertar os povos amazônicos da ditadura de classe da burguesia. Apenas o governo operário e camponês poderá fazer frente à barbárie e ao genocídio dos povos indígenas. A unidade em luta dos povos indígenas e dos povos amazônicos deve convergir com a luta do conjunto dos trabalhadores, e da classe operária em particular. A classe operária de Manaus deve incorporar às suas lutas a luta dos povos tradicionais, fazendo frente à opressão das instituições do Estado e à exploração econômica da classe burguesa.

Somente um Tribunal Popular poderá punir os crimes da burguesia e de Estado! Somente a Revolução Socialista poderá garantir a autodeterminação dos povos indígenas e o fim de seu genocídio!

(CONSUP), usando como argumento o fato de que as atas das reuniões anteriores não haviam sido lidas e aprovadas. Após impedir as reuniões do CONSUP, aproveitou para editar, de forma ditatorial, uma resolução, autorizando o retorno das aulas de forma remota, e nomeando uma comissão para, no prazo de 15 dias, apresentar proposta de retomada do calendário acadêmico.

Na plenária unificada presencial, os estudantes e servidores avaliaram a situação e tiraram encaminhamentos. O POR sugeriu que fosse realizado um ato no dia seguinte, em frente ao shopping Midway, como forma de dar uma resposta à ação truculenta da PM e ao interventor, o que ganhou aceitação dos presentes. O SINASEFE, até então, tinha uma assembleia virtual marcada para a quinta-feira para discutir indicativo de greve, mas, diante da proposta do ato presencial, resolveu chamar uma assembleia unificada presencial para a sexta-feira, discutir com os estudantes o indicativo de greve, e em seguida realizar o ato presencial.

Na plenária, chamou a atenção a crítica do PT a uma nota da Corrente Proletária Estudantil, que chamava o movimento a construir uma luta contra o EaD, que acentua a separação entre teoria e prática e o caráter memorístico e repetitivo do ensino, e é excludente. O petista se inscreveu para diferenciar o “EaD” do “Ensino Remoto Emergencial”, como se o EaD anterior à pandemia no IFRN tivesse sido um avanço. E sobre o retorno das aulas via EaD, tanto o PT quando as direções do SINASEFE e da Rede de Grêmios comungam da mesma posição dos membros do CONSUP, de que não são contra o retorno das aulas via EaD, desde que haja um planejamento.

O POR, junto com a Corrente Proletária Estudantil, tem atuado no movimento apoiando a reivindicação da comunidade escolar de “Fora interventor e posse do reitor eleito” (respeito ao resultado eleitoral), colocando a importância dos atos e assembleias presenciais para responder aos ataques do interventor, e a necessidade de se colocar contra o retorno das aulas de forma remota. É preciso que o movimento rompa de vez com o comodismo dos atos virtuais. Somente a ação direta coletiva é capaz de defender as condições de ensino e trabalho dos servidores e estudantes.

Amazonas

UJS/PCdoB do Amazonas colabora com os governos, no retorno às aulas

Ficou claro, desde o início da pandemia e do isolamento imposto pelos governos, que as direções das entidades estudantis, como UNE e UBES, estariam subordinadas à política burguesa. Mesmo diante dos levantes antirracistas nos EUA e das mobilizações antifascistas no Brasil, a UNE manteve seu imobilismo. Com a pressão dos governos e dos grupos capitalistas da educação, o retorno às atividades de ensino começou a ser exigido, tanto no Ensino Superior, quanto no Básico. A imposição das aulas e atividades remotas não foi combatida por nenhuma campanha nacional das entidades. O EaD começou a ser legitimado na Educação Básica e Superior, ainda no primeiro semestre do ano. Agora, no segundo semestre, o ensino remoto se expande nas universidades públicas e o ensino presencial é imposto na educação básica. O papel da UJS, que dirige as entidades estudantis, é vergonhoso em todo esse processo.

A política da UJS e do PCdoB é da “inevitabilidade”. Na Educação Básica, seus militantes alegam que não há como organizar a luta coletiva e de rua, embora os professores e os estudantes estejam já retornando às aulas, e sob ameaça da contaminação.

No Amazonas, a UJS e o PCdoB revelam bem seu caráter capitulador e colaboracionista com os governos. O Estado é o primeiro a ter sua rede estadual retornando para o ensino presencial, desde o dia 10 de agosto. O Sinteam, sindicatos dos trabalhadores em educação básica do estado, dirigido pelo PCdoB, convocou uma assembleia remota, para o dia 30 de julho, e chegou a ameaçar com “greve”. Mas, as aulas iniciaram na capital em mais de cem escolas, sem qualquer mobilização, sem qualquer luta. Duas semanas depois da “assembleia” remota, sequer há alguma nota da entidade sobre o retorno presencial imposto pelo governo do Amazonas. O mesmo ocorre com a UBES, dirigida pela UJS, que poderia impulsionar o setor secundarista contra o retorno imposto, e que manteve silêncio sobre a postura da SEDUC/AM.

No Ensino Superior, ainda em junho, a Universidade do Estado do Amazonas também determinou o retorno às atividades de ensino por meio das aulas remotas, a partir de agosto. Em fins de julho, a Reitoria da Universidade Federal do Amazonas

também informou querer aderir ao ensino remoto, a partir do final do presente mês. Os representantes das entidades estudantis da UEE e da UNE no Estado, em vez de organizar a luta para rejeitar o EaD e mobilizar para que as universidades recebessem mais verbas para as adaptações necessárias, quando do retorno presencial, uniram-se às burocracias universitárias, para defender o ensino remoto em toda e qualquer reunião online que ocorreu no período.

Na UFAM, onde a UJS tem presença em cursos de Manaus, os burocratas estudantis têm organizado reuniões com a proreitoria de graduação, para defender o “ensino remoto mediado por tecnologias”. Negaram-se a erguer uma campanha contra o ensino remoto, mesmo que, na prática, não passe de uma forma mais decadente e excludente de EaD. Chegaram em uma das reuniões remotas do movimento estudantil a encaminhar a proposta de que o Ministério Público deveria solicitar a disponibilidade de aparelhos eletrônicos (celulares, tablets, computadores), apreendidos em operações policiais, para que estes fossem ofertados aos estudantes mais carentes, o que “facilitaria” a oferta das aulas a distância.

A política da UJS e do PCdoB é o da “inevitabilidade”. Na Educação Básica, seus militantes alegam que não há como organizar a luta coletiva e de rua, embora os professores e os estudantes estejam já retornando às aulas, e sob ameaça da contaminação. No Ensino Superior, eles defendem que é possível tornar menos ruim o ensino remoto, desde que se melhore o acesso às tecnologias, já que o retorno presencial, a partir dos planos de biossegurança, que exigem uma luta imediata por mais recursos e verbas para as universidades, não são possíveis nesta “conjuntura”. Na verdade, ainda que sejam direção de entidades importantes, não estão dispostos a organizar a luta em nenhuma parte do Estado, nem na capital, nem nas cidades do interior, onde estão as escolas e os campi das universidades; é “inevitável” a sua política traidora.

A Corrente Proletária na Educação/POR atuou e atua na defesa do ensino público e presencial, e, nas atuais circunstâncias, têm defendido que o retorno presencial só pode ser determinado pela decisão coletiva dos trabalhadores e dos estudantes em luta, em mobilização. O retorno não pode ser uma imposição dos governos ou das reitorias. As assembleias virtuais, mesmo quando não colaboram com os governos, são impotentes para impor a vontade dos trabalhadores e dos estudantes. A colaboração com os planos dos governos é a manutenção da mesma política imobilista das entidades estudantis e sindicais, dirigidas pela UJS/PCdoB, há décadas, e deve ser denunciada sistematicamente no interior dos movimentos. Apenas a luta coletiva pode barrar mais esta ofensiva de sucateamento e destruição do ensino público.

Adquira com o distribuidor: R\$35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



AS ESQUERDAS NO BRASIL

2ª edição

RECONSTRUIR O PARTIDO MARXISTA REVOLUCIONÁRIO DA REVOLUÇÃO

O que é o “combate inteligente ao vírus”, defendido pela UMES-SP?

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) é dirigida pela UJS/PCdoB, corrente que tem seguido a linha geral das esquerdas reformistas e centristas, de submissão à política burguesa do isolamento social. Em outras palavras, tem permanecido no imobilismo, tendo inclusive feito o seu Congresso de forma virtual, ampliando o fosso existente entre a sua direção burocrática e a base.

A entidade lançou recentemente uma nota, intitulada “Retornar às aulas apenas com combate inteligente ao vírus!”. Nela, afirma que estamos na “segunda fase do combate ao vírus”, combate que deve ser realizado “a partir das definições científicas, com critérios rigorosos e sobretudo com a busca ativa e o rastreamento de casos da doença, isolando a parcela da população exposta ao vírus e todos com quem eles tiveram este teve contato” (sic). E conclui: “Com isso, poderemos impedir o avanço da pandemia e proteger a população”.

Dessas generalidades, recheadas de hipocrisia, a direção da entidade passou a uma defesa da política empunhada pelo governo estadual de enfrentamento ao coronavírus: “é importante destacar que o estado de São Paulo adotou a medida de rastreamento dos casos para isolar a população que teve contato com contaminados por um período de 14 dias”. No mesmo espírito, participou de uma (pseudo) simulação do protocolo de retorno na E.E. São Paulo, ao lado de uma representação da Secretaria da Educação de São Paulo.

Trocando em miúdos, para a direção da UMES, a quarentena foi importante, Bolsonaro estava errado, mas agora, na “segunda fase” do combate ao vírus, é preciso fazer o rastreamento dos casos, para garantir um “retorno seguro”. Em nenhum momento, se refere à necessidade de consultar os próprios estudantes, as famílias e os trabalhadores sobre o retorno. Assim, coloca a decisão nas mãos burocracia estatal, sob controle do direitista PSDB, do Doria e do Covas – estado e município, respectivamente.

A própria UMES chegou a reproduzir a fala do prefeito tucano: “Quem vai definir a data de retorno às aulas não é pressão política do grupo A, B ou C. Quem vai definir a data é a área da saúde. Foi a área da saúde que solicitou que a gente suspendesse as aulas, e somente quando a área da saúde entender que é possível a volta às aulas é que nós voltaremos às aulas de São Paulo”. Assim, o prefeito tentou se esquivar da acusação de que estaria mudando de posição, tendo em vista

a diferenciação que buscou estabelecer inicialmente em relação ao presidente Bolsonaro, cedendo agora à pressão da burguesia, em geral, e dos capitalistas da rede privada, pela derrubada da cida-dela da Educação, praticamente o único setor de peso que ainda não desmontou a quarentena.

E é nesse barco furado que a direção da UMES está se metendo. O que é compreensível, se lembramos que o PCdoB está defendendo uma linha de “frente ampla”, que inclui os governadores e parlamentares da burguesia direitista (Doria, Maia etc.), política referendada no “Congresso” virtual da própria UMES. Como se vê, os estalinistas, além de não largarem os aparatos (sobrevivem deles como parasitas), não conseguem se desvincular da antiga tese de aliança com (na verdade, subordinação a) setores da burguesia, tudo em detrimento dos interesses dos explorados.

Evidentemente, não custa nada aos burocratas acrescentarem alguns penduricalhos em sua nota pública, como o trecho que transcrevemos a seguir: “Ainda neste sentido, [defendemos] que o transporte seja ampliado para evitar aglomerações no deslocamento da residência até à escola, e que toda a infraestrutura seja reformada ou adequada para esta nova situação”. Como já sabemos, o papel aceita tudo. Nesse caso, a tentativa de se “diferenciar” do governo se revela uma impostura, dado que a direção estudantil se nega a mobilizar os estudantes. Quem acredita que o governo atenderá a tais reivindicações, como a “reforma de toda a infraestrutura” etc.? Sabemos que, somente com muita luta, poderemos obter conquistas dessa envergadura.

De resto, a nota da entidade só repete o lugar-comum da ideologia burguesa de “planejar, simular, organizar e preparar o retorno para que não seja descontrolado”, com o qual – diga-se de passagem – até o Bolsonaro concordaria. O mais grave foi caracterizar esse conjunto de medidas como “a principal ação que os estudantes, professores e o Governo” [sim, “e o Governo”!] devem se empenhar para definir uma possível volta às aulas segura”. Não, burocratas-mirins! Nossa principal ação não pode ser essa! A tarefa da vanguarda com consciência de classe é outra: é colocar em pé um movimento massivo, com independência de classe, em defesa dos empregos, salários, direitos, saúde e educação públicas, utilizando o método da ação direta!

Rondônia

A farsa da eleição on-line para a escolha do Reitor da Universidade (UNIR)

A UNIR conta com onze mil eleitores, entre professores, funcionários e acadêmicos, que votariam, no dia 06/08, para escolher o reitor; porém, o comparecimento à votação virtual foi pífio, apenas 2.925 votantes e deste total, 95 invalidaram o seu voto, sendo 33 nulos, e 62, brancos.

Concorreram os seguintes candidatos ao cargo de reitor: Claudio Luiz do Amaral Santini, Marcelle Regina Nogueira Pereira, José Ferrari, Marcelo Vergotti e Delson Xavier. Dos cinco candidatos, a mais votada foi a professora Marcelle, que obteve 1.278 dos votos, que correspondem a 48,83%; o segundo colocado foi Marcelo Vergotti, com 264 dos votos, correspondentes a 31,76%; o terceiro foi

Delson Xavier, com 186 votos, correspondentes a 12,15%, os quais formam a lista triplíce que o Conselho Superior da Universidade encaminhará ao MEC. Dessa lista, o presidente da República deve escolher o reitor da universidade.

Os grupos que compõem a oposição dentro dos conselhos se digladiaram, para que a professora Marcelle fosse eleita, pelo fato de considerá-la progressista. Os dois outros candidatos são do grupo majoritariamente ligado à política da extrema direita dentro da universidade.

A militância da Corrente Proletária da Educação (CPE) constatou o desespero de burocratas da universidade, neste momento

de pandemia, para fazer o processo eleitoral de reitores e chefes de departamentos acadêmicos. E mostrou que, da mesma forma que a Andifes e o Andes se colocaram contra a Medida Provisória (MP) 979 do governo Bolsonaro, poderiam se colocar contra as eleições online. Na realidade, os grupos que se reivindicam de es-

querda se apressaram em atender as determinações do MEC para a escolha dos reitores, mesmo com as aulas suspensas. A Corrente Proletária, assim, se colocou contra a eleição online, e defendeu que as deliberações da universidade devem emergir das Assembleias Gerais Universitárias, que só podem ser presenciais.

O QUE SE PASSA DE FATO COM A MAIORIA DOS JOVENS

No dia 11 de agosto, a imprensa publicou uma reportagem, que estampava no título: “No Brasil, 40% dos jovens com ensino superior não têm emprego qualificado”. Trata-se do resultado de um levantamento feito pela consultoria IDados (com base na PNAD-IBGE), segundo o qual, no primeiro trimestre de 2020, “525 mil trabalhadores com diploma, entre 22 e 25 anos, foram considerados sobre-educados”. Este último termo se refere àqueles que “exercem ocupações que não exigem faculdade”. Ainda de acordo com a pesquisa, a pandemia “deve agravar esse cenário”.

A tendência é de aumento da taxa de desemprego, o que atinge com particular contundência as massas jovens. De nada adianta o diploma universitário, se o desemprego se manifesta em quase todas as profissões.

Na reportagem, o G1 mostrou a trajetória de três jovens diplomados, que estão ocupando cargos não condizentes com as suas respectivas formações acadêmicas. Esse é um dos elementos que compõe o quadro geral de desespero da juventude, ao lado do desemprego, da redução de salários e direitos, da mortandade com a pandemia, da exacerbação da violência, do crescimento do subemprego, etc.

O dado sobre os “sobre-educados” é bastante relevante, principalmente por desfazer a falácia burguesa de responsabilização dos próprios jovens pelo desemprego e baixos salários, de acordo com a reportagem, a “saída” estaria na formação individual. É o discurso liberal-meritocrático, incutido com insistência na cabeça dos jovens pela classe dominante, em que o “esforço” seria a chave para o “sucesso”.

A reportagem vai buscar a explicação para o fenômeno na “fragilização” do mercado de trabalho, após a recessão de 2015-16, e a turbulência política, culpando o governo petista de Dilma Rousseff. E as perspectivas, depois do início da pandemia, não são melhores: esperam-se mais demissões nessa faixa etária, e redução da média salarial. Ainda assim, diz a pesquisa, ter um diploma de ensino superior continua sendo uma vantagem, diante dos

demais trabalhadores, fatia onde o desemprego é maior.

Curiosamente, a reportagem, nesse ponto, dá uma guinada, para abordar o tema da produtividade do trabalho. A ligação feita é simples: “sobre-educados” com salários menores produzirão menos. Daí, chega-se à constatação de que isso “dificultaria” o enriquecimento do país.

Há uma falsificação nessa análise, afinal, esperar que o capital remunere melhor seus trabalhadores, de acordo com uma expectativa de extrair resultados superiores, implica ignorar o fato, tão bem

demonstrado pela atual conjuntura de crise, de que a anarquia da produção leva justamente ao reforço da tendência contrária, a saber, a

destruição de forças produtivas, aí incluídos os postos de trabalho. Observa-se que a utilização de máquinas mais avançadas leva a tornar supérflua parte da força de trabalho. E aqui se revela um dos traços fundamentais do caráter estrutural das crises no capitalismo: este é o mecanismo que conduz a uma queda tendencial das taxas de lucro, em razão do aumento da composição orgânica do capital – fenômeno explicado por Marx. O que empurra os capitalistas a desvalorizarem ainda mais o valor da força de trabalho.

da superexploração do trabalho. Superexploração que ocorre na situação de maciça destruição de forças produtivas, aí incluídos os postos de trabalho. Observa-se que a utilização de máquinas mais avançadas leva a tornar supérflua parte da força de trabalho. E aqui se revela um dos traços fundamentais do caráter estrutural das crises no capitalismo: este é o mecanismo que conduz a uma queda tendencial das taxas de lucro, em razão do aumento da composição orgânica do capital – fenômeno explicado por Marx. O que empurra os capitalistas a desvalorizarem ainda mais o valor da força de trabalho.

A reportagem faz uma recuperação histórica do problema da produtividade no Brasil, desde 1980. Segundo o professor do Insper, Naercio Menezes Filho, “temos um problema de capital humano, de educação. Desde a primeira infância, as crianças têm baixo investimento para desenvolver suas habilidades, não só de raciocínio, de aprendizado em português e matemática, mas de habilidades socioemocionais”. Está aí o “argumento” sobre “falta de qualificação” dos jovens, bem como uma crítica implícita ao sistema educacional brasileiro. E conclui: “Se o país não fizer reformas estruturais para melhorar a concorrência internacional, simplificar a estrutura tributária e incentivar pesquisa e desenvolvi-

mento, o Brasil não vai conseguir crescer”. Trata-se de um malabarismo dos ideólogos da burguesia. Diante dos assombrosos dados sobre a subutilização da força de trabalho qualificada de jovens no país, responsabilizam os próprios jovens, misturando críticas inofensivas sobre a educação e referências sobre a concorrência. Tudo isso para defender “reformas estruturais”, justamente aquelas que têm, especialmente após a ditadura civil de Temer, ampliado a precarização do trabalho e a destruição de diretos, além de sucatear a educação e favorecer os grandes monopólios (em detrimento da concorrência). A estagnação e queda de produtividade expressam a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, condicionadas pelos monopólios. No caso do país semicolonial, como o Brasil, pesam o controle das multinacionais sobre os ramos fundamentais da produção e o domínio imperialista. Ao contrário da qualificação da força de trabalho, ocorre a desqualificação. A educação é reflexo dessa condição material do capitalismo em decomposição. A tendência é de aumento da taxa de desemprego, o que atinge com particular contundência as massas jovens. De nada adianta o diploma universitário, se o desemprego se manifesta em quase todas as profissões. Há testemunhos de que universitários se vêm obrigados a trabalhar em profissões que não exigem qualificação.

Não por acaso, parcelas crescentes da juventude têm tomado a frente nas lutas, cada vez mais radicalizadas. O fato do capitalismo não oferecer nenhuma perspectiva e levar milhões à beira do precipício favorece a luta da classe operária para pôr fim ao sistema de propriedade privada dos meios de produção e constituição do socialismo. As forças produtivas serão libertadas da camisa de força da grande propriedade capitalista e abrirão um vasto caminho de elevação da capacidade da juventude, em todos os campos da produção e do conhecimento. A escola e a produção social se tornarão completamente interdependentes, o que permitirá a unidade entre a teoria e a prática. Somente assim a juventude exercerá sua capacidade criadora e se sentirá como parte essencial das transformações.

Nossa homenagem a Dom Pedro Casaldáliga

O falecimento do Bispo emérito de São Felix do Araguaia, Mato Grosso, no dia 8 de agosto, aos 92 anos, mereceu homenagem do MST, CUT e correntes de esquerda. O POR não poderia deixar de compartilhar dessa homenagem. Não é preciso explicar o antagonismo entre o materialismo dialético e histórico que norteia o partido marxista e as convicções religiosas de Casaldáliga.

O motivo de nossa referência à sua memória está em que foi antes de tudo um homem íntegro, fiel no reconhecimento de que a escravização latifundiária devia ser combatida e superada. Sua longa convivência com povos indígenas e camponeses lhe permitiu consolidar a ideia de que a religião deveria estar voltada para os indefesos, pobres e miseráveis. Embora equivocado quanto a essa possibilidade, seguiu essa trilha nas matas, campos e rios de São Felix do Araguaia, denunciando a opressão de latifundiários, grileiros, etc. Evitou o quanto pôde se sujeitar à hierarquia arcaica e obscurantista da Igreja e do Vaticano. Tudo indica que chegou ao posto alto de Bispo, atravessando contradições e se fazendo valer pela autoridade alcançada em meio às perseguições da ditadura militar e às constantes ameaças de morte. Teve papel fundamental na fundação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Pastoral da Terra. Nos anos 1970, portanto, no auge da ditadura militar, revelou as relações de opressão no campo, que chegavam ao ponto do trabalho escravo.

Os militares passaram a persegui-lo, sob o rótulo de subversivo e comunista. Embora o adjetivo de comunista não fosse verdadeiro, Casaldáliga foi um bispo até certo ponto subversivo. Dizemos até certo ponto porque suas convicções religiosas, ainda que próximas do cristianismo primitivo, não o possibilitavam ser um subversivo completo, que o levaria a romper com a igreja e abraçar o marxismo, aí sim, o comunismo. Era um subversivo que acreditou na viabilidade de uma reforma agrária, tendo à frente o MST, bem como o fim da opressão sobre os povos indígenas, bastando acabar com a dominação latifundiária. O sentido preciso de sua subversão não foi as suas pregações pela reforma agrária, mas as denúncias do trabalho escravo, da miséria do povo sofrido do campo, e da opressão brutal descarregada pelo poder econômico sobre os povos indígenas. Essas denúncias foram de defesa dos camponeses e indígenas contra latifundiários, autoridades, jagunços e polícia. Aqui reside nossa homenagem a Casaldáliga, pelo fato de terminar seus dias como um homem que se identificou com o sofrimento concreto, material, das massas agrárias e indígenas.

O MST, em sua homenagem, recorre a um dos lampejos do pensamento de Casaldáliga. Eis: *“O latifúndio continua a ser um pecado estrutural no Brasil e em toda nossa América. Que o MST continue*



O sentido preciso de sua subversão não foi as suas pregações pela reforma agrária, mas as denúncias do trabalho escravo, da miséria do povo sofrido do campo, e da opressão brutal descarregada pelo poder econômico sobre os povos indígenas.

a ser um abanderado desse ‘socialismo novo’ e de uma verdadeira reforma agrária e agrícola, inserido na Via Campesina, na procura e no feito de uma nova América”. Aqui está a fé religiosa se sobrepondo às relações reais de dominação capitalista. A reforma agrária é uma tarefa democrática burguesa. O capitalismo da época dos monopólios e da dominação financeira não comporta nenhum tipo de revolução burguesa, que, como tal, resolvesse a questão agrária em favor de pequenos proprietários camponeses. Não se pode separar as relações de propriedade agrária das demais relações de propriedade capitalista. Uma reforma agrária se tornaria factível com a nacionalização geral das terras. Somente assim, se expropriaria a fração burguesa latifundiária. Essa tarefa democrática – a nacionalização das terras – não pode ser feita por meio da democratização do capitalismo. Os reformistas, aos quais Casaldáliga esteve vinculado, principalmente às lideranças do MST, se iludiram e iludem com essa tese. Todos puseram fé no PT e em Lula. A experiência com o petismo, que governou para latifundiários, banqueiros, multinacionais, etc., o levou a criticar

Lula, por seu apego aos mais ricos do que aos mais pobres. Não pôde entender que não se tratava apenas de Lula, mas de uma política, a política reformista, que obrigatoriamente tem de se adaptar à ditadura de classe da burguesia no Estado.

Casaldáliga chegou ao Brasil em 1968, vindo da Espanha, aos 40 anos, portanto, quatro anos depois do golpe militar. Pôde, assim, viver e observar a virada da ditadura contra o movimento camponês, dirigido pelas Ligas, e o esgotamento do nacionalismo burguês. O regime militar se dedicou a potenciar os latifundiários e fazendeiros, preparando as condições para o avanço da agroindústria e agronegócio. Cerca de 50 anos depois de sua chegada, Casaldáliga morre, assistindo à decomposição política do PT, ao retrocesso do MST, à supremacia do capital financeiro no campo, à crescente indigência dos povos indígenas, e à permanência, inclusive, da escravização de camponeses. Morre no momento em que se trava um conflito no interior da burguesia e das instituições do Estado sobre o avanço das forças produtivas capitalistas na Amazônia, sem que os camponeses e indígenas estivessem organizados para ter respostas próprias. Ocorre que somente o proletariado, em sua luta contra a dominação capitalista, poderia e pode dirigir os camponeses e indígenas a lutar pela expropriação geral dos latifundiários e nacionalização das terras. Temos a certeza de que Casaldáliga, em sua contradição, como um homem da Igreja, se fechou ao mundo camponês e indígena, desconhecendo a força motriz das transformações, que é o proletariado. Essa é a lição a ter tirada de sua vida de homem que rejeitou as riquezas, o luxo e o próprio aparato da Igreja.

Nesta edição:

- **80 anos do assassinato de LEON Trotsky** - *Páginas 28 a 31*
- **Bolívia:** Rechaçamos as ameaças do governo e setores ultradireistas de intervir nos bloqueios camponeses.
- **Argentina:** A unidade nacional da *Frente de Todos* está sob a direção do setor mais oligárquico e antinacional da burguesia.
- **Líbano:** É necessário construir o Partido da Revolução Proletária.
- **Cuba:** Só o proletariado pode responder à crise sanitária e preservar as conquistas revolucionárias.
- **135 anos do falecimento de Friedrich Engels.**
- **Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.**

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional A 80 anos do assassinato de Leon Trotsky pelo estalinismo contrarrevolucionário

13 de agosto de 2020

Suas ideias, como continuador do marxismo-leninismo, continuam plenamente vigentes. O estalinismo concluiu sua derrocada liquidando as principais conquistas do movimento operário internacional, avançando na restauração capitalista, onde a burguesia tinha sido expropriada, dissolvendo a III Internacional. Os restos do estalinismo se arrastam por detrás de qualquer governo burguês que requisite seus serviços. **É o estalinismo que fracassou**, não o bolchevismo, não o marxismo, que passaram pela prova da história e confirmam os principais prognósticos e caracterizações realizadas por Trotsky.

Neste **80º aniversário**, em meio a uma **catástrofe econômica, política e social**, uma das maiores da história, fica evidenciado claramente que o **capitalismo não tem outra saída, a não ser a barbárie**. A decomposição e desintegração capitalista está causando danos extraordinários nas condições de vida e trabalho de centenas de milhões de trabalhadores no mundo, inclusive nas próprias metrópoles imperialistas. A humanidade se encontra outra vez diante de uma disjuntiva de ferro: ou avançam dramaticamente as condições da **barbárie**, ou se abre caminho a uma nova época, por meio da **revolução social**, que acabe com o controle imperialista sobre os principais meios de produção, concentrados e centralizados nas mãos do capital, com a maquinaria parasitária infernal do capital financeiro. A revolução social, que exproprie esses meios de produção e os transforme em propriedade social, para iniciar a construir o socialismo.

Por isso, neste momento, é tão necessário destacar suas concepções estratégicas, ocultadas pelos revisionistas, que usam um discurso trotskizante, sem delimitação de classe, pasteurizado, limitado a repetir algumas consignas transitórias, omitindo a luta pelo poder.

Reproduzimos algumas definições de Trotsky em documentos essenciais, e que só os marxistas-leninistas-trotskistas reivindicam publicamente.

A essência do **Programa de Transição** é encontrar a ponte entre as reivindicações atuais das massas e o **programa da revolução socialista** - um sistema de reivindicações transitórias que parte das condições e da consciência atual de amplas camadas da classe operária e que conduz a uma só conclusão: **a conquista do poder pelo proletariado**.

Afirma que as condições objetivas para a revolução proletária não só estão maduras, como começam a apodrecer. Que, **sem revolução socialista num próximo período histórico, a civilização humana está sob a ameaça de ser arrasada por uma catástrofe**. E que tudo depende do proletariado, ou seja, em primeiro lugar, de sua vanguarda revolucionária. **A crise histórica da humanidade se reduz à crise da direção revolucionária**.

A tarefa estratégica da IV Internacional consiste em derrubar o capitalismo, e não em reformá-lo. Sua finalidade política é a **conquista do poder pelo proletariado para realizar a expropriação da burguesia**.

Exige de todos os partidos e organizações que se apoiam nos operários e camponeses, e falam em seu nome, que rompam politicamente com a burguesia, e entrem no caminho da **luta pelo governo operário e camponês**. A agitação sob a consigna de governo operário e camponês tem, em todos os casos, um enorme valor educativo... cada uma de nossas reivindicações transitórias deve conduzir a uma só conclusão política: os operários devem romper com todos os partidos tradicionais da burguesia para estabelecer em comum com os camponeses seu próprio poder.

Afirma que a **IV Internacional** se mantém inteiramente no

terreno do marxismo, a única doutrina revolucionária que permite compreender a realidade, descobrir as causas das derrotas, e preparar conscientemente a vitória. Continua a tradição do bolchevismo, que pela primeira vez mostrou ao proletariado como conquistar o poder.

Em sua contribuição com as **Teses da Revolução Permanente**, Trotsky afirma que, nos países de desenvolvimento burguês atrasado, e, em particular, dos coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a resolução integral e efetiva de seus propósitos **democráticos e de emancipação nacional** tão somente se podem conceber por meio da ditadura do proletariado, empunhando este o Poder, como direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas (2ª Tese). Na 4ª Tese, sustenta que a realização da aliança revolucionária do proletariado com as massas camponesas só é concebível sob a direção política da vanguarda proletária, organizada no Partido Comunista. A revolução democrática só pode triunfar por meio da ditadura do proletariado, apoiada na aliança com os camponeses, e voltada em primeiro lugar a realizar objetivos da revolução democrática. A Tese 8 se refere à ditadura do proletariado, que conquista o poder na qualidade de direção da revolução democrática, que se vê, inevitável e repentinamente, ao triunfar, diante de objetivos relacionados com profundas transformações do direito de propriedade burguesa. A revolução democrática se transforma diretamente em socialista, convertendo-se assim em **permanente**.

A Tese 9, assinala que a conquista do poder pelo proletariado não significa o coroamento da revolução, mas simplesmente seu início. A edificação socialista só se concebe sobre a base da luta de classes no terreno nacional e internacional. E, 11ª assinala que não há distinção entre países “maduros” e “não maduros” para o socialismo. Que o capitalismo, ao criar um mercado mundial, uma divisão mundial do trabalho e forças produtivas mundiais, se encarrega por si só de preparar a economia mundial no seu conjunto para a transformação socialista. Diz que é possível que os países atrasados possam chegar à ditadura do proletariado antes dos avançados, mas chegarão mais tarde que eles ao socialismo. Trotsky finaliza suas Teses sintetizado que “a luta está posta sobre a mesa, entre as ideias fundamentais de Marx e Lênin, de um lado, e o ecletismo dos centristas, de outro”.

É hora de reconstruir a IV Internacional, sobre a base das conquistas políticas e ideológicas da classe operária, em 170 anos de luta consciente por uma nova sociedade. De pôr em pé o **Partido Mundial da Revolução Socialista**, esta será nossa melhor homenagem ao grande revolucionário.

Stalin ordenou seu assassinato e perseguição e massacre daqueles que dirigiram a grande Revolução Russa, ao lado de Lênin. **Leon Trotsky concentrava em si mesmo as ideias, o programa, a experiência mais rica da classe operária durante 4 décadas, com revoluções triunfantes, derrotadas e burocratizadas. Lênin e Trotsky dirigiram a III Internacional**, em um período extraordinário de crescimento político da classe operária internacional, organizativa e politicamente.

O estalinismo teve a grande responsabilidade de dissolver a III Internacional e enterrá-la, como oferenda ao imperialismo “democrático”. Teve a grande responsabilidade de liquidar a vanguarda operária que enfrentou a degeneração política.

Mas também cabe uma responsabilidade aos **revisionistas** do trotskismo, de liquidar semelhante herança política. Por essa razão,

o trotskismo não esteve à altura de ocupar o centro mundial, diante da derrocada miserável do estalinismo, com todas as suas traições, e com um avançado processo de restauração, de destruição dos Estados Operários, especialmente na Rússia.

O dano causado pelos revisionistas do trotskismo

Prematuramente, o setor dirigente da IV se integrou ao estalinismo e às correntes nacionalistas, com suas táticas “entristas”, depois veio o embelezamento do nacional castrismo, que esteve à frente da Revolução Cubana, do foquismo, revisando o papel histórico da classe operária, acreditando encontrar uma via mais rápida para chegar ao poder.

Outras frações, pelo contrário, se tornaram furiosamente democratizantes, pondo em pé organizações centristas para intervir em eleições, adaptando suas organizações à luta eleitoral, abandonando a propaganda comunista, revolucionária. Há uma variedade de frações, que foram abandonando os princípios, o programa. Que foram atrás de qualquer fenômeno nacionalista radicalizado, exaltando-o, acreditando encontrar magicamente o caminho da revolução. Todas estas variantes que utilizam a vestimenta trotskista o envelhecem, o deformam, e confundem a vanguarda. Sob a aparência de “novos caminhos”, não oferecem ao proletaria-

A edificação socialista só se concebe sobre a base da luta de classes no terreno nacional e internacional. E, 11ª assinala que não há distinção entre países “maduros” e “não maduros” para o socialismo.

do mais que velhas receitas, enterradas há muito tempo.

Às dificuldades que existem na tarefa de construir os partidos revolucionários em cada país e reconstruir a IV, se agregam os obstáculos de todas essas correntes, que além disso difamam, ocultam, o papel dos autênticos trotskistas, aqueles que mantêm inquebrantavelmente a luta pela revolução e ditadura do proletariado, pela destruição do Estado burguês, pelo comunismo. Esta tem sido a atitude invariável de todos os revisionistas, frente ao **POR da Bolívia**, isolando-o e combatendo-o. Na Bolívia, fracassaram rotundamente as aventuras foquistas, assim como também as tentativas de pôr em pé um partido de trabalhadores, junto a setores burocráticos, para intervir nas eleições, ou os que apoiaram Evo (defensor da grande propriedade latifundiária e multinacional). E também fracassaram em todos os países em que atuam.

Um severo balanço da experiência da IV Internacional, depois do assassinato de Trotsky, é imprescindível para reconstruí-la sobre bases sólidas, de princípios. Todos os ajuntamentos sem princípios concluem em rupturas, novas divisões e frustrações para a militância.

Hoje, como há 80 anos, continua plenamente vigente a necessidade de pôr em pé a Internacional, sobre a base dos princípios, do programa da revolução e ditadura do proletariado, sobre a base das conquistas das anteriores internacionais.

Socialismo ou barbárie capitalista!

(A Declaração foi redigida pela seção Argentina e adotada pela direção do Comitê de Enlace)

80 ANOS DO ASSASSINATO DE LEON TROTSKY

Em outubro de 1939, Trotsky foi convidado a depor no Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara (HUAC), do Congresso dos EUA. Criado em 1938, objetivou “investigar” as atividades políticas, consideradas como “desleais” e subversivas, por parte de cidadãos, funcionários públicos, e organizações suspeitas de terem laços com fascistas ou comunistas. Segundo consta nos arquivos de Trotsky, preservados por seu neto, Esteban Volkov, o documento “Por que aceitei comparecer no Comitê Dies” foi feito para lhe permitir responder às acusações feitas contra ele no Comitê, por Browder e Foster, dirigentes do Partido Comunista dos EUA. Os dirigentes estalinistas tinham declarado que o verdadeiro perigo aos interesses dos norte-americanos e das democracias estava na atividade dos “trotskistas”.

No momento em que o “Comitê Dies” (nomeado assim em referência a seu presidente, o democrata Martin Dies) começava a funcionar, Hitler realizava sua ofensiva contra Polônia e Áustria. A Alemanha se projetava, assim, como um poderoso rival imperialista dos Estados Unidos, na luta pelo domínio da Europa e suas colônias. Por sua vez, a perseguição aos comunistas fazia parte da tese de que os êxitos dos fascistas se deviam, fundamentalmente, ao Pacto de “não-agressão” entre Alemanha e a URSS – conhecido como “Pacto Molotov-Ribbentrop”. O “Comitê Dies”, desse modo, instituiu-se para orientar a preparação da intervenção estadunidense no conflito armado que se aproximava, bem como para abortar as tendências da luta de classes mundial que se projetavam.

Por que aceitei me apresentar no Comitê Dies¹

11 de dezembro de 1939

Por que concordei em comparecer ao Comitê Dies?

Certamente, não para facilitar a materialização dos objetivos políticos do senhor Dies, especialmente o de utilizar as leis federais contra tal ou qual “partido extremista”. Sou um irreconciliável adversário, não só do fascismo, mas também da atual Komintern, porém, ao mesmo tempo, sou decididamente contra a proscricção de qualquer um deles.

A proscricção dos grupos fascistas, inevitavelmente, seria fictícia, como organizações reacionárias podem, facilmente, mudar de cor e se adaptar a qualquer tipo de forma organizativa. Não se deve esquecer que setores influentes da classe dominante e do aparelho governamental simpatizam, consideravelmente, com eles, e essa simpatia, inevitavelmente, aumenta nos momentos de crise política.

Quanto à Komintern, sua proscricção só ajudaria a esta organização completamente degenerada e comprometida. As dificuldades da Komintern resultam da irreconciliável contradição entre os interesses do movimento operário internacional e os da camarilha governante do Kremlin. Depois de muitos ziguezagues e decepções, a Komintern entrou obviamente na sua etapa de decomposição. A supressão do Partido Comunista restabeleceria, imediatamente, perante os operários, a sua reputação de lutador perseguido pelas classes dominantes.

Sabia-se, pela experiência da Revolução Russa, que a iminência da guerra imperialista criaria um amplo e vasto campo para a intervenção da vanguarda e desenvolvimento de processos revolucionários. Perseguir e criminalizar as atividades das organizações fascistas permitiriam criar condições ideológicas para atacar os comunistas, cobrindo com um véu da legalidade medidas de guerra civil interna. Eis por que o “Comitê Dies” se utilizava do violento enfrentamento entre bolcheviques-leninistas da Oposição de Esquerda com os estalinistas, no momento em que a ditadura burocrática de Stálin promovia os Processos de Moscou (com os quais se criava um meio fraudulento para dizimar a vanguarda revolucionária de antigos bolcheviques), e para atacar a URSS, que mantinha uma grande ascendência entre os explorados do mundo. E, em particular, atacar a III Internacional que, embora em adiantado estado de degeneração revisionista do marxismo-leninismo, ainda atraía milhões de explorados, no mundo todo.

À época, Trotsky estava asilado no México. A declaração que publicamos (destinada à imprensa) parte da caracterização geral dessas tendências históricas (revolução e contrarrevolução). Trotsky se guiou pela possibilidade de usar o Comitê Dies como uma tribuna política, para chegar a milhões de explorados norte-americanos. O leitor e a vanguarda revolucionária poderão constatar os sólidos fundamentos programáticos e princípios marxistas sobre os quais Trotsky combateu o revisionismo e o totalitarismo estalinista.

No entanto, essa consideração não esgota a questão. Sob o regime burguês, toda supressão da liberdade e dos direitos políticos, não importa contra quem se oriente no seu início, no final cairá, inevitavelmente, sobre a classe operária, especialmente, contra seus elementos mais avançados. É uma lei da história. Os operários têm de aprender a distinguir entre seus amigos e inimigos, seguindo seu próprio julgamento, e não as indicações que a polícia faz.

Não é difícil prever uma objeção *ad-hominem*: “Por acaso, o governo soviético, do qual você participou, não proibiu todos os partidos políticos, a exceção do bolchevique?”

Absolutamente correto, estou disposto a me responsabilizar por todas as suas ações. Mas, não se pode igualar as leis da guerra civil com as das épocas de paz, as da ditadura do proletariado com as da democracia burguesa.

Se se considera a política de Abraham Lincoln exclusivamente do ponto de vista das liberdades civis, o grande presidente não fica muito favorecido. Para se justificar, certamente, ele poderia dizer que foi obrigado a aplicar medidas de guerra civil, para libertar a democracia da escravatura. A guerra civil é um estado de tensão da crise social. Uma ou outra ditadura, produto inevitável das condições da guerra civil, surge fundamentalmente como exceção à regra, como regime circunstancial.

É verdade que, na União Soviética, não desapareceu a ditadura, pelo contrário, adquiriu formas totalitárias monstruosas. Isso se explica pelo fato de que, da revolução, surgiu uma nova casta privilegiada, incapaz de manter o seu regime, senão com

1. Publicado em Socialist Appeal, em 30 de dezembro de 1939. Trotsky preparou a sua declaração como informe à imprensa, que deveria ser apresentada publicamente a sua chegada aos Estados Unidos. No entanto, pouco tempo antes de fazer sua viagem, o Comitê Dies cancelou o convite.

medidas de guerra civil dissimulada. Foi precisamente por este problema que rompi com a camarilha governante do Kremlin. Fui derrotado porque a classe operária, devido às condições imperantes dentro e fora do país, se demonstrou muito frágil para liquidar sua própria burocracia. No entanto, não tenho dúvidas de que assim o fará.

Mas, seja qual for a situação na URSS, a classe operária dos países capitalistas, ameaçada pela escravatura, têm de defender a liberdade de todas as tendências políticas, inclusive das que são seus inimigos irreconciliáveis. Eis a razão pela que não sinto nenhuma simpatia pelos objetivos do Comitê Dies.

Não preciso explicar que não vim aqui para defender “as atividades pró norte-americanas”, contra “as atividades anti norte-americanas”. Estou despreparado para essa tarefa. Pior ainda, todas as minhas tentativas de compreender aquilo que o norte-americanismo tem de defender foram em vão, até agora. A grande contribuição dos EUA ao acervo da humanidade pode-se descrever em uma palavra: a tecnologia. Esse norte-americanismo é visível e universalmente aceito.

No entanto, ainda fica em pé o problema de como aplicar a questão da tecnologia norte-americana no interesse da humanidade. Ouvimos Harold Ickes, Homer Cummings, Lewis Douglas¹ e outros destacados representantes do atual regime dizerem que o monopólio econômico contradiz a ideia da democracia. Mas, em nenhum lugar do mundo, o domínio do monopólio atingiu tanto poder como nos Estados Unidos. Onde teremos de procurar o norte-americanismo, nas ideias abstratas ou na realidade que as contradizem? Mais ainda, o desemprego crônico é um fenômeno norte-americano ou anti-norte-americano?

Essas leis repressivas, que o senhor Dies defende, têm uma longa história nos países europeus, onde, há vinte anos, teve início a transição dos regimes democráticos aos totalitários. Os membros do Congresso da Juventude² acusaram, diretamente, o Comitê Dies de desvalorizar o “norte-americanismo”. Para mim, que sou estrangeiro, precisaria de, pelo menos, um ano, para estudar esse complicado problema. Não sei, porém, se minha prolongada estadia nos Estados Unidos seria compatível com os princípios do “norte-americanismo”.

É necessário reconhecer, no entanto, que, em grande medida, a própria Komintern preparou essa perseguição contra minha permanência. Durante anos a fio, exigiu sistematicamente que os governos democráticos reprimissem seus inimigos políticos da esquerda. Essa atitude vergonhosa nos permitiu prever, há muito tempo, que, no final, a Komintern se veria presa na armadilha que preparava para os demais. Assim se passou.



Mas, seja qual for a situação na URSS, a classe operária dos países capitalistas, ameaçada pela escravatura, têm de defender a liberdade de todas as tendências políticas, inclusive das que são seus inimigos irreconciliáveis. Eis a razão pela que não sinto nenhuma simpatia pelos objetivos do Comitê Dies.

Browder³ não se cansava de exigir medidas policiais contra os chamados “trotskistas”.

Rudemente, logo a polícia voltou-se contra o próprio Browder. Isso não nos leva à vingança. O fato de ter utilizado um passaporte falso não nos enche de piedoso horror. Também utilizei passaportes falsos, durante a minha luta contra o czarismo e a reação, em todas suas formas. A desgraça não está em que Browder tenha enganado uma ou duas vezes a polícia fascista ou outras, mas em que Browder engana sistematicamente os operários norte-americanos. A luta contra essa mentira é uma tarefa política fundamental. Um comitê do congresso é tão apropriado para esta luta, como a imprensa operária e os órgãos legislativos nacionais.

Não apoio, porém, os dirigentes dos sindicatos e dos “partidos trabalhistas” que, inspirados pelos sentimentos patrióticos, excluem os comunistas de suas organizações. Considere tão nociva esta política, como as leis repressivas contra o Partido Comunista. Um sindicato pode cumprir seus objetivos, somente quando se constrói sobre os princípios da democracia operária. É fácil expulsar os estalinistas se valendo de medidas burocráticas. Muito mais difícil é libertar os operários da confiança que neles depositam. Mas, este é o único caminho para sanear o movimento operário, e elevá-lo a um nível superior.

A Komintern mentiu, decepcionou e traiu tanto, que a verdade direta é a melhor arma contra ela. Esta é, precisamente, a tarefa que eu enfrentei: dizer a verdade sobre as atividades do Kremlin e a Komintern. Não prometo nenhuma revelação sensacional. Mas, não é necessário. Quais novas revelações poderiam superar os processos de Moscou, a liquidação da Velha Guarda bolchevique, a dos Generais Vermelhos, a repentina aliança com Hitler e as escandalosas viradas que a Komintern realiza sob o chicote do Kremlin? Entretanto, posso ajudar a reunir, como um todo, as distintas partes dessa situação, e revelar seu significado interno.

Quando os operários compreendem o papel histórico reacionário do estalinismo, eles mesmos se afastarão dele com repulsa. Para ajudar os operários neste sentido, aceitei me apresentar diante do Comitê Dies.

1 *Harold Ickes*, secretário do interior dos EUA de 1933 até 1946, no governo Roosevelt. *Homer Cummings*, Procurador Geral dos EUA de 1933 até 1939. *Lewis Douglas*, diretor de orçamento sob governo de Roosevelt em 1933, mas renunciou em protesto à política do New Deal.

2 *Congresso da Juventude Norte-americana*. Organização frente-popular, que passou para o controle estalinista.

3 Dirigente do Partido Comunista dos EUA, estalinista.



**Partido Obrero
Revolucionario**
Sección boliviana del CERCI

Bolívia

Comunicado

Rechaçamos as ameaças do governo e setores ultradireistas de intervir nos bloqueios camponeses

7 de agosto

O M.A.S. se lançou com tudo o que lhe resta do seu apoio social, no objetivo de que as eleições ocorram o mais rápido possível, porque percebeu que o tempo é o seu pior inimigo. Conseguiu mobilizar importantes setores camponeses do ocidente e alguns enclaves urbanos de forte tradição indígena, paralisando o país, recorrendo aos bloqueios de rodovias.

burguesa, oferecesse algo aos explorados e oprimidos, e menos aos camponeses, mergulhados no atraso e abandono.

O MAS emergiu como um poderoso movimento político, valendo-se da condição indígena-camponesa de Evo Morales, como se fosse uma garantia de governo do povo e de reivindicação nacional da maioria indígena oprimida pela burguesia

o problema das eleições é o pretexto, que oculta o seu conteúdo reivindicatório nacional e o desvirtua. A medida se volta contra o MAS, acentuando o repúdio da maioria da população, premida pela crise, para quem o problema das eleições é totalmente secundário; coisa que naturalmente o governo utiliza a seu favor, debate e dramatiza a situação.

O enfraquecido governo ultradireitista se bate, entre a disjuntiva da esperança de que o movimento se desgaste por si mesmo, sob a pressão do repúdio majoritário, e de uma arremetida, se utilizando do aparato repressivo do Estado (Polícia e Exército), para afogá-lo em sangue.

Combatemos o MAS, desde o primeiro dia, denunciando o conteúdo pró-burguês de sua política, mas rechaçamos qualquer tentativa fratricida do governo de intervir nos bloqueios, provocando um massacre de camponeses, por mais que sejam masistas.

O grave problema da opressão das nações indígenas pela burguesia brancoíde somente será resolvido pelo caminho revolucionário da luta por acabar com a ordem burguesa, arrancando do poder a burguesia com os seus politiquieiros ladrões, incluindo os masistas, e instaurando o governo operário e camponês e de todos os oprimidos.

Chamamos o movimento camponês a se rebelar contra a absurda política masista, para consolidar a aliança operário e camponesa, pedra angular para a revolução.

*(Extraído do Jornal Massas Extra,
12 de agosto de 2020,*

órgão do Partido Operário Revolucionário)

São estes setores mais radicais do MAS que protagonizam os bloqueios, como expressão do repúdio à velha direita racista; o problema das eleições é o pretexto, que oculta o seu conteúdo reivindicatório nacional e o desvirtua.

O bloqueio de rodovias é um poderoso método da luta das massas, particularmente dos camponeses, que reivindicamos e valorizamos, mas, neste caso, está sendo desvirtuado, pelo absurdo objetivo eleitoral; como se as eleições, essa farsa democrática

brancoíde, mas declarando o seu respeito à grande propriedade privada burguesa, marcando assim o limite de sua política reformista como política burguesa. Portanto, antinacional, antipopular e antiopeirária, como efetivamente ocorreu.

O MAS está politicamente esgotado, perdeu o apoio majoritário das massas, que ingenuamente se iludiram com ele. Vive a etapa de sua agonia, se dividindo em frações, que apenas se mantêm unidas por sua ambição de voltar ao poder. No entanto, a velha direita, que não pode ocultar o seu racismo, ao assumir o poder e destruir símbolos indígenas, e levando nas mãos a bíblia e a cruz como emblemas da opressão colonial, reanimou, em setores indígenas radicais, a identificação nacional com o “irmão Evo”, como expressão do rechaço ao racista governo transitório. Isto é tudo o que restou do MAS.

São estes setores mais radicais do MAS que protagonizam os bloqueios, como expressão do repúdio à velha direita racista;



Argentina**A unidade nacional da Frente de Todos está sob a direção do setor mais oligárquico e antinacional da burguesia**

O governo declarou, antes de assumir, que faria um governo de “todos”, um governo de “unidade nacional”. Que vinha para superar divisões e fissuras. Como se fosse possível dissolver os antagonismos entre uma ultra minoria que oprime, que é proprietária de tudo, que vive saqueando o país, e uma maioria cada vez mais pobre, mais desempregada, mais precarizada. Como se fosse possível conciliar os interesses do capital financeiro e os da nação oprimida.

Os partidários do governo, que gostam de símbolos, durante anos, criticaram aquele ato de 2016, dos 200 anos da “independência”, quando Macri convidou nada menos que o rei da Espanha, para dizer “quão angustiados deviam estar os patriotas na hora de ter de declarar a independência”.

Plenamente consciente do valor dos símbolos, Alberto Fernández celebrou o dia da independência junto com todos os governadores (peças fundamentais da governabilidade do Macri, que lhe propiciaram toda as garantias legais), as câmaras empresariais do capital mais concentrado (incluía a Sociedade Rural), e um representante do que há de mais nefasto da burocracia sindical. A mensagem simbólica é clara. Não houve um descuido, não houve erros. Houve uma clara definição política. São os setores empresariais que estiveram por detrás da ditadura e de Menem, estão sujos de sangue, entrega e maior corrupção, como bem foi denunciado pela Hebe.

Como engolir semelhante sapo? A unidade nacional da Frente de Todos acabou sendo dirigida por aqueles que respaldaram fortemente Macri. Há uma continuidade de interesse por detrás de ambos os governos.

Uma e outra vez, o governo jura que vai pagar a dívida externa. Jura que vai respeitar os contratos, e que não estatizará nada. Acreditamos. Se vier a tomar essas medidas, será obrigado por um levante popular, ou como medida para salvar o capital.

Como assinalamos, sua política econômica se estrutura sobre um eixo: pagar a dívida externa e chegar a um acordo com o FMI. É uma farsa política, dizer que sabem como foi o saque, quem foram os saqueadores, quem são os cúmplices e, em continuidade, dizer que vamos pagar. Mais do que uma farsa, é uma traição à vontade popular.

Sua política é a preservação da grande propriedade dos meios de produção, da maioria das multinacionais ou dos capitalistas nacionais. Portanto, não tem nenhuma capacidade para resolver os problemas urgentes dos oprimidos, nem para desbloquear as forças produtivas. Não é com “eles”, mas contra “eles” que se começarão a resolver os problemas.

Os planos anunciados pelo governo procuram uma “solução” assistencial, atendendo à massa de desempregados e desesperados, com ajuda do Estado. Uma economia que normalize a precarização, a informalidade, a marginalidade, os baixos salários, a miséria. São conscientes do drama que se vive, mas, se limitam a atenuá-lo. Sabem que contam com a colaboração

dos movimentos de desempregados, que alardeiam seu papel de amortecedores do descontentamento, e que desnaturalizaram completamente sua origem piqueteira. E obviamente contam com a colaboração da burocracia sindical.

Aqueles setores que apoiam este governo, e que são críticos a essa política, devem tirar todas as conclusões. Devem romper com as ilusões, e retomar a ideia de que é necessário recuperar a soberania nacional, acabar com as políticas neoliberais, enfrentar o poder das multinacionais, dos latifundiários, dos grandes meios de comunicação. Devem independizar-se politicamente, romper a subordinação a essas políticas miseráveis, que acabam nos enterrando. Deixem de contar os votos dos deputados, deixem de calcular quantos votos conseguirão nas eleições, não é por aí! O caminho do legalismo das instituições e dos consensos foram feitos para manter a situação do jeito que está.

Somente um grande movimento nacional de luta pode impor o desconhecimento da dívida externa, a recuperação de todas as empresas privatizadas, de todos os recursos, para tornar realidade a ruptura com o neoliberalismo. Não é com discursos, não é com votos, não é na mesa de negociações. A história ensina que é nas ruas, ocupando as fábricas, paralisando o país, que se pode defender a nação oprimida contra os opressores.

Somente um grande movimento nacional de luta pode impor o desconhecimento da dívida externa, a recuperação de todas as empresas privatizadas, de todos os recursos, para tornar realidade a ruptura com o neoliberalismo. Não é com discursos, não é com votos, não é na mesa de negociações. A história ensina que é nas ruas, ocupando as fábricas, paralisando o país, que se pode defender a nação oprimida contra os opressores. E que somente a classe operária pode dirigir essa rebelião, porque é a única classe que conseqüentemente pode ir até o final, porque não tem nenhuma amarra com a grande propriedade privada.

Essa questão está em debate em todos os lugares. O capitalismo está numa etapa de decomposição sem retorno, nos tem levado a uma catástrofe, e não pode garantir senão a barbárie em todas as suas dimensões. Não é somente na Argentina, em todos os países, temos recebido o peso da crise, que provém de outras crises, e que outras mais virão, nos deixando em uma situação cada vez pior.

A classe operária e o conjunto dos oprimidos devem unir suas reivindicações, coordenar suas lutas, passar por cima de todos os obstáculos burocráticos e de todas as mesquinhas, os empregados e desempregados, os ativos e os aposentados, os filiados e os não-filiados ao sindicato. Todos os trabalha-

dores devem unir suas forças para lutar pelas condições mais elementares, que nos queremos arrancar. A força da classe operária, que se coloca de pé, poderá arrastar os demais oprimidos, também esmagados pela crise. A unidade desde as bases é fundamental, para romper todos os bloqueios. Devemos superar o isolamento das lutas que estão ocorrendo.

À frente dos patrões, que se submetem ao capital financeiro, opomos a frente única anti-imperialista, da maioria oprimida, que luta pelo seu próprio poder político.

Rebelião no Líbano

É necessário construir o Partido da Revolução Proletária



Em 5 de agosto, deflagraram-se maciças manifestações de rua, exigindo a renúncia “em bloco” do governo, acusando-o de responsável pela tragédia. Sob novas condições, retomou-se o levante operário e popular, que levou à derrocada do primeiro-ministro, Saad Hariri, em 29 de outubro de 2019, impotente para dar solução efetiva às necessidades prementes da população explorada.

Em 4 de agosto, a capital do Líbano, Beirute, foi atingida por uma gigantesca explosão de um depósito, contendo 2.750 toneladas de nitrato de amônia, reduzindo a escombros as instalações portuárias, e grande parte do centro da cidade. Contabilizaram-se 160 mortos e 6 mil feridos. Na explosão, perderam-se ainda 80% dos estoques de grãos previstos para este ano.

O acontecido não passaria de um trágico acidente, caso não viesse à tona que, um mês antes, um informe da Direção Geral de Segurança do Estado fez inúmeras advertências sobre o perigo do nitrato de amônia, armazenado no porto desde 2013. O informe expôs ainda a corrupção endêmica das facções étnicas e religiosas (sunitas, xiitas, católicos e islâmicos) que controlam o aparelho do Estado. A administração do maior e principal porto do Líbano (aproximadamente 75% das importações entram ao país por via marítima) é conhecida como “A cova de Ali Babá e os 40 ladrões”, pelo manejo discricionário e corrupção, que envolvem as permissões de importações e exportações.

Em 5 de agosto, deflagraram-se maciças manifestações de rua, exigindo a renúncia “em bloco” do governo, acusando-o de responsável pela tragédia. Sob novas condições, retomou-se o levante operário e popular, que levou à derrocada do primeiro-ministro,

Não há saída pela via do capitalismo que não seja a da barbárie. A resposta à crise é lutar por nosso próprio governo, um governo da maioria, conquistar pela primeira vez a democracia, instaurar um governo operário e camponês (ditadura do proletariado), que exproprie a grande propriedade dos meios de produção, e os transforme em propriedade social. Essa é a única via para começar a construir o socialismo.

(Extraído do Jornal Massas, nº 375, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Saad Hariri, em 29 de outubro de 2019, impotente para dar solução efetiva às necessidades prementes da população explorada.

Ocorre que o governo de Hariri aplicou um plano de ajustes orçamentários, aumento de impostos regressivos, violentas contrarreformas sociais, e que submetia ainda mais o Líbano ao parasitismo financeiro imperialista. As medidas impulsionaram a rápida destruição do poder aquisitivo dos libaneses, ampliou o desemprego, e projetou a miséria e pobreza em larga escala.

Tais medidas foram apresentadas como a única via de solução à grave crise econômica. Mas, as massas em luta contra os ataques impediram que Hariri aplicasse seu programa antipopular e antinacional. Impotente, demitiu-se do cargo. É nessas condições que Hassan Diab foi eleito primeiro-ministro. Mas, sua eleição não alterou as relações fisiológicas dentro do aparelho do Estado, nem alterou a orientação antipopular e antinacional da ofensiva da burguesia imperialista e nacional.

Diab herdava uma situação convulsiva e se via diante da inesperada pandemia do Covid-19, o que agravava ainda mais o quadro de desagregação econômica e social. Em abril, metade dos 4,5 milhões de habitantes caiu abaixo da linha de pobreza, os preços de produtos básicos aumentaram 60%, 200 mil trabalhadores perderam os empregos (o desemprego atingiu a casa de 35%), fecharam-se mais de mil casas de comércio e empresas, bem como se potencializou a crise da saúde pública, e escancarou-se o parasitismo da minoria capitalista, que exigia o aumento dos repasses de fundos públicos aos seus bolsos. Tais condições afundaram o Líbano, um país falido, que importa 80% dos produtos que consome, bem como sustenta 1,5 milhões de refugiados sírios e 400 mil palestinos. Esses encargos sangram o tesouro nacional, já comprometido com o saque imperialista da dívida pública, que perfaz 170% do PIB.

As massas comprovaram pela experiência que a eleição de Diab

não alterava as tendências de desagregação econômica, social e política. O novo governo comprometia-se a manter a política econômica de seu antecessor, embora houvesse se proposto a adiar a implantação das contrarreformas e as negociações com o FMI. Certamente, era parte dos cálculos das frações feudal-burguesas libanesas que a troca de um governo burguês por outro, junto ao impasse nas negociações com o FMI, permitiria arrefecer momentaneamente a luta de classes e garantir a governabilidade burguesa.

No entanto, o agravamento da crise econômica – combinada aos devastadores efeitos sobre empregos, salários e condições de vida das massas pela pandemia – impediu abortar definitivamente a luta de massas. A explosão e seus desdobramentos expuseram às massas que nada tinha sido modificado, desde a queda de Hariri. Revoltadas, ergueram-se em luta e enfrentaram a brutal repressão. A retomada do levante alertou o governo sobre o perigo das massas romperem definitivamente com o regime burguês. É nessas condições que Diab renunciou ao cargo de primeiro-ministro, juntamente com 30 de seus ministros, sendo convocadas eleições antecipadas.

O essencial reside em que, na base desse percurso convulsivo da crise política, acha-se a desagregação econômica e a queda violenta das condições de vida das massas. O avanço da pobreza e miséria da maioria se choca com a gigantesca concentração de riquezas em mãos de uma minoria.

A convocação de eleições antecipadas procura criar uma válvula de escape à explosão dessas contradições sociais. Mas, a manobra eleitoreira não dissolverá a convulsiva situação. É o que se observa com as manobras do imperialismo de usar a tragédia para condicionar a “ajuda humanitária” à aprovação das contrarreformas ditadas pelo FMI. Emanuel Macron, presidente da França, chegou a Beirute dois dias depois da explosão. Entre os escombros, ofereceu-se a organizar, pessoalmente, a ajuda internacio-

nal, mas, com a condição de que se imponham, imediatamente, as reformas abortadas pela queda de Hariri. De forma que a “reconstrução do Líbano”, sob o eufemismo de “ajuda humanitária”, será paga pelas massas oprimidas por meio das contrarreformas trabalhista, previdenciária e fiscal.

É bom lembrar que o Líbano é um país em disputa permanente entre as frações sunitas e xiitas árabes. A convivência “pacífica” só foi possível enquanto a economia mundial e os acordos de partilha de territórios e áreas de influência permitiam acomodar os choques. A crise de 2008, com a desagregação da economia, impulsionou a luta entre as frações dominantes da feudal-burguesia do Oriente Médio. O agravamento dos choques bélicos regionais entre Israel e Palestina, Hezbollah (organização paramilitar dominante no Líbano) e Síria, de um lado; bem como as ameaças intervencionistas de países sunitas contra Irã (xiita), de outro, expõem a sombra da guerra civil que devastou o país por 15 anos, e que se projeta na atual situação política. Sobre essas facções, em permanente disputa, paira o capital monopolista imperialista, que visa a reatar os elos de sua dominação, potenciando o intervencionismo sobre as semicolônias da região.

Tal é o quadro mais geral em que as massas retomam sua luta em defesa de suas condições de vida. A situação, portanto, exige que os explorados libaneses deem um salto na sua organização política independente, e lutem por transformar a força social do levante operário e popular em um movimento capaz de impor a autodeterminação do País, e abrir caminho à luta do proletariado pelo poder.

As condições são favoráveis para a vanguarda com consciência de classe se coloque por constituir partido marxista-leninista trotskista. Essa é a tarefa estratégica que se ergue em meio ao combate das massas. No Brasil, prestamos apoio à luta do povo libanês por sua libertação das frações no poder que expressam os interesses da feudal-burguesia, e do imperialismo colonizador.

Cuba

Só o proletariado pode responder à crise sanitária e preservar as conquistas revolucionárias

São inúmeras as consequências da crise econômica e sanitária sobre as economias nacionais. O mesmo se verifica nas relações entre as classes mundiais, bem como nos avanços e retrocessos do processo histórico mais amplo da revolução e contrarrevolução. Essa caracterização permite compreender as novas medidas restauracionistas do capitalismo em Cuba, tomadas pelo governo castro-estalinista, para responder aos estragos da crise sanitária no país.

Cuba vinha sofrendo os abalos da crise capitalista, que se avolumaram com a recessão de 2015-2016 e a nova fase do bloqueio imperialista sobre suas forças produtivas internas. A Reforma da Constituição, aprovada em 25 de fevereiro de 2019, objetivava responder a essas tendências. Para isso, pretendia-se favorecer o

avanço das relações de produção capitalistas no seio da economia estatizada. Almejava-se, assim, favorecer a recuperação da economia, recorrendo aos investimentos estrangeiros, para suprirem a falta de recursos financeiros, créditos, insumos e produtos básicos.

A burocracia castro-estalinista vinha manobrando com sua aplicação gradual e controlada, visando a preservar o rígido controle sobre seu percurso. No entanto, os efeitos da pandemia na paralisia do turismo e na exportação de matérias-primas, principal fonte de divisas, desferiram um golpe nessas pretensões. É o que se observa com as “medidas emergenciais” aprovadas para equacionar os estragos do Covid-19. E que se orientam a acelerar as “reformas estruturais” e ampliar o campo de ação do setor privado previsto na nova Constituição.

Está aí por que se anularam impostos sobre as transações financeiras, feitas em dólares, bem como se relaxaram os controles estatais sobre as importações e exportações, realizadas por pequenas e medianas empresas privadas. Aprovou-se também “acelerar” os processos burocráticos de “reconhecimento jurídico” das empresas privadas. Mas, como criar por todo o país mercados ao varejo - exigência dos setores privados, dando um passo decisivo no desmantelamento do monopólio da distribuição e do comércio pelas empresas de propriedade estatal e cooperativa.

Segundo o governo, tais medidas visam a “aliviar” a “falta de liquidez” e prover divisas à importação de produtos e equipamentos, para combater os estragos da pandemia e o desabastecimento.

O certo é, porém, que tais medidas facilitarão a penetração das relações de produção capitalistas em uma escala ampliada. É sobre a base social dos empresários privados da ilha que agirão os grandes monopolistas e o capital financeiro internacional. Está absolutamente claro que a liberação das importações e a flexibilização nos controles sobre as transações financeiras criarão um campo para sua penetração em diversos setores da produção, serviços e comércio internos. Medidas semelhantes foram aplicadas na restauração capitalista no Leste Europeu. Parece que o governo restauracionista do Partido Comunista de Cuba segue essa experiência.

Ao contrário, a experiência ensina que a desagregação e barbárie social deram um salto à frente com a pandemia, proliferando em meio à anarquia da produção social capitalista. É a grande propriedade privada monopolista dos meios de produção que impede centralizar e aplicar - de forma racional e científica - os recursos técnicos, produtivos e humanos para proteger a vida da maioria oprimida. A penetração de seus interesses na economia cubana, talvez, poderá servir conjunturalmente para equacionar os estragos da pandemia, mas ao preço de desenvolver no seio

da economia estatizada os germes das forças desagregadoras do capitalismo putrefato.

Essas premissas, que decorrem das leis da revolução e contrarrevolução nossa época, basta para demonstrar que as medidas do governo cubano não solucionarão os problemas estruturais, produto do afogamento da revolução dentro das fronteiras nacionais da ilha. Foi a burocracia castro-estalinista que adotou a teoria contrarrevolucionária do “socialismo em um só país”, que criou as condições para que, hoje, a crise favoreça à burguesia mundial em sua contraofensiva reacionária.

A classe operária cubana e os demais trabalhadores devem enfrentar e combater a impotência da burocracia castrista em defender suas condições de vida. Não é criando as condições da destruição das conquistas revolucionárias, fundamentalmente da propriedade social, que se livrarão os operários, camponeses e trabalhadores cubanos da catástrofe sanitária. Pelo contrário: a defesa da propriedade coletiva e da economia estatizada é a base material necessária para desenvolver um programa próprio do proletariado, para enfrentar os estragos da pandemia, e dirigir toda suas potencialidades em benefício das massas.

135 anos do falecimento de Friedrich Engels

Publicamos abaixo o reconhecimento de Lênin à obra socialista de Engels e ao seu trabalho de organizar o proletariado. O artigo foi escrito em 1895, e publicado pela primeira vez em 1896. Lênin contava com 25 anos. Observamos que já tinha uma ampla assimilação das obras de Marx e Engels. Há 135 anos atrás, previa a projeção do marxismo na Rússia. Lênin, sem dúvida, foi o bolchevique que mais entendeu e que mais aplicou a teoria do socialismo científico nas condições particulares de seu país, vinculando as formulações de ordem nacional ao internacionalismo proletário. O Partido Operário Revolucionário compartilha da bandeira “Memória eterna a Friedrich Engels, grande lutador e mestre do proletariado”.

A Friedrich Engels

Em 5 de agosto de 1895 faleceu, em Londres, Friedrich Engels. Depois de seu amigo Karl Marx, falecido em 1883, Engels foi o mais notável cientista e mestre do proletariado contemporâneo, em todo o mundo civilizado. Desde o dia em que o destino juntou Karl Marx e Friedrich Engels, a obra a que os dois amigos consagraram toda a sua vida se converteu numa obra comum. Assim, para compreender o que Engels fez pelo proletariado, é necessário ter-se uma ideia precisa do papel desempenhado pela doutrina e atividade de Marx para o desenvolvimento do movimento operário contemporâneo. Marx e Engels foram os primeiros a demonstrar que a classe operária, com suas reivindicações, é o resultado necessário do sistema econômico atual que, juntamente com a burguesia, cria e organiza inevitavelmente o proletariado. Demonstraram que não são as tentativas bem-intencionadas dos homens de coração generoso que libertarão a humanidade dos males que hoje a esmagam, mas a luta de classe do proletariado organizado. Marx e Engels foram os primeiros a explicar, em suas obras científicas, que o socialismo não é uma invenção de sonhadores, mas o objetivo final e o resultado inevitável do desenvolvimento das forças

Lênin

produtivas da sociedade atual. Toda a história escrita até os nossos dias é a história da luta de classes, da transformação sucessiva no domínio e na vitória de uma classe social sobre outra. E assim continuará, até que desapareçam as bases da luta de classes e do domínio de classe: a propriedade privada e a anarquia da produção social. Os interesses do proletariado exigem que essas bases sejam destruídas, pela luta de classes consciente dos operários organizados, que voltará contra elas. E toda a luta de classes é uma luta política.

Em nossos dias, todo o proletariado em luta pela sua emancipação tomou para si estes conceitos de Marx e Engels. Mas, nos anos 1840, quando os dois amigos começaram a colaborar em publicações socialistas, e a participar nos movimentos sociais da sua época, eram inteiramente novos. Então, eram numerosos os homens de talento e outros sem talento, honestos ou desonestos, que, no ardor da luta pela liberdade política, contra a arbitrariedade dos reis, da polícia e do clero, não viam a oposição dos interesses da burguesia e do proletariado. Não admitiam sequer a ideia de os operários pudessem agir como força social independente. Por outro lado, um bom número

de sonhadores, algumas vezes geniais, pensavam que seria suficiente convencer os governantes e as classes dominantes da injustiça do regime social existente, para que se tornasse fácil implantar no mundo a paz e o bem-estar geral. Sonhavam com um socialismo sem luta. Finalmente, a maior parte dos socialistas daquela época e, de um modo geral, os amigos da classe operária, não viam no proletariado senão uma chaga, e contemplavam com horror como, à medida que a indústria se desenvolvia, crescia também essa chaga. Por isso, todos procuravam o modo de parar o desenvolvimento da indústria e do proletariado, parar a «roda da história». Contrariamente ao temor geral diante o desenvolvimento do proletariado, Marx e Engels punham todas as suas esperanças no contínuo crescimento numérico do proletariado. Quanto mais proletários houvesse, tanto maior seria sua força como classe revolucionária, e tanto mais próximo e possível estaria o socialismo. Pode exprimir-se em poucas palavras os serviços prestados por Marx e Engels à classe operária, dizendo que eles a ensinaram a conhecer-se e a tomar consciência de si mesma, e que substituíram os sonhos pela ciência.

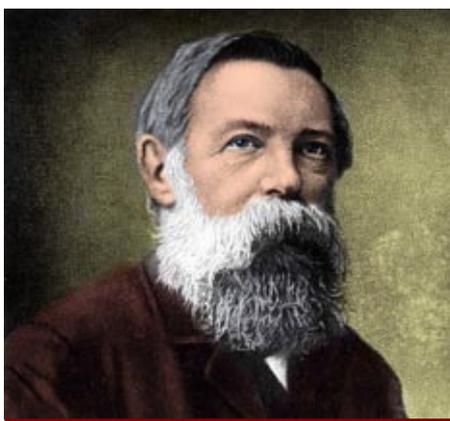
É por isso que o nome e a vida de Engels devem ser conhecidos por todos os operários. É por isso que, na nossa compilação, cujo fim, como o de todas as nossas publicações, é acordar a consciência de classe dos operários russos, devemos dar um apanhado da vida e da atividade de Friedrich Engels, um dos dois grandes mestres do proletariado contemporâneo.

Engels nasceu em 1820, em Barmen, na província renana do reino da Prússia. O pai era um industrial. Em 1838, Engels teve de abandonar por motivos familiares os estudos secundários, e se empregar em uma casa de comércio de Bremen. Este trabalho não o impediu de se dedicar à formação científica e política. Quando ainda era secundarista, chegou a odiar a autocracia e a arbitrariedade da burocracia. O estudo de filosofia o levou ainda mais longe. Naquela época, predominava na filosofia alemã a doutrina de Hegel, e Engels tornou-se seu discípulo. Embora Hegel fosse, por seu lado, um admirador do Estado prussiano absolutista, a serviço do qual se encontrava como professor na Universidade de Berlim, a sua doutrina era revolucionária. A fé de Hegel na razão humana e nos seus direitos, e a tese fundamental da filosofia hegeliana, segundo a qual existe no mundo um constante processo de mudança e de desenvolvimento, conduziram os discípulos do filósofo berlinense, que não queriam aceitar a realidade, à ideia de que a luta contra essa realidade, a luta contra a injustiça existente e o mal reinante, também procede da lei universal do desenvolvimento perpétuo. Se tudo se desenvolve, se certas instituições são substituídas por outras, porque, então,

devem perdurar eternamente o absolutismo do rei prussiano ou do czar russo, o enriquecimento de uma ínfima minoria à custa da imensa maioria, o domínio da burguesia sobre o povo? A filosofia de Hegel tratava do desenvolvimento do espírito e das ideias; era idealista. Do desenvolvimento do espírito, a filosofia de Hegel deduzia o desenvolvimento da natureza, do homem e das relações entre os homens no seio da sociedade. Marx e Engels conservaram a ideia de Hegel sobre o perpétuo processo de desenvolvimento, e rejeitaram sua preconcebida concepção idealista; analisando a vida real, viram que não é o desenvolvimento do espírito que explica o da natureza, mas que, pelo

contrário, é necessário explicar o espírito a partir da natureza, da matéria. Contrariamente a Hegel e outros hegelianos, Marx e Engels eram materialistas. Partindo de uma concepção materialista do mundo e da humanidade, verificaram que, tal como todos os fenômenos da natureza têm causas materiais, igualmente o desenvolvimento da sociedade humana é condicionado pelo desenvolvimento de forças materiais, as forças produtivas. Do desenvolvimento das forças produtivas dependem as relações que se estabelecem entre os homens no processo de produção dos objetos necessários para satisfazer as suas necessidades. E são essas relações que explicam todos os fenômenos da vida social, as aspirações do homem, as suas ideias e as suas leis. O desenvolvimento das forças produtivas cria relações sociais, que se baseiam na propriedade privada; mas, vemos hoje esse mesmo desenvolvimento das forças produtivas privar a maioria dos homens de toda a propriedade, para concentrá-la nas mãos de uma ínfima minoria; esse mesmo processo destrói a propriedade, base do regime social contemporâneo, e tende, por isso mesmo, ao mesmo fim, que colocaram os socialistas. O fundamental é que os socialistas devem compreender

qual é a força social que, pela sua situação na sociedade atual, está interessada na realização do socialismo, e incutir nesta força a consciência de seus interesses e de sua missão histórica. Essa força é o proletariado. Engels o observou na Inglaterra, em Manchester, centro da indústria inglesa, onde se fixou em 1842, para trabalhar em uma firma comercial, da qual seu pai era um dos acionistas. Engels não se limitou a permanecer no escritório da fábrica: percorreu os bairros miseráveis em que viviam os operários, e viu com os seus próprios olhos a miséria e os males que os afligiam. Não se limitando à sua observação pessoal, Engels leu tudo o que antes dele se tinha escrito sobre a situação da classe operária inglesa, e estudou minuciosamente todos os documentos oficiais que pôde consultar. O resultado dos seus estudos e observações foi um livro que saiu em 1845: A Situação da Classe Operária na Inglaterra. Assinalamos logo acima qual foi o principal mérito de Engels como autor dessa



É certo que antes dele muitos tinham descrito os sofrimentos do proletariado, e indicado a necessidade de lhe prestar ajuda. Engels foi o primeiro a declarar que o proletariado não é só uma classe que sofre, mas que a miserável situação econômica em que se encontra empurra-o irresistivelmente para a frente, e obriga-o a lutar pela sua emancipação definitiva. E o proletariado em luta se ajudará a si mesmo.

obra. É certo que antes dele muitos tinham descrito os sofrimentos do proletariado, e indicado a necessidade de lhe prestar ajuda. Engels foi o primeiro a declarar que o proletariado não é só uma classe que sofre, mas que a miserável situação econômica em que se encontra empurra-o irresistivelmente para a frente, e obriga-o a lutar pela sua emancipação definitiva. E o proletariado em luta se ajudará a si mesmo. O movimento político da classe operária levará, inevitavelmente, os operários à consciência de que não há para eles outra saída, senão o socialismo. Por sua vez, o socialismo só será uma força quando se tornar o objetivo da luta política da classe operária. Tais são as ideias fundamentais do livro de Engels, sobre a situação da classe operária na Inglaterra, ideias hoje aceitas por todo o proletariado que pensa e luta, mas que eram então absolutamente novas. Essas ideias foram expostas em uma obra escrita num estilo cativante, onde abundam os quadros mais fidedignos e impressionantes da miséria do proletariado inglês. Este livro era uma terrível acusação contra o capitalismo e a burguesia. Provocou uma impressão muito grande. Em breve, por toda a parte, começaram a referir-se a ele como o quadro mais fiel da situação do proletariado contemporâneo. E, certamente, nem antes, nem depois de 1845, apareceu uma descrição tão brilhante e tão verdadeira dos males sofridos pela classe operária.

A Situação da Classe Operária em Inglaterra, assenta as bases do socialismo materialista revolucionário ...

Engels só se tornou socialista na Inglaterra. Em Manchester, entrou em contato com militantes do movimento operário inglês, e começou a escrever para as publicações socialistas inglesas. Em 1844, ao passar por Paris, de regresso à Alemanha, conheceu Marx, com quem já se correspondia. Em Paris, sob a influência dos socialistas franceses e da estadia na França, Marx se tornou socialista. Foi aí que os dois amigos escreveram em conjunto *A Sagrada Família*, ou crítica da crítica crítica. Este livro, escrito na sua maior parte por Marx, e publicado um ano antes da publicação da *A Situação da Classe Operária em Inglaterra*, assenta as bases do socialismo materialista revolucionário, cujas ideias principais expusemos mais acima. *A Sagrada Família* é uma denominação irônica dada a dois filósofos, os irmãos Bauer, e a seus discípulos. Estes senhores pregavam uma crítica que se colocava acima de toda a realidade, acima dos partidos e da política, repudiava toda a atividade prática, e limitava-se a contemplar «criticamente» o mundo circundante e os acontecimentos que nele ocorriam. Os senhores Bauer qualificavam desdenhosamente o proletariado como uma massa desprovida de espírito crítico. Marx e Engels protestaram categoricamente a esta tendência absurda e nefasta. Em nome da verdadeira personalidade humana, do operário espezinhado pelas classes dominantes e pelo Estado, Marx e Engels exigiam, não uma atitude contemplativa, mas a luta por uma melhor organização da sociedade. Era, evidentemente, no proletariado que eles viam a força capaz de travar esta luta e diretamente interessada em fazê-la triunfar. Antes do surgimento da *A Sagrada Família*, Engels tinha publicado, na revista *Anais Franco-Alemães*, editada por Marx e Ruge, o seu Estudo crítico sobre a economia política, em que anali-

sava, do ponto de vista socialista, os fenômenos essenciais do regime econômico contemporâneo, como consequência inevitável da dominação da propriedade privada. As suas relações com Engels contribuíram, incontestavelmente, para que Marx se decidisse a ocupar-se do estudo da economia política, ciência em que os seus trabalhos iriam provocar uma verdadeira revolução.

De 1845 a 1847, Engels viveu em Bruxelas e em Paris, alternando os estudos científicos com uma atividade prática entre os operários alemães destas duas cidades. Foi aí que Marx e Engels entraram em contato com uma associação secreta alemã, “Liga dos Comunistas”, que os encarregou de expor os princípios fundamentais do socialismo elaborado por eles. Assim, nasceu o célebre Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, publicado em 1848. Este pequeno livrinho vale por tomos inteiros: ele inspira e anima até hoje todo o proletariado organizado e combatente do mundo civilizado.

A revolução de 1848, que eclodiu primeiro na França e se propagou em seguida aos outros países da Europa ocidental, determinou que Marx e Engels regressassem à sua pátria. Na Prússia renana, assumiram a direção da *Nova Gazeta Renana*, jornal democrático que se publicava em Colônia. Os dois amigos eram a alma de todas as tendências democráticas revolucionárias da Prússia renana. Defenderam, até às últimas consequências, os interesses do povo e da liberdade contra as forças da reação. Como se sabe, estas triunfaram. A *Nova Gazeta Renana* foi

proibida. Marx, que durante sua emigração tinha pedido os direitos da nacionalidade prussiana, foi expulso do país. Quanto a Engels, participou da insurreição armada do povo, combateu em três batalhas pela liberdade, e, após a derrota dos insurrectos, fugiu para Londres, através da Suíça.

Marx, também, foi viver em Londres. Engels em breve voltou a ser empregado, e mais tarde sócio, da mesma casa comercial de Manchester, onde tinha trabalhado nos anos 1840. Até 1870, Engels viveu em Manchester, e Marx, em Londres, o que não os impediu de estar em estreito contato intelectual; se correspondiam quase que diariamente. Nessa correspondência, os dois amigos trocavam ideias e conhecimentos, e continuavam elaborando em conjunto a doutrina do socialismo científico. Em 1870, Engels mudou para Londres, e até 1883, ano em que Marx morreu, continuaram essa vida intelectual conjunta, cheia de trabalho intenso. Esta colaboração foi extremamente fecunda: Marx escreveu *O Capital*, a mais grandiosa obra de economia política do século XIX, e Engels uma série de obras, mais ou menos extensas. Marx dedicou-se à análise dos fenômenos complexos da economia capitalista. Engels esclarecia, em suas obras, escritas em uma linguagem simples, obras muitas vezes polêmicas, em que evidenciava os problemas científicos mais gerais e os diversos fenômenos do passado e do presente, baseando-se na concepção materialista da história e na teoria econômica de Marx. Dentre esses trabalhos de Engels, citaremos: a obra polêmica contra Dühring (onde analisa as questões capitais da filosofia, assim como das ciências naturais e sociais); *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*; *Ludwig Feuerbach*; um artigo sobre a política externa do governo russo; notáveis artigos sobre o

problema da habitação; e, finalmente, dois artigos, curtos mas de grande interesse, sobre o desenvolvimento econômico da Rússia. Marx morreu sem ter conseguido completar a sua obra monumental sobre o capital. Contudo, esta obra estava já terminada em rascunho, e Engels, após a morte do amigo, assumiu a pesada tarefa de redigir e publicar os tomos II e III de O Capital. Editou o tomo II em 1885 e o tomo III em 1894 (não teve tempo de redigir o tomo IV). Estes dois tomos exigiram um trabalho enorme da sua parte. O socialdemocrata austríaco Adler observou com razão que, editando os tomos II e III de O Capital, Engels ergueu ao seu genial amigo um grandioso monumento no qual, involuntariamente, gravou também em marcas indeléveis o seu próprio nome. Estes dois tomos de O Capital são, assim, obra de ambos, de Marx e Engels. As lendas da Antiguidade contam exemplos comoventes de amizade. O proletariado da Europa pode dizer que a sua ciência foi criada por dois sábios e lutadores, cuja amizade ultrapassa tudo o que de mais comovente oferecem as lendas dos antigos. Engels, em geral, com toda a razão, sempre se apagou diante de Marx. “Ao lado de Marx – escreveu a um seu velho amigo – sempre toquei o segundo violino”. O seu carinho por Marx, enquanto este viveu, e a sua veneração à memória do amigo morto foram ilimitados. Este militante austero e pensador profundo tinha uma grande sensibilidade.

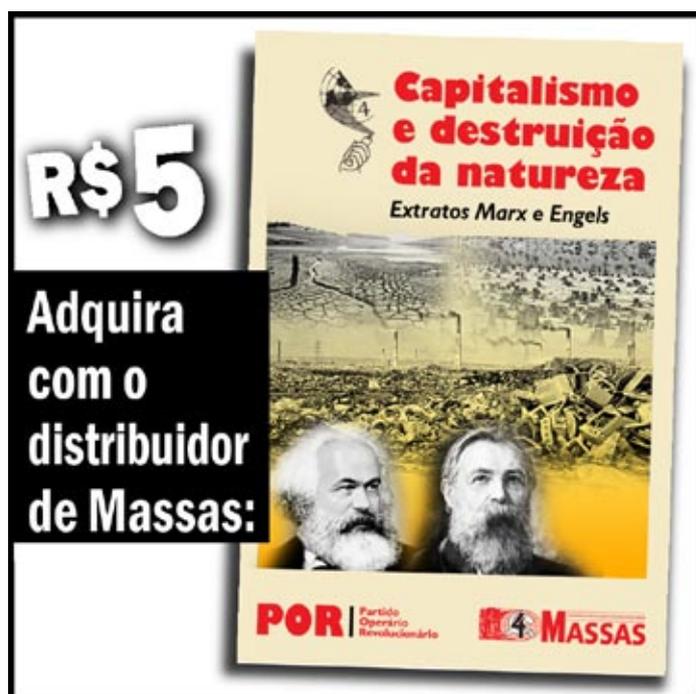
Durante o seu exílio, depois do movimento de 1848-1849, Marx e Engels não se dedicaram unicamente ao trabalho científico. Marx fundou em 1864 a “Associação Internacional dos Trabalhadores”, que dirigiu durante dez anos. Engels também teve um importante papel. A atividade da “Associação Internacional”, que unia, de acordo com os ideais de Marx, os proletários de todos os países, teve uma enorme importância para o desenvolvimento do movimento operário. Mesmo após a sua dissolução, nos anos 1870, Marx e Engels continuaram exercendo influência como unificadores da classe operária. Melhor: pode dizer-se que a sua importância como dirigentes intelectuais do movimento operário não parou de crescer, pois, o próprio movimento se desenvolvia sem parar. Após a morte de Marx, Engels, sozinho, continuou a ser o conselheiro e o dirigente dos socialistas da Europa. A ele vinham pedir conselhos e indicações, tanto os socialistas alemães, cuja força crescia contínua e rapidamente, apesar das perseguições governamentais, como os representantes dos países atrasados, por exemplo, os espanhóis, romenos, russos, que se viam obrigados a estudar minuciosamente, e medir com cautela seus primeiros passos. Todos eles corriam ao riquíssimo tesouro dos conhecimentos e experiência do velho Engels.

Marx e Engels, que conheciam o russo e liam obras publicadas nessa língua, se interessaram vivamente pela Rússia, seguiam com simpatia o movimento revolucionário, e mantinham relações com os revolucionários russos. Antes de serem socialistas, os dois tinham sido democratas, e tinham profundamente arraigado o sentimento democrático de ódio à arbitrariedade política. Este sentido político e nato, aliado a uma profunda compreensão teórica da relação existente entre a arbitrariedade política e a opressão econômica, assim como a sua riquíssima experiência de vida, tinham tornado Marx e Engels extraordinariamente sensíveis, precisamente no sentido político. Por isso, a luta heroica de um pequeno punhado de

revolucionários russos contra o poderoso governo czarista encontrou a mais viva simpatia no coração dos dois experimentados revolucionários. E, pelo contrário, a intenção de virar as costas à tarefa imediata e mais importante dos socialistas russos – a conquista da liberdade política –, em nome de supostas vantagens econômicas, parecia-lhes naturalmente suspeita, e inclusive uma traição à grande causa da revolução social. “A emancipação do proletariado deve ser obra do próprio proletariado”, eis o que ensinavam constantemente Marx e Engels. E, para lutar pela sua emancipação econômica, o proletariado deve conquistar certos direitos políticos. Além disso, Marx e Engels viam, claramente, que uma revolução política na Rússia teria também uma enorme importância para o movimento operário na Europa ocidental. A Rússia autocrática foi sempre o baluarte de toda a reação europeia. A situação internacional excepcionalmente favorável em que a Rússia se encontrou depois da guerra de 1870, que semeou durante muito tempo a discórdia entre a Alemanha e França, não podia evidentemente deixar de aumentar a importância da Rússia autocrática como força reacionária. Só uma Rússia livre, que não tivesse necessidade de oprimir os polacos, finlandeses, alemães, armênios e outros pequenos povos, nem de lançar, incessantemente, a França contra a Alemanha, permitiria à Europa contemporânea se aliviar do peso das guerras, enfraqueceria todos os elementos reacionários da Europa, e aumentaria as forças da classe operária europeia. Por isso, Engels advogou calorosamente a instauração da liberdade política na Rússia, uma vez que também contribuiria para o êxito do movimento operário no Ocidente. Com sua morte, os revolucionários russos perderam um de seus melhores amigos.

Memória eterna a Friedrich Engels, grande lutador e mestre do proletariado!

(Obras Completas, Lênin, tomo II, Akal Editor)



R\$5

Capitalismo e destruição da natureza
Extratos Marx e Engels

Adquira com o distribuidor de Massas:

POR Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Concluimos no jornal Massas, nº 615, as formulações de Lênin sobre a paz forçada de Brest-Litovsk. Nos dias 9, 10 e 11 de maio de 1918, Lênin publicou, no Pravda, o folheto *“Infantilismo ‘de esquerda’ e a mentalidade pequeno-burguesa”*. Respondia ao lançamento da revista *“Kommunist”*, de 20 de abril de 1918, órgão do grupo de ‘comunistas de esquerda’, que havia combatido suas posições em torno à questão da paz de Brest. Lênin analisa de conjunto a publicação, expondo a forte presença do subjetivismo e a ausência de análise baseada na realidade. Inicia o folheto indicando que *“é um bom costume marxista fazer uma exposição coerente e completa dos princípios que fundamentam as ideias e a tática próprias”*. A dispersão da revista *“Kommunist”* refletia a ausência de sólida argumentação sobre o acordo de Brest, e as tarefas da construção do socialismo. Não havia dúvida de que o acordo de Brest foi realizado sob forte pressão de uma situação completamente desfavorável ao recém constituído Estado soviético.

Não se pode formular uma posição desconhecendo as forças em choque. Refutando o subjetivismo e palavreado esquerdista, Lênin conclui: *“No entanto, nossos comunistas ‘de esquerda’, que também gostam de se chamar comunistas ‘proletários’, porque têm pouco de proletários, e têm muito de pequeno-burgueses, são incapazes de pensar na correlação de forças, de calculá-la. Esta é a essência do marxismo e da tática marxista, mas eles, depreciativamente, põem de lado a ‘chave’ com ‘altissonantes’ frases como a seguinte: ... ‘A raiz da inoperante ‘mentalidade de paz’ nas massas é um fato objetivo da situação política...’*. Lênin insiste no perigo da fraseologia, das ideias pré-concebidas. O que indica a ausência de política própria. Diz Lênin: *“Explicarei, estimados amigos, por que lhes ocorre esta desgraça: porque vocês dedicam mais esforços em aprender de memória as consignas revolucionárias que a compreendê-las”*. Exemplifica com a posição do derrotismo da própria burguesia em meio à guerra imperialista, que guiou a linha dos bolcheviques em oposição ao defensismo chauvinista. A revolução proletária modifica completamente a linha do partido diante da guerra. Agora se justifica o defensismo revolucionário. Os esquerdistas não conseguiam observar a mudança de uma situação para outra.

A questão de Brest, porém, estava suficientemente resolvida, Lênin se viu obrigado a retomá-la, em função da divergência sobre as tarefas imediatas da economia. Os “comunistas de esquerda” criticavam a condução de Lênin quanto à política interna, afirmando que era preciso *“a mais decidida política de socialização”*. Consideravam que havia um desvio para “o capitalismo de Estado”. Assim, não analisavam e, portanto, não compreendiam, que a expropriação da burguesia e a socialização não se davam de maneira automática, mecânica. Lênin afirma que, nas condições em que se encontrava a República Soviética, *“o capitalismo de Estado*

seria um passo adiante”. Consolidaria o processo de transição ao socialismo.

Três aspectos ressaltam na crítica de Lênin aos erros econômicos de seus opositores. Primeiro, não compreendem a natureza da transição do capitalismo ao socialismo; segundo, não reconhecem a pequena burguesia como a principal inimiga do socialismo, uma vez que a burguesia estava derrotada; terceiro, não conseguem notar a diferença econômica entre o Estado Soviético e o Estado burguês. Eis a argumentação de Lênin: *“Provavelmente, nenhuma pessoa, ao estudar o problema do sistema econômico da Rússia, negou seu caráter transitório. Provavelmente, nenhum comunista negou que a expressão República Socialista Soviética pressupõe a decisão do poder soviético de realizar a transição ao socialismo, e de nenhum modo que o novo sistema econômico pudesse ser considerado socialista”*. Era necessário, portanto, considerar o processo de transição baseado no entrelaçamento de *“diferentes tipos de estrutura econômico-social”*.

A realidade indicava a composição entre elementos como a economia camponesa natural (patriarcal), a pequena produção mercantil, o capitalismo privado, o capitalismo de Estado e o socialismo. Nessas condições da estrutura econômica, predominava o elemento pequeno-burguês. O capitalismo de Estado se manifestava na existência de determinados monopólios exercidos pelo poder estatal, entre eles o monopólio dos cereais. A poderosa presença dos pequenos produtores de mercadorias, portanto, de pequenos agricultores, se destacava diante dos demais fatores. Dessa análise, Lênin chega à seguinte premissa: *“Não é o capitalismo de Estado que luta contra o socialismo, mas a pequena burguesia e o capitalismo privado, que lutam tanto contra o capitalismo de Estado como contra o socialismo”*.

A especulação com cereais e a sabotagem do capital privado compareciam como uma trava à organização da economia em transição. A pequena propriedade, pequena produção, especulação e sabotagem constituíam a principal força de resistência às medidas econômicas do Estado Soviético. A questão se colocava nos seguintes termos: *“Ou submetemos a pequena burguesia ao nosso controle e registro (e podemos fazê-lo, se organizarmos os pobres, ou seja, a maioria da população, os semi-proletários, em torno à vanguarda proletária politicamente consciente), ou será inevitável que eles derrotem nosso poder operário, tal como afundaram a revolução os Napoleão e os Cavaignac, que surgem justamente neste terreno de pequenos proprietários”*.

Nota-se que a aplicação da política econômica da fase de transição se processaria por meio da luta de classes. A posição dos esquerdistas levava água no moinho das forças contrárias às transformações socialistas.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXIX, Akal Editor)